

Universidade Federal de Ouro Preto

Reitor: João Luiz Martins

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Diretor: Ivan Antônio de Almeida

Departamento de História

Chefe: Fábio Favarsani

Coordenação do Laboratório de Pesquisas Históricas

Francisco Eduardo de Andrade

Conselho Editorial

Andréa Lisly Gonçalves,
Francisco Eduardo de Andrade
Marco Antônio Silveira

Conselho Consultivo

Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)
Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Iris Kantor (USP)
Júnia Furtado (UFMG)
Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)
Luiz Carlos Villalta (UFMG)
Stuart Schwartz (Yale University)

Editora: Helena Miranda Mollo

Projeto Gráfico e Diagramação: Editora UFOP

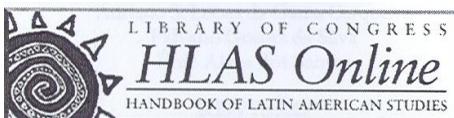
FICHA CATALOGRÁFICA

LPH Revista de História. Departamento de História (DEHIS), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ano 18/ n.18/ 2008 Mariana, MG: Departamento de História do ICHS UFOP, 2008.

Anual

ISSN – 103 - 7110

1. História – Periódicos. Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História do ICHS.



SUMÁRIO

Apresentação04

Artesão de si, Artesão da História: edificação e ruína na obra
de Capistrano de Abreu

Eduardo Ferraz Felipe07

Considerações acerca da obra de Marija Gimbutas, suas
ideologias pessoais no campo da Arqueologia e a idilização
do Báltico

André S. Muceniecks60

Cultura e política no Rio de Janeiro: os caixeiros e o teatro de
São Januário na segunda metade do século XIX

Sílvia Cristina Martins de Souza83

Política do Vaticano, Arquidiocese de Mariana e dom Luciano:
diálogos possíveis

Fabício Roberto Costa Oliveira

Rodrigo de Souza Ferreira121

“Feroz, malfazejo e sanguinário”: um flagelo africano em São João Del Rei, século XIX

Leonam Maxney Carvalho.....148

O avaliador de escravos e o *status* social da função na sociedade carioca oitocentista.

Luciano Rocha Pinto202

A exposição de crianças em Mariana: o papel da Câmara Municipal (1748-1822)

Nicole de Oliveira Alves Damasceno247

Transcrição

Rafael de Freitas e Souza284

Sobre os autores298

APRESENTAÇÃO

O número 18 da **LPH – Revista de História** traz um conjunto de artigos que ilustram a diversidade da historiografia contemporânea.

4

O artigo de Eduardo Ferraz Felipe, “Artesão de si, Artesão da História: edificação e ruína na obra de Capistrano de Abreu” é uma contribuição à história da historiografia brasileira, e traz uma curiosa e infreqüente questão à discussão: a filiação de Capistrano de Abreu ao Romantismo.

A preocupação quanto às temáticas relativas à Teoria da História que se vê no artigo de Eduardo Ferraz Felipe, no que tange ao âmbito da História da Historiografia, encontra-se no artigo de André S. Muceniecks sobre Marija Gimbutas. A discussão se concentra na contribuição da arqueóloga aos estudos indo-europeus e balto-eslavos. M. Gimbutas teve uma projeção para além da academia ao ser identificada como uma estudiosa de uma idílica Europa Antiga e da civilização da “Deusa-Mãe”, que, segundo Muceniecks, traz, definitivamente, a polêmica à assinatura da autora.

A História Política, a cada dia, mostra sua nova identidade através de um ângulo de visão, um objeto ou uma articulação absolutamente originais. É o que se encontra na contribuição de Sílvia Cristina Martins de Souza. Debruçando-se sobre a discussão da cultura política, faz ver como se constroem as relações políticas fora do vínculo puramente institucional, caminhando para um contexto quase inesperado: o teatro.

Fabrizio Roberto Costa Oliveira e Rodrigo de Souza Ferreira discutem no artigo “Política do Vaticano, Arquidiocese de Mariana e dom Luciano: diálogos possíveis” a interessante relação entre a hierarquia eclesiástica, as decisões quanto às ações pastorais e a política institucional da Igreja, nas Dioceses e Arquidioceses de Minas.

Dois artigos deste número investigam a sociedade escravista do oitocentos. “Feroz, malfazejo e sanguinário: um flagelo africano em São João del-Rei, século XIX” é o título da contribuição de Leonam Maxney Carvalho, que discute questões referentes à História da Justiça, a partir da construção da criminalidade de um indivíduo tido como perigosíssimo. As concepções de liberdade, justiça e hierarquia são investigadas a partir da análise do processo de João Angola, acusado e condenado à força. De um outro ponto, de um outro lugar, o artigo de Luciano Rocha Pinto, intitulado “O avaliador de Escravos e o *status* da função na

sociedade carioca oitocentista” investiga outras formas de construção da sociedade escravista. Neste texto, o autor analisa o papel do avaliador de escravos não apenas como uma função econômica, mas como um lugar de constante legitimação da escravidão.

6

A partir de uma interseção entre História Social, Demográfica e das Instituições, Nicole Damasceno investiga o tema dos expostos na sociedade colonial. Em “A exposição de crianças em Mariana: o papel da Câmara Municipal (1748-1822)”, a autora procura compreender qual o grau de intervenção na vida dos expostos possui a instituição do Conselho Municipal. Tal investigação se baseia nos recursos investidos na criação de expostos pelo Conselho, a partir da leitura dos Livros de Receitas e Despesas da Câmara.

O número 18 finaliza-se com a transcrição de um documento de arrematação da Lavra da Passagem, pelo barão de Eschwege, feita por Rafael de Freitas e Souza.

As questões estão colocadas. Resta ao leitor avaliá-las e se agregar ao debate!

Helena Miranda Mollo

Artesão de si, Artesão da História: edificação e
ruína na obra de Capistrano de Abreu¹
“O Brasil está em formação ou em dissolução?”
Capistrano de Abreu, 1911.

Eduardo Ferraz Felipe

Resumo: Este artigo analisa um dos aspectos menos enfatizados nas interpretações correntes sobre a obra de Capistrano de Abreu, nos últimos vinte anos de sua trajetória de vida: sua filiação à concepção de mundo do Romantismo, muito marcante na literatura e cultura brasileira da segunda metade do século XIX, e que ainda permeia a reflexão deste intelectual do início do novecentos. Na busca pelo cruzamento entre olhar científico e romantismo, recupera-se, de modo sumário, o roteiro de uma poética da ruína e seu vínculo com a própria visão de História em Capistrano, cuja figuração remonta a Goethe e a idéia de Bildung, neste momento da vida. Tais afinidades são indicadas através da leitura de sua correspondência e do recurso ao contraste com outros intelectuais em sua “automodelagem”.

7

¹ Este conjunto de reflexões fazem parte da sua dissertação de mestrado a ser defendida este ano, sob a orientação do professor Ricardo Benzaquen de Araújo.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu. Ruína.
“Automodelagem”. Correspondência. Bildung.

*Artisan of self, artisan of history: edification and ruin in the
work of Capistrano de Abreu*

Abstract: *This article analyses one of the least emphasized aspects in the current interpretation of Capistrano de Abreu’s work, in the last twenty years of his life, his affiliation with the aesthetic trends and world views of Romanticism, remarkably present in Brazilian literature and culture during the second half of the nineteenth century and the beginning of twentieth century. In the quest for this way, we retrace briefly the travel road of a “poetics of ruins” and its close connection with the author’s vision of history and, closer to the author of Chapter’s of Colonial History, to Goethe and Bildung. Such affinities are pointed in some Capistrano de Abreu letter’s and his “self –fashioning”.*

Keywords: *Capistrano de Abreu. Ruin. “Self-fashioning”. Correspondence. Bildung.*

Em geral, muitos dos analistas que se detiveram na produção de Capistrano de Abreu lidaram com o tema abordando a noção de história, em sua obra, como produção de conhecimento. Tendo como questão e problema a escrita da história, refletiram sobre sua produção teórica pensando as

contribuições que o tornaram o representante, por excelência, de uma nova forma de estudo da história, qual seja, a da história moderna alicerçada na metodologia rankeana de estudo das fontes. Neste percurso, ao analisar a obra do polígrafo cearense, consideravam que a sua elaboração histórica foi calcada em um método científico capaz de dotar de veracidade e legitimidade as fontes utilizadas, passando, posteriormente, ao instante da narrativa.² Mas além da utilização das fontes, caberia ao historiador desvendar os motivos e as particularidades do período histórico que se propôs a analisar, ou seja, aquilo que lhe singularizaria como recorte temporal. Aqui, armou-se um dos tópicos fundamentais da contribuição de Capistrano para a historiografia brasileira: a instauração de um novo regime de escrita da história onde o aparato crítico utilizado para a validação das fontes cederia espaço para a coerência explicativa pautada em um determinado enredo. Os diferenciados fatos e causas deveriam ser coordenados através do estabelecimento de um sentido capaz de conferir inteligibilidade ao processo em geral.³ Uma discussão acerca

² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, Crítica e Verdade em Capistrano de Abreu. **Revista Estudos Históricos**, v.1. p.19.

³ Aqui se torna muito útil caminhar colado às reflexões de Paul Ricoeur acerca da síntese do heterogêneo "a coordenação de acontecimentos múltiplos, seja entre causas, intenções e também acasos, numa mesma unidade de sentido" In: RICOUER, Paul. **La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli**, p. 312.

das noções de continuidade e ruptura através de categorias como duração e sucessão.⁴

De maneira diferenciada, há outro percurso para a análise da obra de Capistrano que opera um deslocamento com relação aos textos a serem analisados. Ao invés de se deter em seus tratados, ou seja, seus textos que pretendem ter uma argumentação formal e acabada, o tratamento é direcionado à correspondência do autor. Ao lidar com suas cartas e com seus diferenciados correspondentes, busca-se alcançar a resposta privada elaborada pelo autor frente à dificuldade da circulação das idéias, em um período onde a ausência de instituições e precariedade dos meios de impressão e editoras seriam limitantes de seus estudos. Capistrano é visto, neste tipo de interpretação, como aquele que nutriu um “gigantismo epistolar” frente ao impedimento que ocorria na esfera pública.⁵ Ou então, seguindo um percurso diferenciado, são compreendidos aspectos de sua vida privada, através da troca epistolar com um correspondente específico, mas que possuem grande interface com a sua concepção de história e de suas imagens

⁴ Esta necessidade de uma periodização da História do Brasil já está muito claramente expressa em seu “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen” In: ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos** - 1º série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵ Esta interpretação está presente no livro AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda 2006.

da nação; a troca epistolar entre Capistrano de Abreu e sua filha, Honorina de Abreu, é um exemplo particular deste caso⁶.

Não pretendo desenvolver, aqui, estes temas já cuidadosamente analisados por outros estudos. Desejo, ao contrário, enfatizar, uma outra polaridade que marca intensamente, a meu ver, toda a sua obra, e aparece de maneira melhor delineada em sua epistolografia: trata-se de um romantismo de base, que permeia sua produção teórica e está privilegiadamente disperso em suas missivas, sendo alimentado pela maneira que compreendia o presente da nação e por uma determinada compreensão do processo histórico. Polaridade esta que não é singularidade de Capistrano, mas que parece ser uma presença, pode-se ponderar em larga escala, nos autores do período que tinham, por particularidade, uma ligação com um dado romantismo e verticalizavam suas críticas aos rumos tomados pela nação no início do século XX.⁷ Este cruzamento, proposto aqui, entre suas ilações acerca do estudo da história com suas ponderações acerca do cotidiano da nação, no alvorecer do século XX, muitas vezes comungam com a construção de imagens de profunda perplexidade e desconfiança acerca do possível futuro para esta nacionalidade nos trópicos. A rápida

⁶ BUARQUE, Virgínia. **Escrita Singular**. Capistrano de Abreu e Madre Maria José. Museu do Ceará. Coleção Outras Histórias. nº 20, 1993.

⁷ Uma interpretação acerca desta particularidade do período pode ser analisada através do bom artigo de HARDMAN, Francisco Foot. "Antigos Modernistas" In: NOVAES, Adauto (org). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

construção de instantâneos que questionam um conjunto de atributos, que por muitos séculos delineariam a imagem do Brasil, e no presente vivido pelo autor seria a expressão de imagens em choque, fruto da construção de paradoxos insuperáveis, geram interrogações que não encontram resolução. Como a própria pergunta acerca da formação ou dissolução – que serve de epígrafe para este artigo – a ausência de resposta parece ser a melhor forma de amplificar a força da pergunta, e fazer da pergunta o impasse que aguça a sua crítica fina.

A história, caminhando neste terreno, mostra-se como o suceder de empreendimentos que guardam a precocidade de seu declínio e certa desordem natural. O processo histórico, como o autor elabora nos *Capítulos de História Colonial*, bem ao modo da escrita da história do século XIX, se estabelece através de uma narrativa composta com um enredo muito bem delimitado - a superação do “transoceanismo” e o povoamento do território⁸ - mas esta narrativa comunga, sempre, com múltiplos apontamentos e cortes na narrativa que demonstram a força dos juízos de valor de Capistrano de Abreu. Eles fazem com que, mesmo que o processo histórico avance, sempre (re)apresente um vício constitutivo, mas não inato, a ser demonstrado pela narrativa histórica: a “ausência

⁸ PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano**: A história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: PUC, 2002. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

de cooperação”. Com dirá nos *Capítulos de História Colonial* “O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação”.⁹ Mas esta ausência de cooperação, não ocorrerá pelo distúrbio gerado pelo meio, apenas, mas será fruto, também, de uma determinada forma de ação diante do meio natural.

Por que insistiam os colonos em apossar-se de uma fazenda, cuja pouca valia a cada passo se devia patentear de modo menos equívoco? *Já sofriam de um achaque ainda hoje observado a todos os momentos entre seus descendentes: a incapacidade de formar convicção firme sobre um assunto e por ela pautar seus atos.*¹⁰ [Grifo meu]

Será a “incapacidade” de “convicção” que irá gerar, ao longo de toda trajetória colonial, uma desordem que comunga com a ordenação gradativa que ocorre de maneira extremamente lenta ao longo de todo o processo histórico; e, além disso, fará com que os eventos dialoguem com o presente, principalmente, devido a sua possibilidade de disjunção. Não somente nesta imagem do passado, mas também nas imagens captadas do presente, há uma corrosão natural, amplificada pela possibilidade de fragmentação política, questão que rondava a construção de argumentos de toda esta geração. Capistrano considerava, assim, que estava

⁹ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 6.ed. Rio de Janeiro, 1977.

¹⁰ *Ibidem*, p.53.

vivendo um período de *transição* onde o processo formativo da nação parecia ter chegado a um momento limite, onde o desconcerto e desordem que vivenciava nos anos iniciais da República seriam a expressão do inacabamento que caracterizaria sua trajetória histórica. Inacabamento este, diga-se mais uma vez, atrelado a certo clima de improviso, de desorganização que aguça, no leitor a sensação de que o conjunto de mudanças possui, sempre, um fundo comum que põe em xeque a validade das alterações de ordem política. Por isso, ao missivista Barão Rio Branco, dirá Capistrano

Recebi a sua última carta no dia 15 de Novembro! Vinha do campo de Santana impressionado, como pode imaginar, depois de ter visto uma revolução. E que revolução! Só há uma palavra que reproduz o que vi: empilhamento. Levantou-se uma brigada, chegaram os batalhões um a um, *sem coesão, sem atração, sem resolução* e foram-se encostando um a um como peixe na salga. Quando não havia mais batalhão ausente ou duvidoso, proclamou-se a República, sem que ninguém reagisse, sem que ninguém protestasse. No ponto em que as coisas estavam, era a única solução *razoável*. Antes uma Deodorada do que uma saldanhada. Todo o Brasil aderiu; apenas em Pernambuco José Mariano levantou um grito separatista que não ecoou.

Digam o que quiserem, a República é hoje pátria unida; a restauração seria secessão.¹¹ [Grifo meu]

Espantado, Abreu narrou a cena da queda do Império para o interlocutor Rio Branco. A ausência de resolução e coesão expressas deu o tom de improviso com que a República foi proclamada. Pode-se dizer que a República foi fruto da “simplicidade quase trágica”, conforme narrado por Ramalho Ortigão¹², que surpreendeu também Capistrano. A substituição de revolução por “empilhamento” dotou suas ponderações de profunda apreensão, como se a mudança ocorrida simplesmente significasse pouco, uma simples alteração superficial incapaz de alterar profundamente o momento em que vivia. A mudança de regime foi fruto de uma inevitabilidade histórica, onde o evento posterior ocorreu após o primeiro ter exaurido suas forças. Apesar da unidade da pátria fechar a carta indicando um balanço positivo para o evento, o empilhamento deixa de significar uma pretensão de legalidade para as ações, sendo fruto muito mais da exaustão que o próprio tempo incide sobre o antigo regime, do que um ato de mudança capaz de propiciar uma cesura que poderia romper com vícios atávicos. A alteração institucional parece ser incapaz de conseguir a ruptura que desejava. Ocorreu

¹¹ABREU, Capistrano de. Carta ao Barão de Rio Branco (25/01/1890). In: Abreu, J. C. **Correspondência**. v.1,p.128.

¹²Ramalho Ortigão narrando a queda do Império, em carta para Eduardo Prado, observou de forma aguçada “Para mim, o caso já estava a muito anunciado e previsto. A única coisa que me surpreendeu foi a simplicidade quase trágica com que se fizeram as coisas.” In: BERRIEL, Carlos Eduardo. **Tietê, Tejo, Sena**. A obra de Paulo Prado. São Paulo: Papirus, 2000 p.50.

apenas uma mudança instrumental, desconectada da possibilidade de gerar algum reflexo mais profundo no conjunto de hábitos e eventos.

Muito mais do que simples pessimismo ou sentimento particular de derrota, a carta acentua o caráter pendular e inconstante de uma trajetória histórica permeada por uma instabilidade constitutiva. Alguns intelectuais, entre eles Capistrano de Abreu, questionavam não a idéia de mudança histórica, mas seu caráter otimista. O futuro seria, seguindo neste percurso, um lugar duvidoso, incapaz de ser imediatamente verbalizado pela lógica do progresso.¹³ Aos poucos, acentuando o seu caráter crítico e duvidando de maneira intensa da possibilidade de uma efetiva transformação política e social, Abreu opôs-se ao militarismo dos primeiros anos da República e à ordenação oligárquica subsequente, afirmando em carta a Pandiá Calógeras, datada de 1911

Creio que de perto suas impressões sobre as coisas não se modificaram. Há sobretudo um desbrío que aterra. Há uma voluptuosidade de lama, como não me lembro ter assistido a igual. Será a falta de vergonha promulgada por Roscher

¹³ Como dirá Euclides da Cunha na reunião de ensaios póstumos *Um paraíso perdido*, “Vai-se de um a outro século na inaturável mesmice de renitentes tentativas abortadas” para uma análise específica desta questão, ver: HARDMAN, Francisco Foot. **Brutalidade Antiga**: sobre história e ruína em Euclides. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/revista>> Acesso em: 1º mar. 2007.

para a geração que sucede a cada movimento revolucionário? Talvez coisa pior: já estamos no segundo decênio da grande crise, e ainda faltam os primeiros rubores da alvorada.¹⁴

No início desta mesma carta, Capistrano analisou a idéia de corrupção que assolava a primeira República: “Da reforma rivadavesca nada sei senão as nomeações feitas sem concurso. Há gente feliz. Curioso é como os felizardos tem feições comuns.”¹⁵ E continuava, ao longo de toda missiva, refletindo acerca da coalizão que impediu a ruptura, e termina com o veredito: “E, mais curioso ainda: a união está fixa, irrevogável. Também os sabinos afeçoaram-se aos estupradores”.¹⁶

Esse conjunto de impressões não estaria restrito somente a sua epistolografia. Em artigo escrito em meados da década de vinte, a perspectiva temporal pela qual analisava o Segundo Império, nos possibilita uma série de pistas. Divididos em momentos específicos, o conjunto de experiências estaria articulado em um tempo biográfico onde nascimento e decrepitude marcam o início e o fim de uma determinada época; “fases” em que a elaboração do passado de uma experiência coletiva, o Brasil durante o Império, está

¹⁴Carta de Capistrano para Pandiá Calógeras (09/04/1911) In: ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.1 p. 375

¹⁵*Ibidem*.

¹⁶*Ibidem*.

associada ao ciclo de vida do próprio Imperador.¹⁷ Apesar da jovialidade do Imperador ser associada ao decênio de 1850, o momento em que a coesão do Império é ressaltada, toda a periodização de um momento histórico diferenciado não foi capaz de romper com o eco do passado.

Agora, como então, um ponto sobrealça a todos: serão compatíveis com a *índole* brasileira eleições honestas? Nas municipalidades coloniais os vereadores andavam por meia dúzia, o mandato durava um ano, e não havia reeleição imediata, todo o ordenado se reduzia a magras propinas pagas em certas solenidades... e o governo teve de chamar a si as eleições. Câmara Coutinho Governador da Bahia em fins do século XVII escreveu que dos escândalos dos regulares só estavam imunes os padres da Companhia, por terem autoridades feitas nas margens do Tibre. As irmandades religiosas deixaram *tradição pouco edificante*.¹⁸ [Grifo meu]

O brasileiro não tem caráter, tem “índole”. E avessa à metrificacão dos atos, incapaz de fazer com que o já cansado

¹⁷ Esta perspectiva já havia sido observada por Ilmar Rohloff de Mattos. “a trajetória do reinado parece reproduzir o ciclo de uma vida, a do próprio Imperador, desde a menoridade até a decrepitude de tal modo que a década de 50 é considerada a mais brilhante do Império.” MATTOS, Ilmar Rohloff. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v. 2, n.4, p. 163 – 171, 1989.

¹⁸ ABREU, Capistrano de. Fases do Segundo Império – Estudo publicado no Jornal (02/12/1925). In: **Ensaio e Estudos** – 3ª série, p.82.

pesquisador perceba a solidez que proporcionasse aquilo que mais lhe satisfaria: olhar para trás e perceber que avançamos. Das municipalidades coloniais guardamos a ausência de espírito comum e o excessivo particularismo que faz com que seus atos não possuam. Até mesmo a linearidade dos atos e fuga dos escândalos por parte daqueles que pertenciam a Companhia de Jesus não pôde fazer com que a edificação da nação chegasse até a completude.

A continuação do artigo sugere vínculos com o passado.

Hoje a fraude começa pelo alistamento eleitoral, prossegue pelo alistamento fosfórico do voto, quando não se prefere quebrá-la ou roubá-la pela apuração fraudulenta da urna, pelo viciamento de diplomas, pela entrega à comissão verificadora. A República trouxe uma novidade essencial: alguém que pode estar ou não no Catete superintende o reconhecimento de poderes, isto é, o direito ao subsídio e mais achegas: é o homem mais poderoso do Estado, é o Poder Moderador das instituições vigentes.¹⁹

Capistrano dialogava, mesmo que de maneira implícita, com Ernst Renan e seu texto “O que é uma nação”. Neste texto, publicado originalmente em 1880, Renan afirma: “Hoje em dia, comete-se erro ainda mais grave: confunde-se a raça

¹⁹ *Idem*, p.82.

com a nação, e atribui-se a grupos etnográficos, ou melhor, linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existente.”²⁰ A nação para esse autor é um princípio espiritual, uma alma constituída de um rico legado de lembranças e esquecimentos em comum, e o desejo de viver juntos. Raça, língua, geografia e afinidade religiosa são incapazes de gerar este princípio espiritual. A nação é uma grande consciência moral constituída pela *vontade*. “As nações não são algo eterno. Elas começarão, elas acabarão.”²¹ Este princípio espiritual seria o “sentimento nacional”, para Capistrano, a capacidade de agir guiado por um horizonte comum, conforme as afirmações dos *Capítulos de História Colonial* indicam. Desejo, consentimento e vontade seriam, desta maneira, os critérios formadores desse princípio espiritual.

Presente e passado são afinidades eletivas. Atraem-se de uma maneira muito particular e peculiar, como se aquela “ausência de cooperação” ainda estivesse presente. Além desta consideração presente em seu texto acabado, em sua correspondência Capistrano teceu considerações acerca do que deriva deste caráter precário das ações humanas. A instabilidade e o desconcerto da nação podem ser encontrados em um outro tipo de manifestação: a fragilidade e destruição gerada pelo encontro natureza *versus* Civilização.

²⁰ RENAN, Ernst. O que é uma Nação. In: ROUANET, Maria Helena (org). **Nacionalidade em questão**. Caderno de Pós-Letras, UERJ, Rio de Janeiro, p.13, 1994.

²¹ *Idem*, p. 41.

Em carta a João Lúcio Azevedo, conta-lhe a respeito de uma viagem ocorrida acompanhada do Ministro da Viação e o Prefeito de Minas.

Passamos por Turvo, Lavras, Oliveira, Itapeirica, Divinópolis e Belo Horizonte. Não havia veículos, exceto em Lavras, onde existe uma linha de bondes, e de tantas cidades só apreciei o que é visível da estação ou do trem... Em geral não volto satisfeito de excursões ferroviárias. O traçado primitivo devia cortar plantações, mas hoje à beira das linhas apenas se avista uma vegetação que ainda *não teve tempo de virar capoeira*. Só em um ponto ou outro vêem-se cabeças de gado. Ainda mais aborrecem os cortes, que por baixo de uma *tênuê camada de terra aproveitável* mostram jazidas de rochas em grau variado de composição. Como isto quadra mal com as afirmações de Buckle²² [Grifo meu]

E a imagem da natureza que guardaria exuberância e força cai por terra. A figura-símbolo do otimismo tecno-industrial do século XIX e início do XX, a locomotiva, causa devastação por onde passa, funcionando como agente do espetáculo de um desvelar: a terra infértil. Uma imagem que surge em um contexto que busca modos de refutá-la: uma

²² Carta de Capistrano de Abreu para João Lúcio Azevedo 07/08/1918. In: ABREU. **Correspondência** v. 2 p.108

excursão ferroviária, feita em companhia solene, para conhecer o que de *mais íntimo* o país possui. Uma representação montada através da contradição entre ser e parecer, que guarda, em sua enunciação, a infertilidade como aquilo que de velado jaz sob o aparente. A terra fértil, vista mais de perto, é somente uma fina e rala camada. Uma tênue camada e só. A terra, basta observar, é estéril. Nada, além disso.

A fragilidade da Natureza diante das linhas férreas, “que já não cortam plantações”, gera a interrogação acerca do modelo de base histórica capaz de ordenar o contato Civilização e Natureza nos trópicos. A ação humana como aquilo que não foi capaz de gerar um empreendimento apto a possuir longevidade e servir ao propósito coletivo. Houve um amoldamento onde o que resulta, reiterando ações fortuitas, é “somente capoeira”. Ao observar de forma mais minuciosa a Natureza, estabelece, simultaneamente, uma metacrítica do progresso. Não se tratava de uma crítica da modernidade e dos males do crescimento por si mesmos, mas sim de uma crítica interna ao universo moderno que, com base em suas premissas, denunciava a realidade brasileira como uma farsa do avanço civilizatório.²³

²³ Segue-se aqui a problematização da noção de progresso e a devastação do mundo natural feita por Pádua. Ver PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Rio de Janeiro: Relume, Dumará, 2002. Este lugar de especificidade nacional que a Natureza possui levam-nos a proximidade entre Capistrano e certa tradição do pensamento brasileiro que estabelece o vínculo entre esta instabilidade com a devastação do mundo natural.

Esta região, presente na passagem da carta anteriormente citada, é considerada Sertão para Capistrano de Abreu em seus *Capítulos de História Colonial*. Em sua narrativa o gado é o elemento coagulador que criou condições ao povoamento da região.

Além do sentimento de orgulho inspirado pela riqueza, pelo afastamento de autoridades eficazes, pela impunidade, a criação de gado teve um efeito, que repercutiu longamente. Graças a ela foi possível descobrir minas.²⁴

Esse seria um dos elementos orquestradores da possível unidade que observava em estado nascente no povoamento do Sertão. Mas nesse mesmo Sertão, passados quatro séculos após “a corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante”²⁵ iniciada de pontos apartados, aquele que seria um dos principais elementos coaguladores já não possui mais presença. No presente, a estrada de ferro que deveria atravessar as plantações apenas encontra uma rala vegetação. Antes que fosse possível observar a existência de uma nação que caminhasse nos traços lineares de um avanço progressivo, a carta passa uma forte sensação de perda. Como se algo que ainda não teve tempo de germinar, que ainda não se fortificou, já tivesse sido devassado.

²⁴ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, p. 132.

²⁵ *Idem*, p. 98.

Enquanto forte imagem do presente, a continuidade desta mesma carta designa o quanto o futuro parece ser um espaço ainda não domesticado.

O *futuro* reserva ao Brasil futuro muito mais árduo que o dos holandeses, obrigados a *fazer* a Holanda depois de Deus ter feito o mundo. Um parente que esteve no Pará dizia-se capaz de pôr abaixo a árvore mais alterosa, sem ferramenta, só cavando com as mãos. Se assim fôr, pode chamar-se providencial a indústria extrativa, que é a sua *riqueza* e a sua *desgraça*.²⁶ [Grifo meu]

24

“Riqueza” e “desgraça”. Caminha-se da vida à morte em um segundo, na mesma velocidade em que se consegue “só cavando com as mãos” extrair a “árvore mais alterosa”. A expressividade do cenário montado em sua missiva funda-se na desolação da paisagem natural e humana, questionando o tom prometeico que a fertilidade natural poderia guardar através de uma imagem que tem, em seu cerne, a tonalidade de um envelhecimento precoce. Uma promessa de futuro que se dilui de forma instantânea ante o toque da Civilização. Tanto a natureza como a técnica são, ambas, personagens vacilantes de uma História sob o signo da ruína. Nas imagens compostas por Abreu, caminha-se entre a desgraça e a prosperidade, entre a degradação e a aspiração, através de

²⁶ Carta de Capistrano de Abreu para João Lúcio Azevedo 07/08/1918. In: **Correspondência**, v. 2, p.108.

imagens de cenários que reiteram a figuração da instabilidade e do desequilíbrio, caracterizando o chão movediço em que se funda a Nação. Antagonismo que permeia a ampla correspondência do autor e aprofunda a sensação de incerteza e volubilidade, gerando o paradoxo e, conseqüentemente, a dúvida acerca do futuro. E duvidoso, diga-se antes de mais nada, por que não consegue deixar de relembrar aquilo que de mais peculiar parece arruinar a busca da identidade histórico-cultural tão desejada: o retorno do passado. Um passado que relembra a dispersão tumultuária da desorganização da vontade – presente no período colonial – e aponta o futuro árduo “a fazer”.

Mas, ao mesmo tempo, há uma unidade antagônica que não gera superação, mantendo-se em tensão permanente. E, justamente esta tensão, reitera a incapacidade de acumular experiência, gerar estabilidade e avançar. Assim como a própria pergunta “formação ou dissolução?”, todo contrário, ao ser aproximado, aguça a possível sensação de decadência e a insistência de que o passado ainda permanece enquanto presença sensível. Ainda com uma colocação acerca da Natureza, Capistrano responderá indignado ao seu amigo português João Lúcio Azevedo

A mais fértil terra do mundo... Aonde? Não na Amazônia, aonde raspada uma camada de mateiro, bate-se na *esterilidade*. Nos outros

Estados é quase invariavelmente o mesmo. Produzimos coisas de luxo, de gozo; se nos bloqueassem deveras, a penúria nos levaria à *antropofagia*. E a gente? Os processos da Inquisição mostraram a borra-mãe, e as outras borras tem vindo superpondo-se, e de alto a baixo é borra e mais borra.²⁷ [Grifo meu]

Novamente a imagem da Natureza - enquanto terra infértil - é mobilizada. A contradição entre o ser e parecer apenas leva a revelar a esterilidade subjacente ao que é cantado como exuberante. Questionando a possibilidade de futuro e, além disso, a possibilidade de decair em antigas práticas do passado, associa Natureza e povo apenas pela infertilidade. No caso da Natureza, ela conjuga, em si, fertilidade e infertilidade como se não possuísse potencialidade, perdendo potência pela conjunção de opostos dentro de si e a possibilidade de, por isso, cair em tragédia. Uma história nada progressiva ou edificante, mas que se conjuga por imagens de corrosão e inacabamento. Virou ruína antes de ter se edificado.²⁸

²⁷ Carta de Capistrano de Abreu para 13/01/1922. In: **Correspondência**, v.2, p.234, 1977.

²⁸ Francisco Foot Hardman havia observado esta particularidade na leitura de alguns autores do período. Ele cita Capistrano em suas considerações, mas usando argumentos particulares. Ver: HARDMAN, Francisco Foot. **Brutalidade Antiga**: sobre história e ruína em Euclides. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/revista/>> Acesso em 1º mar. 2007. Ao longo de toda correspondência, a admiração de Capistrano por Euclides e por suas imagens de ruínas na Amazônia são freqüentes.

NOTAS SOBRE UM ARTESANATO PESSOAL

Frente este referencial objetivo turbulento, Capistrano materializou em vida o ideal do intelectual avesso aos interesses mundanos, isolado e que investia em uma imagem diferenciada. Tanto em suas missivas para aqueles que considerava pares intelectuais, quanto para aqueles em que estava no papel de orientador, Abreu compunha um artesanato pessoal que investia em um comportamento sóbrio que exponenciava o seu labor: o estudo socialmente útil. Instante privilegiado que unia tanto a demarcação de um lugar social como seu conjunto de preocupações acerca da formação da nação, e, além disso, pode ser considerado como uma estratégia de intervenção na sociedade. Ao criticar outros intelectuais, ao fazer considerações acerca de sua vida pessoal, ao tecer uma crítica fina acerca dos rumos da nação, Capistrano escrevia e se inscrevia como aquele que era o detentor de uma dada maturidade intelectual.

Conforme as reflexões de Stephen Greenblatt sugerem, ao antropocentrismo renascentista se agregou, no século XVII, uma concepção artesanal de identidade humana, passando-se a tomá-la como um “artefato”, ou seja, como um domínio do homem sobre a natureza. Greenblatt, ao lidar com o período renascentista, analisa que por “automodelagem” deve-se compreender o artifício presente na constituição da identidade do sujeito, como uma específica

forma de investimento presente em difusas estruturas de significado, característicos modos de expressão e padrões narrativos recorrentes.

Auto-modelagem é a versão da renascença dos mecanismos de controle, a criação de um sistema cultural de significados que cria indivíduos singulares para governar a passagem do potencial abstrato para o histórico.²⁹

Nesta senda, pode-se compreender por modelagem a construção de uma personalidade distinta, uma característica que endereça para o mundo, um modo mais consistente de perceber-se e comportar-se.³⁰ A modelagem é um investimento construído pelo próprio indivíduo visando uma intervenção no exterior, ao mesmo tempo em que define uma feição para si.

Cabe considerar que Greenblatt pondera acerca da atuação de Thomas More, inicialmente, em tempos inconstantes e incertos, na corte renascentista, onde estavam se remodelando as relações entre intelectualidade e poder. Tempo incertos que Capistrano também vivenciou e estão expressos, de maneira instigante, na pergunta acerca da formação ou dissolução. Conforme dirá o autor em carta enviada ao correspondente Mário de Alencar

²⁹GREENBLATT, Stephen. **Renaissance self-fashioning**. From More to Shakespeare. Chicago & London, p. 3, 1980.

³⁰*Idem*, p. 2.

Pretendo voltar à História do Brasil, mas sem gosto, como um boi que vai para o açougue. No prólogo de Fausto há um verso que sempre me comove: como Goethe, não terei o livro lido por aqueles que mais quisera. E, além disso, a questão terebrante: o povo brasileiro é um povo novo ou um povo decrépito? E os fatos idealizados pelo tempo valem mais que os passados atualmente?

Entre o “novo” e o “decrépito”, assim está o povo brasileiro posto em uma “questão terebrante”. Ao aglutinar o que ainda está crescendo e o que já está morrendo, gerou uma tensão, no leitor, pela impossibilidade de resposta derivada da pergunta. Esta pergunta, além da crítica direcionada ao espaço público, colocava em xeque a própria validade do conhecimento histórico, ampliando, naquele que a pronuncia, uma profunda sensação de dúvida. Esta sensação de incerteza não se remete simplesmente à desordem ou ao caos, mas ela se caracteriza como *instável*. Embora a diferença de sentido entre instabilidade e desordem seja sutil, ela propicia associações em direções opostas. Enquanto nas imagens da desordem ou da confusão a perda da ordem afeta, supostamente, apenas o mundo objetivo, não se pode imaginar, nas imagens da instabilidade, um solo instável que também não tivesse um impacto sobre a visão do observador. Ou seja, a pergunta acerca da “formação ou dissolução” é

uma forma de descrever o impacto do conjunto de mudanças políticas em sua percepção do mundo.

Cabe lembrar que, no início do período republicano, predominava a idéia de que uma verdadeira conquista do território somente poderia ocorrer através de seu conhecimento científico. Nessa ambiência, o estudo e o ensino da história tornaram-se uma necessidade estratégica enquanto elementos que fundamentam um conjunto coerente de referências a serem compartilhadas. A história conquistou lugar como espaço socialmente necessário por ser capaz de fornecer as bases para uma pedagogia cívica no processo de consolidação do Estado-Nação. Era preciso estabelecer uma versão consensual sobre o passado capaz de fundamentar o modelo nacional-republicano.³¹

Neste sentido, a dúvida acerca da possibilidade da História construir um conjunto coerente de referências a serem compartilhadas – presente na multiplicidade de perguntas feitas por Abreu – sinalizava a existência de um sentimento de insegurança relacionado com a situação política do Brasil, e, através da pergunta, o questionamento do valor de sua própria análise. Este parece ser um importante eixo organizador das ponderações feitas pelo historiador Capistrano. Fragilidade das instituições, ausência de compromisso com a longevidade de suas ações e

³¹Sobre este ponto Ver: GOMES, Ângela de Castro. *Através do Brasil: o território e o seu povo*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs). **A República no Brasil**. Nova Fronteira, 2002.

incapacidade de deixar algum legado para as gerações futuras; torna-se difícil pensar, desta maneira, que esta experiência coletiva fosse capaz de romper com certa permanência que ecoa de suas palavras. Desta maneira, a questão “terebrante” levantada não recebe uma resposta, termina em impasse, expressão da frustração quanto à possibilidade de intervir na realidade daquela República.

Será diante deste referencial objetivo que Capistrano irá delinear uma específica “auto-modelagem”. Esta seria alimentada por um olhar que tinha fundamento em uma estética romântica, que dialogava com o olhar trágico – conforme as imagens da ruína indicam – e que tinha como uma noção de fundo a idéia de autenticidade e formação. O argumento presente, de uma forma geral, em suas epístolas, para caracterizar sua figuração de si, é o da autenticidade. Dimensionando-se na camada mais recôndita capaz de ser perscrutada e acessada, ela se refere menos ao relacionamento tecido com o outro, mas àquilo que realmente somos, apesar das diferenciadas maneiras como construímos diferenciados papéis nas interações sociais. Uma unidade livre e autônoma frente à ampla totalidade de eventos que se sucedem em um plano mais geral.³² O critério valorativo que Capistrano adotou com relação a uma determinada maneira

³²A noção de autenticidade aqui seguida vem influenciada pelo artigo de GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

de compreensão do mundo teve por princípio esta autenticidade, enquanto expressão cultural que se caracterizava por ser espiritualmente harmoniosa, interna ao indivíduo, desvinculada do grau de sofisticação social e material.³³

Vale destacar que a autenticidade inclui, ou tematiza, certa unidade entre o lado espiritual/intelectual e o lado corporal. Daí sua insistência no concreto, ou seja, o corporal, o individual. A imagem descrita por Capistrano de Abreu no necrológio de José de Alencar tem como o alicerce do seu argumento esta convergência entre interior e exterior capaz de manter a constância nas idéias e de não se submeter ao que havia de artificial nos cumprimentos e frivolidades.³⁴ Neste percurso, há a convergência deste comportamento frente ao cotidiano com o que parece ser sua compreensão de individualidade. Apesar do gosto de conviver com os amigos, das viagens e reuniões, Capistrano, ao refletir sobre a existência, aponta:

³³Aqui a reflexão se apóia na compreensão de Trilling acerca da diferença entre sinceridade e autenticidade, indicando que ambas surgem no mundo moderno, mas que também a autenticidade substitui a sinceridade como elemento central na visão de mundo individualista. Enquanto a noção de sinceridade é pública e social, e corresponde a uma demanda do grupo e não do indivíduo, a autenticidade relaciona-se a um verdadeiro *self*, uma verdade interior. In: TRILLING, Lionel. **Sincerity and Autenticity**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

³⁴A autenticidade também já foi explorada por um outro percurso que a associa com o vínculo com o o romantismo pela visão trágica do mundo, pautada, sobretudo, na idéia de contradição entre os valores e a realidade. Esse ponto é explorado em LÖWY, Michel. **Revolta e melancolia**: romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

Amigos, conversas, passeios, livros, tudo passa e tudo é vão: quem afinal fica reduzido a si próprio é que vê a realidade e conhece como tudo é insuficiente. *Is life worth living?* [vale a pena viver?].³⁵

Esta individualidade, que investia no fato de estar “reduzido a si próprio”, esteve ligada a um tipo de comportamento, levando a um outro elemento acerca da forma como Capistrano modelava a sua personalidade. O cumprimento das obrigações, o controle das paixões, o autocontrole racional estiveram intimamente ligados ao ideal de formação, presente em suas cartas e sugestões aos correspondentes. A recorrência da citação de Goethe em suas cartas foi sugestiva neste ponto, pois serviu de referencial constante para uma determinada postura seguida pelo polígrafo cearense. Seus livros ocupavam um lugar de destaque em suas indicações para outros missivistas, como, por exemplo, nas cartas a Mário de Alencar e Paulo Prado, onde afirmava múltiplas vezes a necessidade de “obrar segundo o pensamento”, afirmações derivadas de suas leituras dos livros do autor alemão, principalmente de seu *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*.

O ponto central deste livro do autor de *Fausto*, também lido por Capistrano, estava na relação estabelecida entre a

³⁵ Carta a Joaquina “Kiki” de Assis Brasil 03/06/1919. In: ABREU. **Correspondência de Capistrano de Abreu**, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.71.

formação humanista da personalidade e o mundo. O livro trata da lenta formação do protagonista em seu início e trajetória em direção a um grau determinado de compreensão. Uma maturação que ocorreu ao longo da vida e possibilitou ao personagem alcançar o momento em que o sujeito apresentava-se como acabado. A realização dos ideais humanistas é não só o parâmetro de julgamento dos outros personagens da trama, como também o ponto de fuga que permite alinhar de maneira específica todos os critérios de ação do romance. Quando, em *Os Anos de Aprendizado*, o herói decidiu finalmente entrar para o teatro, formula a questão da seguinte maneira: “De que me serve fabricar um bom ferro se meu interior está cheio de escórias? E de que me serve também colocar em ordem uma propriedade rural, se comigo mesmo me desavim?”³⁶

Há uma passagem fundamental em que Wilhelm, após gradualmente tecer relações de maior proximidade com o filho com quem pouco teve contato, gradativamente muda sua forma de observação do mundo. O mundo deixa de apresentar sua face em desorganização – seu caráter de “edifício” que “erguido às pressas se deteriora antes de o deixarmos” – e passa a ganhar estabilidade – e “tudo que estabelecesse devia durar por várias gerações” pelo conjunto de investimentos que “pensava plantar” e “crescer” de encontro

³⁶ GOETHE, Joham Wolfgam Von. **Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister**. 2. Ed. São Paulo: Ensaio, 1994. p. 357.

ao filho. “Nesse sentido, haviam chegado ao fim seus anos de aprendizado e com o sentimento de pai havia adquirido também todas as virtudes de cidadão.”³⁷ Como dirá Georg Lukacs, em um ensaio de 1936, “O teatro, e a poesia romântica ao longo do livro, são apenas meios para a expansão da personalidade humana.”³⁸ Esses diferenciados meios propiciarão a edificação daquilo que é singular.

Será neste sentido edificador que Capistrano irá recomendar a Mário de Alencar a leitura de um artigo do *The Nation*:

Se a câmara ainda recebe o *The Nation*, chamo sua atenção sobre um artigo do semestre passado, relativo a duas célebres quadrinhas de Goethe no *Wilh[elm] Meister*. O sentido é quem nunca comeu seu pão com lágrimas e passou as noites chorando sem dormir, não conhece os poderes celestiais, que atiram a criatura no mundo, fazem-na pecar, deixam-na entregue a si, porque tudo se expia nesse mundo...³⁹

Comer “pão com lágrimas” e passar as noites “chorando sem dormir” é a condição para que o sujeito se compreenda enquanto personalidade diferenciada dos outros,

³⁷ *Idem*, p. 502.

³⁸ LUKACS, Georg. Os Anos de aprendizado de Wilhelm Meister (1936). In: GOETHE, *Op. cit.*, p. 658.

³⁹ Carta de Capistrano de Abreu para Mário de Alencar 15/09/1915. In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.243.

uma criatura atirada, “entregue a si”. Formar-se: o homem se faz no mundo, pois o que se “expia nesse mundo” é o que possibilita o desenvolvimento da personalidade. Incorporando as reflexões de Harvey Goldmann acerca do romance de formação goethiano, o autor observa que o conceito de personalidade é central e crucial para a composição da *Bildung* e que não há outra palavra que pode ser mais característica a ela. Personalidade é um elemento fundamental do *self*, neste caso. *Bildung* implica a suprema ênfase nas tendências do coração. Ela faz com que o homem busque uma elevação espiritual e refino emocional, individualização mental e perfeição moral.⁴⁰

Esta perfectibilidade a ser alcançada pelo indivíduo, que se forma a partir de um desenvolvimento individual em relação estreita assumida com a ambiência cultural⁴¹, estava presente principalmente em frases do *Wilhelm Meister* de Goethe que foram utilizadas por Capistrano, conforme a troca epistolar com Mário de Alencar e Paulo Prado indica. Como Abreu diria diversas vezes tanto para Paulo Prado como para Mário de Alencar, “obrar é fácil, pensar é difícil, obrar segundo

⁴⁰ GOLDMAN, Harvey. **Politics, Death and the Devil**: self and power in Max Weber and Thomas Mann. University of California Press, 1992. p. 27.

⁴¹ “O Conceito fundamental de *Bildung* significa formar a alma por meio do ambiente cultural. O conceito de *Bildung* requer uma individualidade que, como ponto de partida único, deve desenvolver-se numa personalidade formada ou saturada de valor.” In: RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 95.

o pensamento é mais difícil ainda.”⁴² A busca pela sincronia entre pensamento e ação é tópica do romance de formação.

Ainda neste ponto, mas caminhando para um outro terreno, conforme observou Gadamer, “o ideal de formação... talvez seja a grande idéia do século XVIII.” Ao refletir acerca deste conceito, observa o estrito vínculo entre formação e universalidade:

A formação como elevação à universalidade é uma tarefa humana. Exige um sacrifício do que é particular em favor do que é universal. O sacrifício do particular, porém, significa a inibição da cobiça, e com isso, liberdade de seu objeto e liberdade para a sua objetividade.⁴³

A formação intelectual de Capistrano compreendia formação cultural não como imitação, mas como participação criativa, como a capacidade do indivíduo de completar sua própria formação. Um crescente aprimoramento de cada indivíduo que conduzia à autoconsciência no plano individual; e que, no plano coletivo, implicaria a constituição de uma humanidade qualificada pela cultura.⁴⁴ A tônica é como formar-se a partir da vivência.

⁴² Carta de Capistrano para Paulo Prado 15/02/1925 esta frase seria repetida para uma série de outros missivistas ao longo de toda a sua correspondência.

⁴³ GADAMER, Hans-George. **Verdade e Método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁴⁴ “O Termo *Weltschauung* é costumeiramente traduzido por visão de mundo ou concepção integral de mundo”, mas o termo chegou a significar mais que isso. Ele não se referia apenas ao entendimento total e sistemático da realidade ou uma ênfase metafísica distinta da meramente “epistemológica”.

Retornando ao romance goethiano, Wilhelm é a expressão de uma individualidade plural, a narrativa de uma vida que está organicamente atrelada aos outros personagens dispostos na trama. Os diferentes conflitos, choques e divergências existentes não geram ruptura ou separação, mas servem de passo para a coerência final da obra. A expressão mais acabada do homem inteiro, no sentido de *Os anos de Aprendizagem*, é a forma adequada para uma dupla reflexão: o indivíduo batalhando concretamente na vida e espelhando em si um mundo inteiro. O romance é a efetivação desta tensão e saber em uma forma que é diferente em cada indivíduo.

Esta idéia de um indivíduo capaz de alcançar o próprio de sua singularidade, através de um processo de formação, está muito próxima à idéia de cultura caracterizada por Simmel no momento em que constatava seu desaparecimento no contexto da modernidade européia. No texto chamado "Subjective Culture"⁴⁵, o autor descreve o ideal de perfectibilidade ao qual estava ligada a tradição romântica alemã. A relação entre a interioridade de uma entidade individualizada e um agente cultural externo ocorre a favor do aperfeiçoamento das qualidades inerentes ao primeiro. Nessa

Também aconselhava uma síntese pessoal das observações e juízos de valor, na qual os objetivos do indivíduo estariam relacionados com seu entendimento do universo In: RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 110.

⁴⁵ SIMMEL, George. Subjective Culture. In: **On Individuality and Social Forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

perspectiva, cultura era entendida como “cultivo”, o desenvolvimento daquilo que já existia em sua própria individualidade.

Este detalhamento da noção de cultivo nos permite compreender em que se baseia a noção de expansão de vida interior que Capistrano parecia mobilizar. Em uma carta, após suspeitar do lançamento de Mário de um livro de bolso que poderia não arrecadar cifras de vendagem, Abreu, de maneira incisiva, apontava ao amigo escritor:

Quase quinze anos Você tem sacrificado a seu pai: tome agora dez anos para si; depois, com a experiência e o saber adquirido neste prazo, torne a seu antigo culto, porque o perigo do epigonato estará acabado, e poderá cumprir o seu dever com uma superioridade que você tem-se condenado a não adquirir, se persistir na atmosfera do herói de Encarnação. Não é isto idéia de momento, há muito penso assim, mais de uma vez tenho lhe dado a entender, desde que se oferece hoje a ocasião, expondo-lhe logo de uma vez sem ferrolhos todo o meu pensamento.⁴⁶

Pertencer a uma atmosfera que não é a sua, eis o equívoco. O “condenado” Mário de Alencar insiste em não alcançar aquilo que lhe é próprio – sua “superioridade” – por

⁴⁶Carta de Capistrano de Abreu para Mário de Alencar 14/12/1891. In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 208.

ainda estar preso ao exemplo dado pelo passado. Ao longo das cartas enviadas para este interlocutor, há a construção de um diálogo que, além de possuir um caráter pedagógico, cada vez mais caracteriza um mergulho intimista do próprio Capistrano. Em outras palavras, une o inautêntico que visualizava em outro intelectual com a expansão que buscava para si mesmo. Em carta a Luís Sombra, ao tratar da entrada de sua filha para o Convento das Carmelitas, Abreu – apesar de toda dor causada pela escolha da filha de um projeto radicalmente diferente do seu – afirmou que ela teria seguido o único caminho possível para a sua felicidade: “obedecer aos ditames da consciência, principalmente com sacrifícios.”⁴⁷

A noção de autenticidade carrega, junto a si, a noção de vocação. Ainda dialogando com as cartas que tratam do tema da entrada da filha para o convento, dirá Capistrano, em outra carta endereçada a Mario de Alencar:

A 30 uma carta de Honorina, datada da véspera, comunicou-me a resolução de entrar já para o convento. Só a 2 pude ter com ela uma conversação íntima e perfeitamente inútil. Mesmo se pudesse, nunca me oporia a que seguisse a sua vocação; pedi-lhe apenas que adiasse a separação enquanto a vó estivesse viva.⁴⁸

⁴⁷Carta a Luis Sombra de 31/12/1910. In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 22.

⁴⁸Carta de Capistrano para Mário de Alencar 28/12/1909. In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 213.

“Tenho querido ser psicólogo”. Assim caracterizaria Abreu, na continuação da carta, a função que gostaria de exercer para aplinar a sua dor. Com dor e amor unidos no peito, Capistrano continuaria dialogando com Mário, através das missivas, sobre a “crise” religiosa da filha, “em nossa longa conversação sondei-lhe bem a alma, depois meditei bem sobre tudo, deixando de parte o sentimento e convenci-me de que sua resolução havia sido a mais acertada.”⁴⁹ Apesar da junção de sentimentos múltiplos, a vocação ainda seria considerada o caminho a ser seguido.

Esta ênfase no autêntico leva a outra questão acerca do caráter acusador de muitas das afirmações de Abreu. Conforme afirma Virgínia Buarque, a personificação de elementos simbólicos promovida pela sua filha e, posteriormente, Madre Maria José seriam os elementos principais do distanciamento entre ambos.⁵⁰ Observa a autora que através da troca epistolar, a filha buscou não somente sociabilizar suas práticas e dar sentido às mesmas, como também as tornou instrumento de um apostolado letrado, visando obter a conversão do pai à fé católica. Enquanto a Madre constituía sua biografia espelhando-se em padrões hagiográficos femininos, Capistrano, por sua vez, não se espelhava em nenhum modelo previamente estabelecido.⁵¹ A

⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

⁵⁰ BUARQUE, Virgínia. Cartas do Claustro. **Trajetos**. Revista de história da UFC Dossiê: Capistrano de Abreu. Ceará. v.3 n.5, p.137-145, 2004.

⁵¹ BUARQUE, Virgínia. **Escrita Singular**. Capistrano de Abreu e Madre Maria José Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura, 2003.

possibilidade de se rascunhar de maneira similar a qualquer Outro era a expressão inautêntica de uma forma de vida que se compreendia em assimetria entre interior e exterior. Independente de qual fosse sua leitura, nenhum padrão, seja existencial, teórico ou filosófico seria capaz de servir de modelo para Abreu.

A escrita das cartas e a produção de um desenho de si que visasse ao distanciamento do que considerava a completa desorganização da vontade no espaço público – seja regido por múltiplas turbulências, seja por votações que não seguissem nenhuma relação de dignidade – era a expressão da tentativa de compreender-se de forma diferenciada, o que permite visualizar como sua pintura de si foi rascunhada em contraposição a outros intelectuais. Em cartas para vários correspondentes, verticalizava suas críticas ao caráter retórico da ação destes intelectuais e repetia um ditado captado de Tobias Barreto, que dizia que “no Brasil come-se em francês e se arrota em alemão.”⁵²

Nas considerações de Capistrano, a vida política era deprimente e repetitiva. Diante de um certo grupo de intelectuais, suas afirmações ganhavam, cada vez mais, a sonoridade da busca por autenticidade. Diante de um presente só-superfície, a composição de uma identidade pautada por valores morais fixos e que seguisse ações de

⁵² Carta para Paulo Prado 16/12/1925. In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 305.

forma coerente, seria a única possibilidade de atrelar a seus atos uma dada postura ética. Seu desenho de si e sua percepção do país estavam em profunda assimetria, fazendo com que a sua imagem de outros intelectuais fosse condicionada por esta maneira de apreensão.

Entra-se, assim, no terreno de suas acusações acerca da noção de cópia. Seu principal alvo foi Joaquim Nabuco. Mais do que uma comparação que vise aproximar para definir diferenças, Nabuco foi presença constante em suas cartas, tornando-se, como pode ser claramente observado em suas cartas enviadas para João Lúcio Azevedo, parte constitutiva de sua “automodelagem”, assim como Rui Barbosa também o seria. Uma imagem invertida que se tornou parte constitutiva de seu próprio desenho.

Mando agora a *Minha Formação* de Joaquim Nabuco. Se já a conhece, passe adiante. Minhas relações com ele foram poucas. Alguns dias depois de 15 de Novembro, pegou-me na rua e, todo vibrante de indignação, expôs-me o seu monarquismo, graças a São Bagehot. Um capítulo sobre os Estados Unidos é digno de toda atenção. Quanto ao abolicionismo acho uma decepção. Quem o ler pensa que fez tudo: enquanto Patrocínio e Rui e outros batiam-se, estava na Inglaterra. Bonito homem, ainda ficou mais apolíneo quando encaneceu, conservando a tez de

moço. Quando soube de sua nomeação para os Estados Unidos, disse a um pernambucano como ele: é branco, é bonito, é instruído; é a pessoa mais própria para dar uma falsa idéia do Brasil: não podia ser melhor a nomeação.⁵³

Mesmo em se tratando de uma figura de grande aceitação pública, e que teve o seu nome relacionado à campanha de abolição, o Nabuco de Capistrano viveria de uma falsa imagem. Capitalizou para si uma luta para a qual nem sequer estava presente, visto que estava na Inglaterra. A mesma falácia se encontrava desenhada na sua escolha como representante brasileiro nos Estados Unidos. O que mais parece incomodar Abreu é a existência de uma vida que se estiliza de forma perfeita e acabada, rigidamente enquadrada pelas regras de etiqueta e, desta maneira, instalada em uma dimensão distante de qualquer espontaneidade e vontade humanas. Através da imagem do político pernambucano, presentificava-se uma característica do procedimento brasileiro, ou seja, viver das aparências e passar a idéia de ser um país viável. Nabuco é aquilo que o Brasil, seu povo, sua nação não era: branco, bonito, instruído.

Reiterava-se, nesta imagem, um embate entre artificialidade e autenticidade. A artificialidade não é propriamente a desordem em si, mas a reconfiguração de

⁵³Carta para João Lúcio Azevedo 11/02/1920. In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 146-147.

seus elementos em histórias e tramas que são percebidas como não-naturais. Ela pressupõe a distinção entre a solidez de uma profundidade e a leveza de uma superfície – um binarismo que corresponde à distinção entre um significado (profundidade) e as formas de sua expressão (superfície).⁵⁴ Tanto a autenticidade quanto a artificialidade se referem a uma relação entre forma e conteúdo, interior e exterior, onde, no caso de Capistrano, a opção por uma delas se fundamenta na crítica veemente a outra; uma escrita de si que tem como artifício o contraste com uma outra identidade que indique uma caracterização oposta. Ou seja, Capistrano, em suas observações, sustenta a complementaridade entre a expressão física e o conjunto dos atos do indivíduo como a marca daquilo que lhe é particular.

A assimetria entre forma e conteúdo, que teria em Nabuco seu principal exemplo, devido à assimilação dos valores franceses, seria a expressão da excessiva retórica que impregnava os ares deste intelectual-vitrine. Seu contato estreito com a Europa, muitas vezes definido pelo deslumbramento e por afirmações de descaracterização dos trópicos, tornava Nabuco o exemplar, por excelência, de um grupo de intelectuais que havia sucumbido ao desejo de tornar-se como o outro. Nesse caso, a Europa como desejo e os Estados Unidos como projeto político. Permite-nos afirmar

⁵⁴ Grande parte deste desenvolvimento acerca da noção de artificialidade encontra-se em GUMBRECHT, Hans Ulrich. **1926. Vivendo no limite do Tempo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

que ele personificaria a expressão daquilo que ainda não havia sido superado, ao longo de muitos séculos, na História do Brasil e expresso em seus *Capítulos de História Colonial*: o sentimento de inferioridade do colono. Se em sua elaboração histórica houve a superação da inferioridade ante ao reinol, estava posta em dúvida a possibilidade de superação da inferioridade frente ao europeu pelo esquecimento de uma dada tradição e especificidade do brasileiro.

Aos olhos de Abreu, a fisionomia europeia deste Outro intelectual possui um caráter mimético, ressentido, que guardava velado o desejo de ser como o Outro. O Nabuco de Capistrano seria a expressão da excessiva valorização de uma norma estética fundada na aceitabilidade do padrão europeu de conduta. Uma padronização que teria como fim a reprodução formal de uma série de elementos incapazes de propor algum tipo de resposta às contradições de uma modernização em curso no alvorecer daquele século XX, em terras brasileiras. Sempre o mais do mesmo, a recorrência, a reprodutibilidade e, pior, a aceitação. O mergulho em um clima do mais completo *artificialismo*.

Rui Barbosa também seria alvo de suas acusações. Contrapondo ilustração e rusticidade, Abreu contrasta Hermes e Rui, sem aderir a nenhum dos dois, mas caracterizando a “poliandria de idéias” como um vício que perdura em seu presente.

Dizem que Hermes não está preparado porque não é ilustrado. De que serve a ilustração, se, como no caso de Rui, apenas faculta a poligamia e a poliandria de idéias? Creio bem eu se tivesse o nariz carregado de um a outro extremo de lentes e óculos combinados, eu poderia enxergar; mas deve-se lastimar quem vê com os próprios olhos e dispensa artifício? Rui é um suntuoso banheiro de mármore, de água encanada, com duas torneiras, uma de água quente, outra de água fria, à vontade do freguês. De muito boa vontade troco-o pela cachoeira tosca da Gávea, e não peço compensação.

47

Exterior e interior em assincronia, “artifício” como perversão. Rui Barbosa como um exemplar de intelectual incapaz de seguir um caminho linear, seguir os “ditames da consciência”; a expressão de uma figura duvidosa, a personificação de um “suntuoso banheiro de mármore”. Como possui “duas torneiras”, é incapaz de manter sua própria vocação, permanece “à vontade do freguês” com água quente e fria, conforme necessitarem as circunstâncias. A adequação e a ausência de vontade frente às contingências do âmbito político são os fundamentos desta crítica, de veio moral, que Abreu direciona ao outro intelectual.

Como forma de questionar esta postura intelectual e seu direcionamento político, Capistrano utilizava a imagem de

outro intelectual como exemplo de retidão: Eduardo Prado. Como dirá Capistrano, em carta a Domício Gama, “o manual do Itamarati deve ser a *Ilusão Americana*. Tem um? Deve ter, mas é o livro de um homem.” [Grifo do autor]⁵⁵ Em seu *A Ilusão Americana*, Eduardo Prado afirmava a identidade nacional pela negação do exemplo norte-americano, apresentando a contraposição entre duas Américas: a América do espírito e a América da força. O intuito explícito era a crítica à instituição da República no Brasil. A antipatia em relação à república norte-americana, que seria vista como em constante guerra pela expansão dos sindicatos e pela expansão imperialista, era uma crítica à República dos militares.⁵⁶

O que Eduardo Prado via na República era o desenfreado apetite individual que corrompia todos os valores, o particularismo contraposto ao domínio público, as soluções individuais em prejuízo do bem geral. O autor sugere um futuro em que os sindicatos lutariam contra a burguesia capitalista, fazendo com que os milionários se retirassem para a Europa. Numa outra opção, estes milionários estariam organizando os “Pinkertons” que seriam tipos de capangas “armados de revólveres e carabinas” que teriam a função

⁵⁵ Carta de Capistrano para Domício Gama (11/11/1916). In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p 262.

⁵⁶ PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana**. 5.ed. São Paulo: IBRASA, 1980. p. 17-30.

imediatamente de “reprimir os operários revoltados”.⁵⁷ O milionário que ao longo da história utilizou a corrupção como forma de atingir seus objetivos, agora utilizava a organização militar. Mas todos os intentos terminavam decaindo e chegando ao mesmo deságüar. “Em todo o caso o resultado é o mesmo, porque quer tenha que ser servidor dos financeiros, quer tenha que ser instrumento dos militares, o homem público perde, com sua dignidade, a sua independência.”⁵⁸ O particularismo criava uma situação de corrupção na qual o governo de uns sobre os outros levaria à decadência. A idéia que permeia o pensamento de Eduardo Prado seria a de que o país praticava uma opção política deslocada, por imitação e moda, e que o motor de tal prática era o motor desfibrado do brasileiro. Em sua *Ilusão*, a noção de cópia, como aquilo que permeia o pensamento nacional, entra na composição de sua crítica à aproximação do Brasil ao modelo norte-americano: “Copiemos, Copiemos, pensam os insensatos, copiemos, e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa.”⁵⁹

A imagem de Eduardo Prado para Capistrano seria a de um exemplo de intelectual, devido ao rígido código de moral que seguia e a capacidade de pensar com a sua tradição. Ele não teria sucumbido à sedução de valores

⁵⁷ *Idem*, p. 59.

⁵⁸ *Idem*, p. 138.

⁵⁹ *Idem*, p. 234.

estrangeiros, pecado mortal que a grande série de intelectuais – como Nabuco e Rui Barbosa – teriam cometido. O conjunto de atitudes políticas do autor de *Minha Formação* tinha como objetivo a submissão política do Brasil aos Estados Unidos, reatualizando um vício secular que teríamos herdado de Portugal. Ele seria a expressão do inautêntico, a cópia que simplesmente seguiria um modelo. Como dirá em carta a Domício Gama:

Em diplomacia somos associados, não somos aliados; temos de formar ao lado dos Estados Unidos, entregar nosso voto a Wilson. Não creio na amizade dos Estados Unidos, filho espúrio de Salvador de Mendonça, criado e chocado pelo Barão, pelo Nabuco, por V.[ocê], talvez por Assis Brasil, que já tem a visão menos turva.⁶⁰

Cabe, após esta carta, uma pequena pausa. Tanto nesta missiva agora citada como na anterior, os Estados Unidos assumem lugar central em uma série de ponderações. Cabe, então, uma análise mais detida, para que este ponto não seja considerado, unicamente, através da consideração e do afastamento de Nabuco e Capistrano.

Como aparece na carta anteriormente citada, “Um capítulo sobre os Estados Unidos é digno de toda atenção. Quanto ao abolicionismo acho uma decepção.” Examinando

⁶⁰Carta de Capistrano para Domício Gama (11/11/1916). In: **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p 262.

este capítulo, pode-se compreender porque Capistrano, na missiva endereçada a João Lúcio Azevedo não o ataca imediatamente, mas diz que merece atenção. No capítulo “Influência dos Estados Unidos”, em *Minha Formação*, Nabuco, após considerar a procedência anglo-saxã dos americanos, iniciava um detalhamento acerca das diferenças, para ele gritantes, entre os dois países. Ao considerar as instituições inglesas como possuidoras de “mais dignidade, mais seriedade, mais respeitabilidade”, diz que a “organização americana oferece muito menos garantias de equidade e menor proteção do que a inglesa”. Assim, diz que individualmente o americano será o mais livre de todos os homens, mas como cidadão não possui garantias, por isso, afirma: “o cidadão vale menos nos Estados Unidos do que na Inglaterra”.⁶¹

Estas considerações levam até outro capítulo do livro. Em Bagehot, também lido e citado por Capistrano, na referida carta, ao analisar as chaves de sistema que caracterizam os principais ganhos de sua leitura, analisa que o equilíbrio entre partes “imponentes” e “eficientes” é a causa da calma do espírito nacional, o fato de caminharem sem perder o equilíbrio. A estabilidade é o que permite construir o argumento e o elogio à forma de governo inglesa. Sem querer aprofundar uma reflexão acerca dos capítulos citados, cabe considerar que, apesar das flagrantes diferenças – pelas

⁶¹ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Brasília: UnB, 1981. p. 112.

quais são costumeiramente aproximados – tanto Nabuco como Capistrano mantêm como ponto de contato o elogio da estabilidade.

Isto leva a outro ponto. A constituição de um diálogo entre essas duas narrativas autobiográficas talvez possa servir para a caracterização de duas percepções sobre o modo de articulação de um *self* particular e a ordem social: a de Capistrano, referida a uma concepção de indivíduos auto-orientados e deliberativos e a de Nabuco sustentada em uma concepção de indivíduos mais suscetíveis à troca simbólica, experimentando, portanto, uma identidade menos “dura” e, por isso, mais compatível com experiências de reciprocidade e com a experiência da adaptabilidade.

52

A diferença entre esses modelos não consiste tanto na oposição entre uma ordem individualista e outra ordem hierárquica, mas sim na oposição entre duas formas, igualmente modernas, de resolução da articulação entre indivíduo e vida coletiva. Do contexto de suas respectivas elaborações autobiográficas, emerge da elaboração de Nabuco um personagem ideal-típico, o cavalheiro, com o qual condensa seu respectivo padrão de individuação, condicionado, a rigor, a um determinado padrão de relação afetiva com o mundo pautada na compaixão. Uma relação afetiva com o mundo, na qual a experiência do outro assume o sentido de um reencontro com uma parte alienada de si, sendo, por isso, um registro adaptativo, moldado,

plasticamente, às vicissitudes.⁶² Nesse caso, o diálogo com Nabuco é fundamental, pois sua adaptabilidade permanente serve de contraponto a maneira como Capistrano constrói sua automodelagem.

Apesar de Nabuco possuir dignidade, faltava-lhe postura aos olhos de Abreu. Falta que aguçava a assimetria entre essência e forma justamente por esta plasticidade que lhe faz expandir a sua relação com o mundo. Esta experiência da adaptabilidade, que Maria Alice Rezende de Carvalho avalia em Joaquim Nabuco, expressa um contraste significativo com a escrita de si de Capistrano de Abreu, que investe, ao contrário, na imagem do intelectual acabado e diferenciado, tanto de um certo grupo de intelectuais quanto de atitudes políticas lembravam costumes do período colonial. O autor dos *Capítulos de História Colonial* tenderia, gradualmente, a manter o distanciamento de um cotidiano político turvo e caracterizado por uma semente de desagregação, reafirmando tanto em seus conselhos aos seus correspondentes, como em sua elaboração autobiográfica, uma estratégia de “automodelagem” em que sua postura é mobilizada como forma de não somente “obrar”, mas de manter-se fiel a sua busca por “obrar” segundo suas próprias convicções. Assim, esta postura, calcada na idéia de distanciamento do mundo, não vem atrelada a certa apatia

⁶² CARVALHO, Maria Alice Rezende. **O Quinto Século**. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan IUPERJ, 1998. p. 179.

diante da ordem objetiva, mas parece ser, para Abreu, quase condição fundamental para a amplificação da sua capacidade de observação política e conservação de sua singularidade.

Singularidade, tempo histórico e tradição são todos aliados da autenticidade. A pressuposição de que existe uma ordenação do passado capaz de dotar o mundo de significado cuja existência é sempre pressuposta pelos pensamentos ou ações do sujeito fundamenta esta aliança. Particularmente, este vínculo com a autenticidade, no caso do polígrafo Capistrano de Abreu, opta pela tradição enquanto elemento capaz de conferir legitimidade ao conjunto de escolhas no presente, tendo como horizonte comum a nação. Foi esta autenticidade que ampliou o contraste com outros intelectuais e tornou, desta maneira, sua “automodelagem” uma forma endereçada para o mundo, pautada na visão de mundo romântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Organizado por José Honório Rodrigues. 2.ed. 3. vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Ensaio e Estudos** – 1º série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Fases do Segundo Império. Estudo publicado n' O Jornal (02/12/1925)**. In: *Ensaio e Estudos* – 3º série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca**. São Paulo: Alameda, 2006.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império.** Ed. Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu.** In: *Revista Estudos Históricos*, v. 1, 1988.

BERRIEL, Carlos Eduardo. **Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado.** São Paulo: Papirus, 2000.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. **Cartas do claustro. Trajetos.** In: *Revista de história da UFC dossiê: Capistrano de Abreu.* Ceará, v.3, n 5, 2004.

_____. **Escrita Singular.** Capistrano de Abreu e Madre Maria José. Museu do Ceará. Coleção Outras Histórias. n. 20, 1993.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. **O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1998.

GADAMER, Hans-George. **Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GOETHE, Joham Wolfgham Von. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1994.

GOLDMAN, Harvey. **Politics, death and the devil: self and power in Max Weber and Thomas Mann**. University of California Press, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. **Através do Brasil: o território e o seu povo**. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). *A república no Brasil*. Nova Fronteira, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, memória e Ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

GREENBLATT, Stephen. **Renaissance self-fashioning**. From More to Shakespeare. Chicago & London, 1980.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **1926. Vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HARDMAN, Francisco Foot. **Antigos modernistas**. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides.** Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/revista/>> Acesso em 1º mar. 2007.

_____. **Trem fantasma: modernidade na selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUKACS, Georg. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister** (1936). In: GOETHE, Joham Wolfgham Von. *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1994.

58

LÖWY, Michel. **Revolta e melancolia: romantismo na contramão da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **Do império à República. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v. 2, n.4, 1989.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação.** Brasília: UnB, 1981.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”.**

Rio de Janeiro: PUC, 2002. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 5.ed. São Paulo: IBRASA, 1980.

RENAN, Ernst. **O que é uma Nação**. In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Caderno de Pós-Letras, UERJ, Rio de Janeiro, 1994.

RICOUER, Paul. **La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 2000.

SIMMEL, George. Subjective Culture. In: **On Individuality and Social Forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

TRILLING, Lionel. **Sincerity and Autenticity**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

Considerações acerca da obra de Marija Gimbutas, suas ideologias pessoais no campo da Arqueologia e a idilização do Báltico

André S. Muceniecks

60

Resumo: o artigo trata acerca de aspectos pouco discutidos da obra da arqueóloga lituano-americana Marija Gimbutas, mais conhecida popularmente no ocidente por suas obras referentes à idílica “Antiga Europa” e à “Civilização da deusa”, mas mais influente no âmbito científico e acadêmico por suas contribuições no campo dos estudos indo-europeus. Em particular, analisamos a influência de sua bibliografia pessoal na construção de seu conhecimento arqueológico referente aos estudos indo-europeus e balto-eslavos; a preferência a este âmbito de sua obra em detrimento aos seus mais discutidos e conhecidos estudos, declaradamente de gênero, deve-se não apenas à sua maior aceitação e influência no meio científico. Mas também no campo potencial que um conhecimento supostamente “neutro” revela na detecção das motivações e ideologias subjetivas, fundamentadas na experiência pessoal, e na própria percepção do delineamento e evolução de suas idéias posteriores de gênero.

Palavras-chave: Gimbutas. Arqueologia. História. Ideologia. Báltico.

Reflexions about the work of Marija Gimbutas, her personal ideologies in Archaeological Thought and the Idilization of the Baltic Area

Abstract: *this article studies some aspects that remain outside the scope of the most part of the arguments about the archaeologist American Lithuanian Marija Gimbutas, popularly well-known in the occident for her ideas about the “Old Europe” and the “Civilization of the Goddess” but more influent in the scientific and academic scopes for her contribution in the field of the Indo-European studies. Particularly we analyze how her personal biography guides the construction of the archaeological knowledge concerning the Indo-European and Balto-Slavic studies. The preference for the ambit of her previous workmanship despite of her more popularly known and discussed studies, stating it as the gender one, is not only for its great acceptance and influence in the scientific environment. But also in the potential field that “a supposedly neutral” knowledge discloses in the detention of the motivations and subjective ideologies, based on the personal experience, and the proper perception of the delineation and evolution of its posterior sort of ideas.*

Keywords: *Gimbutas. Archaeology. History. Ideology. Baltic.*

INTRODUÇÃO

62

Marija Gimbutas foi provavelmente a arqueóloga mais influente nos EUA no último século. De sua autoria são as hipóteses mais amplamente aceitas acerca de migrações indo-européias e culturas arqueológicas relativas aos kurgans, bem como as mais polêmicas (e já desacreditadas no meio acadêmico, ainda que não entre ligados a movimentos feministas e *New-Age*) que definem o conceito de “Antiga Europa”¹, marcada pela religião centrada no culto à Deusa mãe, cultura matrilinear e pacifismo. Apesar disso, seu nome é bastante desconhecido no meio brasileiro (acadêmico ou não), com a exceção de grupos restritos.²

Nosso objeto principal de estudo consistirá na obra de sua primeira fase, referente à cultura dos kurgans, estudos indo-europeus e, em particular, estudos referentes a Baltos e Eslavos. Tal escolha não é arbitrária, e será melhor justificada no decorrer do artigo, mas centraliza-se no suposto caráter “neutro” de tais obras síntese, e em suas oposições características à obras posteriores. Em obras mais tardias como “The civilization of the Goddess” as características marcadamente feministas e de gênero são declaradas

¹ “Old Europe”.

² Sobre a questão da Deusa- Mãe, Fleming e Ucko são os maiores críticos. Um bom resumo da questão é FLEMING, Andrew. The myth of the mother-goddess. **World Archaeology**, 1969.

abertamente, e sua ideologia característica encontra-se claramente enunciada.

Pretendemos demonstrar aqui que as obras iniciais da carreira de Gimbutas, marcadas por trabalhos-síntese, aparentemente descritivos e “neutros”, consistem em campo fértil de estudo da compreensão de como suas ideologias evoluiriam posteriormente, em particular quando estudadas em conjunto com sua história de vida. Tal estudo consiste também numa análise acerca da natureza subjetiva e ideológica do conhecimento arqueológico e histórico, e dos meios pelos quais as experiências pessoais e o tempo presente do historiador produzem marcas indelévels em sua construção científica.

1. VIDA E OBRA³

Também conhecida como Marija Alsekaite Gimbutiene⁴, nasceu em Vilnius, Lituânia, em 1921, e passou parte de sua juventude na Europa da 2ª grande guerra. Iniciou seu mestrado na Universidade de Kaunas, em 1938, mas o interrompeu com a invasão soviética da Lituânia em 1940, tendo engajado-se no movimento de resistência. Em 1941 casa-se com Jurgis Gimbutas. Com a conseguinte ocupação

³As informações cronológicas gerais, a não ser quando referidas especificamente, são da cronologia de Chapman, (1998, p. 299). As datas e informações sobre as obras, obtidas nas mesmas.

⁴Forma lituana-feminina do nome, pela qual assinava com frequência. No idioma lituano, os sobrenomes são escritos em formas masculina ou feminina.

da Lituânia pelo exército nazista, Gimbutas transferiu-se para a universidade de Vilnius, dando continuidade em seu mestrado nos anos de 1942-43. É impossível dizer qual a natureza dos sentimentos e concordâncias de Gimbutas em relação ao regime nazista, mas parece claro que entre ele e o poder soviético, Gimbutas considerava-o o “mal-menor”.

Com a segunda invasão do exército vermelho em 1944, Gimbutas, seu marido e filhos mudaram-se para Viena, e, em seguida, para Tübingen, Alemanha, onde ela realizou seu doutorado (“Enterramentos na Lituânia na época pré-histórica”) e pós-doutorado, auto-financiados, até 1949, ano em que emigrou para a Costa Leste dos EUA com a família.

Residindo em Cambridge, Marija buscou emprego em Harvard, mas apenas conseguiu um trabalho não-remunerado no museu Peabody, sustentando a família com trabalhos de meio-período até 1953, quando conseguiria uma posição remunerada de tempo integral. Em 1956 publicaria ali sua primeira grande obra, “The pre-history of Eastern Europe. Part I”, sendo que em 1958 completaria “Bronze Age cultures of Central and Eastern Europe”(GIMBUTAS, 1965), publicado apenas em 1965.

Após tantos anos de desgaste motivados pela resistência ao fato de ser mulher “num ambiente machista e fechado”⁵, Gimbutas mudou-se para a Stanford University, na Costa Oeste americana, em 1962-63, tornando-se professora

⁵ Nos termos empregados por Chapman (1998, p. 299).

associada por um ano, após o que seria apontada como integral. Tal período consistiu num marco em sua produção científica. Com adequada remuneração, reconhecimento e menores pressões no ambiente de trabalho, muitas de suas idéias mais ousadas viriam à tona. Nos primeiros anos publicou e desenvolveu mais amplamente suas idéias acerca das migrações indo-européias que já vinha paulatinamente desenvolvendo (em particular de 1956 a 1963) sendo que posteriormente, em 1980, publicaria uma versão mais expandida da idéia, já falando em termos de “três ondas de movimentos dos kurgans”, bem como maiores assimilações e misturas entre invasores e invadidos (GIMBUTAS, 1980).

No entanto, o trabalho que lhe traria o reconhecimento do grande público (e resistências no meio acadêmico) seria o referente à “Antiga Europa”. Após mais de uma década dedicando-se ao estudo de imagens de figuras femininas nos Neolítico e Calcolítico da Europa Oriental, publicaria sua primeira monografia dedicada à temática, “The Gods and Goddesses of Old Europe”⁶(em 1974).

Gimbutas permaneceu em seu posto até 1991, quando se aposentou e se tornou professora emérita.

Em seus últimos anos de trabalho, associou-se a Joseph Campbell, e foi fortemente adotada por movimentos feministas e New Age (ainda que não os “adotasse”).

⁶ Que, oito anos depois seria republicada e revisada, com a alteração na ordem dos substantivos: “The **Goddesses** and **Gods** of Old Europe”, nome pela qual passou a ser referida em Gimbutas, 1974.

Ainda que a fase final da obra de Gimbutas (relacionada à grande-deusa) seja a mais polêmica e em voga atualmente, não é nela que nos centraremos, mesmo por ter sido certamente a mais analisada sob pontos de vista críticos.. Antes, efetuaremos uma análise de suas propensões políticas, reconstruções e emprego da subjetividade na construção do conhecimento arqueológico, justamente na parte de sua obra que se considera mais “adequada” ao meio histórico-cultural e masculino das décadas de 50-70 na Costa Leste americana, ou seja, no período de escrita de seus trabalhos referentes à Idade do Bronze, em particular no relacionado à arqueologia dos baltos e, em menor grau, dos eslavos.

2. A IDADE DO BRONZE E OS KURGANS

“Bronze Ages Cultures of Central and Eastern Europe” foi a obra que concedeu renome a Marija Gimbutas como especialista no Bronze da Europa Oriental. Reunindo uma quantidade impressionante de material de idiomas inacessíveis à grande maioria dos pesquisadores ocidentais, em conjunto com metodologias e tipologias comuns na Europa Ocidental e América do Norte (mas não tão comuns na Europa Oriental, em particular na URSS), o resultado foi uma síntese inédita e de grande alcance, na qual Gimbutas traçava continuidades e afinidades entre as culturas centro-

européias do bronze, em particular lusaciana, com outras do norte e leste europeus no período do Bronze.

Nesta fase inicial de sua produção científica, Marija Gimbutas avançou a hipótese que o próprio Renfrew consideraria (RENFREW, 1999[1987], 18s, 39s) bastante fundamentada arqueologicamente acerca dos movimentos e migrações de populações indo-européias oriundas das estepes do sul da Rússia e norte do mar Negro (ainda que dela discordasse e propusesse uma outra alternativa). Inicialmente sua idéia fundamentar-se-ia num único movimento, mas com o decorrer do tempo ela seria ampliada com a sugestão de pelo menos três grandes ondas migratórias dos kurgans, em 4400-4300 a.C., 3400-3200 a.C. e 3000-2800 a.C.⁷

Segundo esta teoria, movimentos de populações semi-nômades, pastoris e fortemente belicistas vindas das estepes russas teriam invadido a Europa neolítica e promovido grandes transformações sociais e a destruição das culturas nativas, identificadas por Marija como pacíficas, sedentárias e agrícolas, praticantes do culto à Deusa mãe e formadoras de uma sociedade matriarcal criativa e artística.

A idéia inicial (ao menos acerca da localidade de origem) em si não era nova, e já fora apontada anteriormente por Schrader e Gordon Childe, mas Gimbutas sem dúvida

⁷ Numa série de artigos publicados principalmente no **Journal of Indo-European Studies**, datando de 1973, 1977, 1980, 1985 e 1989.

alguma empregou uma quantidade muito maior de informação e material oriundo das escavações, bem como recursos de datações mais precisas. A única grande “ameaça” a esta idéia foi a teoria proposta na década de 80 por Colin Renfrew (1999 [1987]); propondo uma resposta processual ao problema indo-europeu, e identificando a difusão indo-européia pela Europa com movimentos agrícolas vindos do Oriente médio (em particular da Turquia) milênios antes. Desta forma, a expansão indo-européia confundir-se-ia com a própria propagação da agricultura para o continente europeu.

Idéias posteriores, fortalecidas por pesquisas genéticas e de outras ciências, em particular mais recentemente, com Cavalli-Sforza “The geography of Gens” (2003 [2000]), vêm propor conciliações entre as duas teorias. De qualquer forma, a hipótese de Gimbutas das migrações voltou à tona⁸, sendo ainda a mais aceita nos meios de estudos indo-europeus, mas não se pressupõe mais uma exclusão entre as duas idéias. Mas a hipótese de uma “Antiga Europa” pacífica e matriarcal, de uma “Idade de Ouro” foi paulatinamente desmontada por outros especialistas em Europa do Sudoeste⁹, e a esta idéia de “Idade do Ouro” retornaremos mais adiante.

Sendo válida ou não, a hipótese dos Kurgans merece outro tipo de atenção, sobre outro ponto de vista. Mais de um

⁸ Juntamente com o arrefecimento da arqueologia processualista e um certo retorno (ou tolerância) à explicações de cunho migracionistas. As mesmas referidas pesquisa de Cavalli-Sforza apontam para uma natureza dêmica, e não apenas cultural do fenômeno de difusão indo-europeu.

⁹ Em particular Fleming (1969) e Meskell (1995).

autor (dos quais destacamos John Chapman e Lynn Meskell) já se referiram à similaridade dos movimentos de Kurgans propostos por Gimbutas e às próprias invasões sofridas pela Lituânia na 2ª guerra mundial (figura 1).

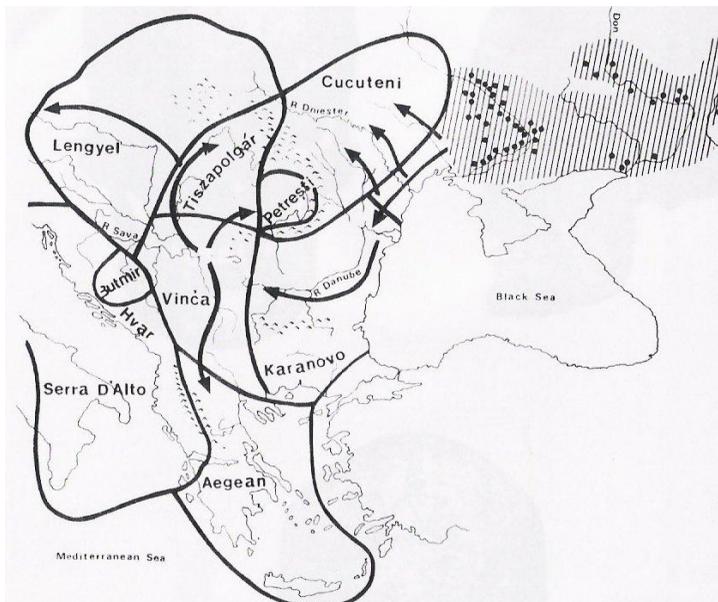


Figura 1: "Kurgan thrust (arrows) into Old Europe at. C.4400-4300 B.C."
In: GIMBUTAS, 1977, p. 312.

As linhas dos avanços dos kurgans frente à "Antiga Europa" e as do avanço soviético sobre a Europa Oriental são particularmente similares, e torna-se muito forte e clara a idéia da influência sofrida por Gimbutas de seu próprio presente na construção de seu conhecimento arqueológico. Ela fala de um passado distante e milenar e da destruição de uma Europa

idílica e pacífica, da parte de populações bárbaras, selvagens e destruidoras, vindas das estepes russas, e é impossível desvincular seu presente e sua fuga de sua amada Lituânia dos invasores vindos da URSS. O contraste é explícito na tabela por ela apresentada em 1977, onde apresenta uma marcada dualidade entre a Antiga Europa e a cultura dos kurgans (figura 2):

	OLD EUROPEAN CULTURE	KURGAN CULTURE
<u>ECONOMY</u>	AGRICULTURAL (WITHOUT THE HORSE), SEDENTARY	PASTORAL (WITH THE HORSE)
<u>HABITAT</u>	LARGE AGGREGATES VILLAGES AND TOWNSHIPS	SMALL VILLAGES WITH SEMI-SUBTERRANEAN HOUSES
<u>SOCIAL STRUCTURE</u>	EGALITARIAN MATRILINEAR SOCIETY	PATRIARCHAL, PATRILOCAL
<u>IDEOLOGY</u>	PEACEFUL, ART-LOVING WOMAN GREATNESS	WARLIKE MAN CREATOR

Figura 2: “Two opposite cultural systems, Old European and Kurgan, 5th – 4th millenia B.C”
In: GIMBUTAS, 1977.

Não apenas inspiradora da idéia dos “kurgans”, sua história de vida também produziria o móvel para a criação de seu paraíso feminino e idílico na “Antiga Europa”. Trataria-se de uma gradual expansão da idéia da perda da Idade de Ouro. Se inicialmente detectava-se este paraíso na Lituânia

(como veremos a seguir), as descrições da “Antiga Europa” reforçariam cada vez mais as características vistas por Gimbutas como ideais e paradisíacas.

É curioso notar, entretanto, que as formas ideológicas de Gimbutas não passam pelo caminho comum do nacionalismo e glorificação da pátria, ao menos não da forma tradicional e vinculada à guerra e expansão do espaço vital correntes desde a criação da Arqueologia e da História enquanto disciplinas de *status* científico. Ainda que a idéia de uma Europa matriarcal posteriormente destruída por pastoralistas indo-europeus apresente uma rejeição e oposição ao componente vindo do Oriente Médio, esta não o é da forma mais comum encontrada no meio acadêmico alemão no qual Gimbutas formou-se, influenciada por idéias de supremacia e distinções raciais. Antes, a rejeição do componente do Oriente Médio e da preferência ao elemento “europeu” dá-se de forma específica como uma rejeição ao fator destrutivo, belicista e “masculino”. Os invasores orientais são apresentados como vândalos e destruidores não por serem do Oriente, mas por representarem o *masculino*. Desta forma, idéias como a influência de culturas nilóticas e mesopotâmicas não são excluídas do componente da “civilização” europeia, havendo antes a consideração de um quadro inclusivo na sua “Antiga Europa”, que incorporaria, além dos Balcãs, as ilhas gregas, a Anatólia e o Egito.

A diferença de atitudes e a força das motivações pessoais, bem como sua associação clara (e mesmo *consciente*) do passado estudado ao seu presente, são dadas numa de suas últimas entrevistas:

(falando da Antiga Europa): This was the attraction – beautiful pottery, painting. It was like going back to paradise after what had happened later”;
(falando sobre a Europa do Bronze): “Weapons, weapons, weapons, ... like TV – war, war, war, war, whatever channel. All the descriptions of swords, daggers and others weapons, and that warrior culture which continued for 5.000 years up till this day, exhausted me. I didn’t like it and I don’t look at it (..) The Indo-European work was misery ... the later work was a deliverance (apud CHAPMAN, 1998, p. 307).

3. *THE BALTS*

No ano seguinte à sua mudança da Costa Leste para Oeste (1963), Gimbutas foi contatada por Glynn Daniel a fim de que redigisse um livro acerca dos baltos para a coleção “Peoples and Places” da Thames and Hudson. O resultado, “The balts”, receberia posteriormente uma adição referente à mitologia, e tornou-se síntese única no gênero, não apenas no mundo ocidental. Constitui-se ainda na principal obra de

referência empregada por germanistas, estudantes de Escandinávia e Leste-Europeu quando confrontados em seus ramos de pesquisa com a necessidade de contextualização de conhecimentos referentes aos antigos baltos anteriores à época medieval.

Mas quem são estes baltos? Trata-se de populações de ramo próprio de língua indo-européia, que do Neolítico até o Medievo habitavam a região Sudoeste do mar Báltico, tendo por vizinhos germânicos e escandinavos ao Sul e a Oeste, eslavos a Leste e Sul, e populações fino-úgricas não-indo-européias a Norte e Leste. Na atualidade, seus remanescentes são as populações da Lituânia e Letônia, sendo que a Estônia é habitada por falantes de linguagem fino-úgrica, aparentada ao finlandês e, mais distantemente, aos lapões (sami) e húngaros.

O vínculo de Gimbutas com a região em estudo, portanto, extrapola o interesse acadêmico e remonta à sua infância passada na Lituânia; uma escrita carregada de conteúdo emocional, que contribuiria em muito à paixão colocada por ela na escrita do livro. Como a autora afirma no Prefácio:

Este livro foi escrito em Stanford (...) numa colina de onde se descortina uma visão ampla de todas as direções. Aqui, em certos momentos, eu imaginava as colinas e as encostas do castelo de Gediminas, em Vilnius, cobertas de carvalhos

verdes, a minha cidade natal no coração das terras bálticas, da qual estou ausente há quase vinte anos. As dunas de areia da Califórnia, em Carmel, me recordam a branca e pura areia de Palanga, onde eu costumava recolher punhados de âmbar; o crepúsculo do Pacífico me lembra um sol repleto de paz mergulhando no mar Báltico; meus antepassados acreditavam que lá, no poente, existia a árvore cósmica, o eixo do mundo, sustentando a abóboda do céu (GIMBUTAS, 1985).¹⁰

74

Em quesitos metodológicos, “The Balts” não apresenta grandes inovações. Consiste numa síntese basicamente construída sobre bases histórico-culturais, com algumas inovações já iniciadas anteriormente por Gimbutas em “Bronze Age Cultures”, como um emprego muito mais acentuado da ciência linguística e o desenvolvimento do conceito cunhado pela própria Gimbutas de “Archaeomythology” (arqueomitolgia).

Nele, Gimbutas traça a história dos baltos desde o Neolítico (quando supostamente chegaram às praias do Báltico os primeiros falantes de idiomas indo-europeus, que teriam mesclado-se à população fino-úgrica original) até o início do período histórico, marcado pelas expedições de

¹⁰ *The Balts*, prefácio. Aqui citamos a versão para o português, tradução de Antanas Gaulia.

cruzadas religiosas no norte da Europa dirigida por teutões e escandinavos.

Seu retrato do balto, entretanto, é peculiar, e demonstra uma clara transição e incorporação das ideologias de Gimbutas de antes e depois de sua mudança de residência para a Califórnia. Conquanto “The Balts” enquadre-se bem no padrão de trabalhos “síntese” efetuados no seu período no Peabody, e sua metodologia não tenha sofrido alterações (na verdade, Gimbutas manteve-se por toda a vida fundamentada em explicações de matriz migracionista e histórico-cultural), é ali que ela demonstra boa parte da inspiração de seus escritos posteriores.

Já em seus últimos anos de vida em “The Civilization of the Goddess” (GIMBUTAS, 1991), ela nos dá a pista do pensamento-matriz que tanto tempo a inspirou: “A cultura dos bálticos (...) é uma verdadeira fusão de sistemas sociais e religiosos da Antiga Europa e Indo-Européia (...). O patriarcado indo-europeu é diluído aqui por elementos antigo-europeus de matrilinearidade, matrilocidade, matricentralidade”.¹¹

¹¹ Trecho original completo: “ The culture of the Baltic speakers, Prussians, Lithuanians, and Latvians farther east along the Baltic Sea coast is a true blend of Old European and Indo-European social systems and religions. The Indo-European patriarchy is diluted here by Old European elements of matriliney, matrilocality, matricentrality. The Old Prussian term for grandmother was *ane* (compare with the Old Irish *anu* or *ana* for "old hag" and "guardian of the dead"). The important role of the mother's and wife's brother, as well as traces of endogamy and trial marriage, are well attested in Latvian and Lithuanian folklore. The matricentric pantheon of goddesses among the Balts is as strongly preserved as among the Basques. The Slavic culture is equally replete with matricentric elements, with goddesses preserved in Slavic folklore and folk art as they are in the Baltic and Basque cultures.” (GIMBUTAS, 1991)

Em primeiro lugar, portanto, é nos países bálticos, em particular na Lituânia, que Gimbutas localiza um lugar antigo e idílico, a mistura perfeita das coisas, onde a cultura e a religião da “Antiga Europa” (femininas) *diluíram* o elemento indo-europeu (portanto, em seu ponto de vista, *masculino*). Os bálticos (e, posteriormente, também os eslavos) são comparados às mais antigas culturas européias, os bascos¹².

Em complemento, no entanto, os baltos são também apresentados como portadores da civilização para os habitantes de florestas fino-úgricos (que, não obstante terem deixado o legado da deusa, careceriam de tecnologia). Para tanto, o suporte é novamente fornecido pela lingüística:

The great numbers of loan-words and the whole series of terms in connection with food-producing economy and technology indicate that the Balts were **the carriers of civilization towards the north-east of Europe** inhabited by the Finnic-Ugrians hunters and fishers (GIMBUTAS, 1963, p. 36, grifo nosso).

No quesito de territorialidade e possíveis inclinações nacionalistas, as posições de Gimbutas mantêm-se singulares. O território balto “original” teria sido muito mais extenso que no presente, e, para tanto, a evidência de topônimos e nomes de rios é apresentada. Neste território

¹²Que não falam um idioma indo-europeu e são considerados como habitantes anteriores aos movimentos indo-europeus.

ancestral, os grupos indo-europeus diluíram-se, mesclaram-se com as culturas fino-úgricas locais, mantendo assim preservadas as melhores características da civilização da deusa. Sua extensão territorial veio a ser drasticamente reduzida aos limites atuais de Letônia e Lituânia principalmente devido às expansões eslávicas (posteriormente, às germânicas), e aqui poderia sugerir também a repetição e similaridade com os kurgans de sua temática presente da expansão russo-soviética (portanto, eslava) na inspiração de Gimbutas, mas é justo notar que tal modelo de exclusão étnica não é nunca defendido por ela. Tanto que, posteriormente, Gimbutas publicará também “The Slavs” (Os Eslavos¹³), ainda que não com a mesma paixão demonstrada em “The Balts”. O elemento opressor, antes de racial, ainda consiste numa representação do *masculino*.

De forma mais significativa, Gimbutas também reconheceu nas culturas e mitologias eslávicas grande parte das mesmas características de permanências da “Antiga Europa”¹⁴, como uma sociedade de marcas matriarcais, uma mitologia com grande número de divindades femininas, entre outros quesitos já apontados. Por fim, o repúdio às segmentações raciais é demonstrado claramente nesta passagem de “The Slavs”: “Os Eslavos não constituem um grupo de povos do mesmo sangue; não há uma raça eslava,

¹³ Empregamos a versão para o português. Gimbutas (1985).

¹⁴ Vide a referência na nota 07.

como não há uma raça românica ou uma raça germânica” (GIMBUTAS, 1985).

A contrariedade apresentada por Gimbutas, portanto, revela-se contra o elemento opressor para ela representado pela URSS e em última instância de análise, masculino. É notório que ela tenha sido condecorada com ordens de méritos literário e científico pelos governos da Itália, Bulgária, Iugoslávia, Grécia e Lituânia, tendo nesta última recebido um doutorado honorário pela universidade de Vilnius, enquanto que na URSS a leitura de “The Balts”, em contrapartida, era proibida.

78

CONCLUSÕES

O trabalho de Marija Gimbutas é extenso, complexo e fruto de extrema erudição e esforço. Demonstra de forma marcante os rumos que a subjetividade e as experiências do presente do estudioso podem vir a imprimir na sua construção do conhecimento científico. Seu passado na Lituânia, a invasão e conseqüente dominação de sua terra natal e seu exílio foram marcas que inspiraram idéias e imprimiram conceitos em suas obras, mas que nem por isto podem desmerecer as idéias em si. O valor científico de grande parte da obra de Gimbutas permanece, e sua contribuição foi muito grande no campo da arqueologia, em particular nos estudos indo-europeus. Fica ressaltada a necessidade de atenção

constante da parte do historiador ao produzir um conhecimento novo, em particular sobre que reflexos sobre a sociedade tal conhecimento possa vir a produzir, que ideologias pode reafirmar e desconstruir. A subjetividade pessoal sempre estará presente e afetará o pesquisador, seja na forma de inspiração, doutrina e ideologia, seja de forma pouco ou muito percebida. O uso do conhecimento histórico e arqueológico foram amíúde empregados como formas de legitimizações diversas de governos, sistemas totalitários e ideologias específicas (HERING, 2006, 148s). No caso específico de Gimbutas, a parte selecionada aqui de sua obra reflete resistências contra a ocupação de sua terra ancestral com construções idílicas sobre a mesma, uma ideologização que poderíamos chamar quase que “inocente”, quando contraposta aos usos e abusos já efetuados com o conhecimento arqueológico, como por exemplo seu uso pelo 3º *reich* como “legitimação da política cultural e racial do nacionalismo-socialismo” (OLIVIER, 2006, p. 167). Cabe ao historiador e ao arqueólogo a busca da construção de um conhecimento crítico e consciente de sua própria subjetividade e do presente de onde se fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

80

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. **Genes, povos e línguas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [2000].

CHAPMAN, John. The impact of modern invasions and migrations on archaeological explanation. A biographical sketch of Marija Gimbutas. In: DÍAZ-ANDREU, M.; STIG-SØRENSEN, M. (Eds.). **Excavating Women**. London: Unwin, 1998. p. 295-314.

FLEMING, Andrew. The myth of the mother-goddess. **World Archaeology**, p.247-261, 1969.

GIMBUTAS, Marija. **The Balts**. London: Thames and Hudson, 1963.

_____. **Os Baltas**. Tradução pela Lithuanian American Community. RJ: Ed. Neris, 1985.

_____. **Bronze Age cultures in Central and Eastern Europe**. The Hague/London: Mouton, 1965.

_____. **The Civilization of the Goddess.** San Francisco: Harper-Collins Publishers, 1991.

_____. **Os eslavos.** Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

_____. The first wave of Eurasian Steppe Pastoralists into Copper Age Europe. **Journal of Indo-European Studies**, v.05, n. 04, p. 277-337, 1977.

_____. **The Goddesses and Gods of Old Europe 3500 - 3500 BC.** University of California Press, 1974.

_____. The Kurgan Wave #2 (c.3400-3200 B.C.) into Europe and the following transformation of culture. **Journal of Indo-European Studies**, v.08, n. 03, p. 273-315, 1980.

HERING, Fábio Adriano. **Arqueologia e nacionalismo na Europa no século XIX: a Grécia antiga e sua reativação moderna.** In: FUNARI, Pedro Paulo A. Funari, ORSER, Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (Orgs.). *Identidades, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea.* São Paulo: Anablume, 2006.

MESKELL, Lynn. Goddesses, Gimbutas and 'New Age' Archaeology. **Antiquity**, 1995.

OLIVIER, Laurent. **A arqueologia do 3° reich e a França: notas para servir ao estudo da “banalidade do mal” em arqueologia.** In: FUNARI, Pedro Paulo A. Funari, ORSER, Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (Orgs.). *Identities, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea.* São Paulo: Anablume, 2006.

RENFREW, Colin. **Archaeology & Language: The Puzzle of Indo-European Origins.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999 [1987].

Cultura e política no Rio de Janeiro: os caixeiros e o teatro de São Januário na segunda metade do século XIX

Sílvia Cristina Martins de Souza

Resumo: Partindo do pressuposto de que as relações políticas excedem o campo do político institucional, e de que uma cultura política pode irrigar um grupo humano com canais de expressão atendendo a algumas de suas aspirações, crenças, normas e valores, este artigo busca compreender o processo a partir do qual o teatro de São Januário transformou-se parte constitutiva de uma cultura política partilhada pelos caixeiros do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX exercendo um papel significativo na luta pela redefinição das suas relações de trabalho com seus patrões.

Palavras-chave: Cultura. Política. Cultura política.

Culture and politics in Rio de Janeiro: the "caixeiros" and the São Januário theatre at the second half of the XIX century

Abstract: *Considering that the politics relations exceed the field of institutional politics and that a politics culture can*

provide a human group with expression vials supplying some of its aspirations, expectations, rules and beliefs, this article seeks to understand the process from which the theater of São Januário became part of a political culture shared by the “caixeiros” of Rio de Janeiro in the second half of the 19th century, playing a major role in the attempts for redefining their work relations with their employers.

Keywords: *Culture. Politics. Political culture.*

1.

No dia 19 de abril de 1857, o jornal **O Carapuça** publicou uma pequena nota dando conta de uma récita ocorrida no teatro de São Januário na semana anterior. Nela informava-se que os caixeiros da cidade do Rio de Janeiro aproveitaram a ocasião para agradecer ao ator Florindo Joaquim da Silva pelos esforços por ele despendidos para apresentar-se com sua companhia com regularidade naquele teatro, e pela prontidão no atendimento dos seus vários pedidos de encenação de peças realizados através de pequenas notas publicadas nos jornais.¹⁵

O **Jornal do Comércio** também registrou o evento e ressaltou a atitude honrosa da “comissão caixeiral”, que entregou a Florindo uma “coroa de ouro [confeccionada] às

¹⁵ A sessão “a pedidos” do **Jornal do Comércio** está repleta desta notas assim como a sessão de anúncios do **Diário do Rio de Janeiro**. Nelas os caixeiros apresentavam-se como “a classe caixeiral”, “o corpo caixeiral”, “os rapazes do comércio”, “rapaziada”, “alguns caixeiros” e daí por diante.

expensas do corpo caixeiral”, coroa esta que simbolizava tanto um reconhecimento a seu mérito, quanto a “glória da nobre corporação [caixeiral]”, que lhe reconhecia o “talento artístico” e os “bons e longos serviços” prestados ao país.¹⁶

A associação do nome do teatro de São Januário aos caixeiros, presente nestas duas notas, foi constantemente reiterada nos jornais da Corte ao longo dos anos 1860. Alimentada tanto pelos caixeiros, quanto pelos diferentes empresários que ocuparam aquele teatro neste período, de tal forma ela se tornou recorrente que em algumas ocasiões o teatro de São Januário chegou a ser identificado como o teatro dos caixeiros.

A história do teatro de São Januário pode, até certo ponto, ajudar na compreensão desta associação a que vimos nos referindo. Inicialmente denominado teatro da Praia de d.Manuel, aquela sala foi construída por uma companhia de atores portugueses em terreno cedido pelo governo, na rua do Cotovelo, entre a praia de d.Manuel e a rua do mesmo nome.

Inaugurado a 2 de agosto de 1834, o teatro passou a chamar-se São Januário em setembro de 1848, em homenagem a uma das filhas do imperador.¹⁷

Apesar de ser uma sala cômoda e de proporções razoáveis, o teatro de São Januário apresentava um

¹⁶ **Jornal do Comércio**, 19 de abril de 1857.

¹⁷ SOUZA, J. Galante de. **O teatro no Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1960. p. 292-3. Em 1859 o São Januário foi temporariamente denominado para teatro de Variedades, tendo o mesmo ocorrido em 1862, quando se chamou Ateneu Dramático.

inconveniente, de acordo com as avaliações de alguns contemporâneos: o local onde fora construído, numa região tida como perigosa e distante da freguesia do Sacramento, na qual se concentravam os teatros do Rio.

De tal forma esta imagem disseminou-se que até mesmo a literatura a incorporou. Não é outra a menção feita por Machado de Assis no seu conto “A causa secreta” no qual o personagem Garcia, que morava na rua de d. Manuel, cultivava como uma de suas raras distrações, ir ao teatro de São Januário, “que ficava perto, entre a rua e a praia; ia uma ou duas vezes por mês, e nunca achava acima de quarenta pessoas. Só os mais intrépidos ousavam estender os passos até aquele recanto da cidade”.¹⁸

No ano de 1859, quando o São Januário foi temporariamente ocupado pela companhia teatral do ator e empresário Germano de Oliveira, Machado de Assis mais uma vez chamou a atenção para este assunto em um dos folhetins que assinou para o jornal **O Espelho**. Nele este folhetinista diria que

Sem recursos, mal localizado, e por conseqüência fora do centro da atividade pública, o Sr. Germano troca cada esforço por um obstáculo, cada êxito por uma privação. (...)

¹⁸ ASSIS, Machado de. **Várias Histórias**. Rio de Janeiro: Jackson, 1950. p. 120.

Não tem uma companhia completa e perfeita, sou o primeiro a dizê-lo; mas, por outro lado, posso discriminar o trabalho da incúria, e sempre que uma soma de talento se casa ao labor e ao estudo há uma probabilidade de futuro.

O movimento destes últimos dias no teatro de S. Januário é um evidente pretexto do trabalho, e todo trabalho carece de uma recompensa. É montando peças novas, ensaiando-as com acurado esforço e tino, que o Sr. Germano procura compensar a localidade e as prevenções gratuitas.¹⁹

Foi em função de sua localização e das “prevenções gratuitas” que este teatro carregou o estigma de ser frequentado por espectadores pouco “polidos” e dados à balbúrdia, além de ser evitado pelas “boas famílias”, servindo apenas para abrigar companhias teatrais ambulantes ou desalojadas, ou ainda como um último “recurso generoso a artistas desempregados”.²⁰

No jornal **Álbum Literário**, de 15 de fevereiro de 1861, um autor anônimo publicou uma crônica a que deu o título de “Uma tarde no São Januário” que, real ou fictícia, nos permite constatar a presença de muitos destes elementos a que vimos nos referindo. Segundo o cronista, um jovem roceiro, há seis meses na Corte, “de passagem numa tarde pelas portas do

¹⁹ **O Espelho**, 18 de dezembro de 1859.

²⁰ **Álbum Literário**, 15 de fevereiro de 1861.

São Januário”, resolveu entrar para assistir à encenação de **A máscara negra**. Lá estando, o jovem rapaz bateu os olhos em uma moça, sentada num dos camarotes, e resolveu ir até ela fazer a corte. A moça, após resistir aos insistentes galanteios do rapaz, decidiu retirar-se do teatro com ele, dirigindo-se até sua casa onde “tinha talvez alguma coisa a dizer-lhe”. O rapaz aquiesceu e “momentos depois partiram ambos em um carro. Não sabemos qual foi a conversa que teve com a moça; no dia seguinte ambos tinham desaparecido. Diz alguém que os encontrou nas estradas de Minas”.²¹

88

Naquele mesmo ano de 1859, quando Germano de Oliveira estabeleceu uma concorrência acirrada com João Caetano, houve quem, criticando o teatro de São Januário e as pretensões de Germano de Oliveira de fazer frente àquele empresário, o mais famoso da Corte, chegasse pejorativamente a intitular os frequentadores do São Januário de “protetores do barracão da praia”.²²

²¹ *Idem*. **Um espetáculo no São Januário à tarde** foi, sugestivamente, o título dado a uma comédia de autoria do ator Martins, que estreou no dia 5 de maio de 1864 no São Januário. Segundo o anúncio desta récita, publicado no **Jornal do Comércio** no dia da estréia, “esta comédia é representada na platéia, camarotes, orquestra e palco”, o que nos permite sugerir que os espetáculos vespertinos realizados naquela sala devem ter sido bastante animados e contaram com a platéia como coadjuvante a ponto de esta peculiaridade servir de tema de inspiração para peças teatrais e crônicas.

²² **Correio Mercantil**, 21 de janeiro de 1859. Tudo começou quando os empresários João Caetano e Germano de Oliveira colocaram em cena, no mesmo dia, o drama militar intitulado **29 ou Honra e Glória**, um dos carros-chefe do repertório do primeiro. As platéias empolgadas com o ineditismo da situação, assistiram às duas apresentações, e muitos espectadores começaram a enviar notinhas para os jornais explicitando suas preferências

Mesmo considerando-se que o local onde foi erigido tenha incidido sobre sua frequência, há que se levar em consideração que este fato não explica por si só a preferência dos caixeiros pela sala de São Januário, devendo-se relativizar este argumento. Afinal, como estudos recentes sobre o teatro no Brasil vêm demonstrando, as platéias fluminenses eram bastante heterogêneas e frequentavam as mais diferentes salas de espetáculos da cidade sendo possível, por exemplo, constatar-se a presença de caixeiros no teatro Lírico Fluminense, supostamente um reduto das elites, ou a dos imperadores no teatro de São Januário e até mesmo em circos que visitavam a cidade.²³

Sendo assim, se o teatro de São Januário foi eleito o teatro cativo dos caixeiros, qualquer possibilidade de compreensão desta escolha deve levar em conta outros fatores para além da localização geográfica, sendo neste

por uma das duas representações. De tal forma o incidente ganhou corpo que os exemplares do drama, que se encontravam à venda nas livrarias do Rio, esgotaram-se em poucos dias. No **Correio Mercantil** de 19 de janeiro de 1859 uma nota que consta da sessão de anúncios dizia: “Acha-se aberta em casa de A.J. Ferreira da Silva, rua da Quitanda m. 190, a assinatura para reimpressão do drama de costumes militares (...) intitulado 29. Achando-se esgotada a edição que chegou de Lisboa deste sublime drama (...) julgamos fazer algum serviço ao público com esta nova edição. Preço por assinatura 1\$000”.

²³ Ver para este assunto MENCARELLI, Fernando Antônio. **A Voz e a Partitura**: teatro musical, indústria e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1868-1908). Campinas: Unicamp, 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003; SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. **As Noites do Ginásio**: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1828). Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 2002; GOMES, Thiago de Melo. **Um espelho no palco**. Unicamp: Editora da Unicamp/CECULT, 2006.

sentido que procuraremos elaborar algumas reflexões neste texto.

Partindo do pressuposto de que as relações entre palco e platéia são mais complexas do que podem parecer à primeira vista, e de que as relações políticas excedem o campo do político institucional, procuraremos argumentar que o teatro de São Januário tornou-se o preferido do “corpo caixeiral” porque nele os caixeiros encontraram um espaço propício para forjar uma imagem positiva para si, bem como para veicular temas e questões de seu interesse, notadamente as relativas às novas relações de trabalho que estavam sendo construídas entre os empregados do comércio e seus patrões na segunda metade do século XIX.. Nesta perspectiva, o teatro de São Januário será aqui considerado parte integrante de uma cultura política partilhada pelos caixeiros, disponibilizando seu palco para que nele os empregados do comércio expressassem suas idéias, visões de mundo e aspirações, e permitindo-lhes atuar como protagonistas políticos no interior de uma sociedade na qual a subalternidade a que estavam submetidos parecia destiná-los ao silêncio e ao anonimato.²⁴

90

²⁴ O conceito de “cultura política” está sendo utilizado aqui seguindo sugestões de Sirinelli, que propõe pensá-lo no âmbito do combate político cotidiano e não apenas como um instrumento de análise dos grandes conjuntos de idéias. Para este historiador, é possível dizer que uma cultura política “alimenta” um determinado grupo de pessoas com canais de expressão que variariam no tempo e no espaço. Tal perspectiva alarga o conceito de participação política estendendo-o às atitudes e comportamentos tradicionalmente afastados do terreno da política institucional. Ver SIRINELLI,

2.

Na sessão “Crônica Teatral” do **Correio Mercantil** de 18 de setembro de 1855, o cronista fez um balanço do trabalho das companhias teatrais em funcionamento na Corte naquele ano, a saber, a companhia de João Caetano, instalada no teatro de São Pedro de Alcântara; a de Joaquim Heliodoro, recém-inaugurada no teatro de São Francisco, que passou a chamar-se Teatro Ginásio Dramático, e uma companhia francesa ambulante, que se apresentava no teatro de São Januário.

Ainda que das três a única que tenha merecido elogios do cronista tenha sido a do Ginásio, saudada pela decisão de encenar um repertório novo e diferente,²⁵ foi a do teatro de

91

Jean-François, *Éloge de la complexité*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Pour une histoire culturelle**. Paris: Éditions du Seuil, 1997. p.438. Para uma discussão pormenorizada sobre as relações entre cultura e política na historiografia brasileira ver GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.), **Culturas Políticas: ensaios e história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. Para uma análise que apresenta possibilidades alternativas do uso deste conceito para a história cultural no Brasil ver ABREU, Martha C. *Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de história*. In: *Ibidem*.

²⁵ Foi através do Ginásio, sob a direção de Joaquim Heliodoro, que a estética realista foi introduzida no Brasil e estabeleceu uma forte concorrência com a estética romântica, que reinava soberana em palcos fluminenses sob a batuta de João Caetano, ator e empresário mais importante do período. Entre os anos de 1855-1865, o realismo teatral vivenciou o seu auge na Corte, quando então passou a sofrer uma concorrência mais efetiva de diferentes gêneros do teatro musicado. A comédia realista não tinha como objetivo provocar o riso, mas descrever e discutir os costumes, o que fazia com que se apresentasse quase como um drama. Estavam fora de seu âmbito as situações violentas, as tensões e paixões avassaladoras, assim como qualquer recurso do chamado baixo cômico, sendo apenas o chiste e a ironia

São Januário o alvo de suas maiores críticas, por apresentar um programa de gosto, por assim dizer, duvidoso e por oferecer récitas vespertinas e noturnas, algo considerado estranho num contexto em que os teatros só funcionavam à noite.

Tudo isto, segundo o cronista, incidia sobre o perfil dos espectadores do São Januário, por ele considerados

(...) amantes da pirotecnia [que] vão admirar os talentos do rei do fogo americano, os equilíbrios e outros divertimentos, que já perderam toda importância, como sejam os jogos malabares, as pirâmides e outras peloticas, que vão caindo em desuso. Durante o semestre, o São Januário pouco fez, representou-se o capitão Rafael, a casa de banhos de Paulo de Kock, a volta do Rio Grande e o naufrago do Porto, além dos vaudevilles da companhia francesa.²⁶ [grifos meus]

utilizados por seus autores como agentes produtores do riso. O seu universo é o do cotidiano das elites. Além do enredo e de personagens, voltados para a descrição de determinados valores éticos, a comédia realista contou com a presença do *raisonneur*, personagem especialmente concebido para comentar a ação dramática e para passar lições morais aos demais personagens e ao público. Tudo isto transformou a comédia realista em teatro de tese, cujo objetivo final era regenerar, moralizar e educar a sociedade, tendo tais elementos contribuído para que o teatro realista fosse considerado uma “escola de costumes”. Na defesa desta escola estética alinharam-se jornalistas, escritores e homens de letras tais como Quintino Bocaiúva, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis, apenas para citarmos alguns dos nomes que militaram a seu favor na imprensa, no Conservatório Dramático Brasileiro e na dramaturgia.

²⁶ **Correio Mercantil**, 18 de setembro de 1855.

Chama atenção, nas avaliações deste cronista, a visão negativa que elaborava dos espetáculos do São Januário, por ele definidos como “peloticas”, caídos em desuso e pejorativamente comparáveis aos espetáculos circenses.

Tais avaliações, contudo, foram uma constante na história daquele teatro. Os críticos teatrais quase sempre se remeteram a ele para reafirmar uma imagem, por eles próprios construída, que sublinhava uma suposta falta de qualidade artística dos espetáculos que eram levados naquela casa culpando, por tal ordem de coisas, tanto os empresários que nele se instalavam, quanto o seu público, que contava com um número significativo de caixeiros.

No que diz respeito aos empresários, a cobrança dos críticos foi quase que consensualmente a mesma. Segundo eles, cabia aos empresários escolher seu repertório com cuidado, pois só assim o público do São Januário passaria a ter um outro perfil e aquele teatro engrossaria as fileiras dos que militavam no sentido de tornar o palco uma “escola de costumes”. Ou, dito com outras palavras, para eles a intenção artística deveria estar sempre acima das demandas da platéia, pois esta não estava capacitada para separar divertimento de arte, devendo os empresários cumprir sua parte na tarefa de elevação do teatro nacional.

Machado de Assis foi um dos críticos teatrais que defendeu tais idéias. Num artigo publicado no jornal **O Espelho**, após elogiar os esforços que Germano de Oliveira e

sua modesta companhia vinham despendendo para atrair os espectadores fluminenses para o São Januário naquele segundo semestre do ano de 1859, ele concluiria:

Trate o talentoso empresário da boa escolha do repertório, da aquisição de vocações encobertas e conduza os espíritos de sua platéia gradual e suavemente a uma nova esfera de arte mais larga e mais filosófica, e eu asseguro, do estofo desta conversadeira, um futuro de proveito para a arte.²⁷

Os empresários teatrais, todavia, pareciam estar mais interessados em satisfazer seu público do que em agradar a crítica, tal como alguém assinando “Um que não falta” deixou registrado em uma nota publicada no **Jornal do Comércio**, na qual conclamava:

Caixeiros!! Caixeiros!...

Vamos hoje a São Januário aplaudir o espetáculo que aí se apresenta hoje à tarde. Entre outras coisas vai a nova comédia – Um espetáculo no teatro de São Januário à tarde!! Vamos aplaudir a quem nos satifez domingo.²⁸

No que diz respeito às platéias, a sua alegada falta de “ilustração”, tão presente nas falas dos críticos, poderia ser comprovada, segundo estes, tanto pelas suas preferências de repertório, como apontado anteriormente, quanto pela sua

²⁷ **O Espelho**, 18 de setembro de 1859.

²⁸ **Jornal do Comércio**, 5 de maio de 1864.

falta de polimento dentro do teatro. Neste último caso, pode-se constatar que já nos anos 1840, quando assinou os folhetins dramáticos do **Jornal do Comércio**, Martins Pena foi um dos que avaliou negativamente o comportamento dos caixeiros nos teatros. Segundo ele, esta parcela do público tinha uma tendência natural à patuscada, não sendo poucas as situações de conturbação, por ela protagonizadas, que jorravam das torrinhas no decorrer dos espetáculos.²⁹

Se as relações dos caixeiros com os críticos não foram boas, elas não foram melhores com a polícia, responsável pela manutenção da ordem no interior dos teatros.

Desde o ano de 1831, quando foi baixado um decreto imperial mandando executar as posturas da Câmara Municipal da Corte sobre espetáculos públicos, ficara previsto que

Ninguém dentro do teatro poderá dirigir em vozes altas palavras ou gritos a quem quer que for, exceto aos atores os de - bravo, caput ou fora -, e neste mesmo caso poderá o juiz impor silêncio, quando seja perturbada a tranqüilidade do espetáculo: os infratores serão multados em 6 a 10\$000, penas impostas no artigo 7 da lei de 26 de outubro do corrente (...)³⁰

²⁹ As torrinhas eram os locais de preferência dos estudantes e dos caixeiros nos teatros, e seus preços eram os mais baratos em todas as salas de espetáculo do Rio.

³⁰ Decreto n. 400 In: **Coleção das Leis do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1831.

Independentemente da existência deste decreto e das penalidades nele previstas, os espectadores dos teatros fluminenses, notadamente os estudantes e caixeiros, não se intimidaram e manifestaram-se de forma espontânea, e muitas vezes exaltada, em diferentes ocasiões e pelos mais diversos motivos. Em função disto, recorrentemente os caixeiros viram-se envolvidos em situações hostis com os permanentes e pedestres, muito embora alegassem não serem causadores de tais tumultos e argumentassem não ter o chefe de polícia “autoridade sobre quem vai ao teatro para divertir-se”.³¹

96

No ano de 1855, quando Florindo Joaquim da Silva instalou-se com sua companhia no São Januário, esta já era, portanto, uma imagem consolidada sobre este teatro e sobre a parcela mais representativa de seu público.

Se isto, por si só, representava um obstáculo a ser contornado para a sobrevivência de sua empresa, um outro fator veio complicar um pouco mais o andamento dos trabalhos de Florindo Joaquim da Silva. Refiro-me, aqui, à concorrência que com ele estabeleceu João Caetano.³² Não

³¹ **Jornal do Comércio**, 18 de junho de 1857. Permanentes e pedestres eram os mais baixos escalões da polícia militar e civil respectivamente, sendo funções desempenhadas por homens livres pobres. Os permanentes e os pedestres estavam encarregados da vigilância nas ruas, assim como nos teatros, nos quais estavam submetidos à figura do juiz inspetor de teatros. Ver mais sobre este assunto em HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

³² Florindo Joaquim da Silva ingressou na carreira artística pelas mãos de João Caetano como de resto todos os atores fluminenses da época. Trabalhando com ele até 1851, Florindo deixou a companhia do São Pedro

podendo disputar em pé de igualdade com o teatro de São Pedro, que comportava a encenação de dramas e melodramas de grande aparato e cenários suntuosos, nem podendo competir financeiramente com João Caetano, cuja companhia recebia subvenção governamental, só restou a Florindo um alvitre: investir com força em um programa de variedades e manter a prática das récitas vespertinas inaugurada pela companhia ambulante francesa, récitas estas que se tornaram as prediletas da caixeirada.

Este esforço para conquistar tal parcela do público não foi despendido apenas por Florindo, mas por outros empresários que ocuparam o teatro de São Januário em diferentes ocasiões³³ e, neste movimento, algumas práticas enraizaram-se naquela sala a ponto de algumas delas tornaram-se tão comuns que quando por algum motivo seus códigos eram rompidos as críticas rapidamente se faziam ouvir.

para montar sua própria empresa teatral, que funcionou no teatro de São Francisco. Não conseguindo fazer frente à concorrência de João Caetano, Florindo dissolveu sua companhia e voltou a trabalhar na do São Pedro. Em 1857 montou nova empresa e mais uma vez atuou como empresário, no ano de 1860, ocupando o São Januário nas três ocasiões. Em todas elas, a concorrência de João Caetano foi decisiva para a dissolução das empresas teatrais de Florindo que, sem subsídios do governo, só contava com as bilheterias para manter-se. Diferentemente dele, João Caetano recebia do governo imperial, desde 1847, uma subvenção mensal no valor de dois contos de réis, valor este obtido com a extração de loterias.

³³ Assim como Florindo, Germano de Oliveira (1859), o ator Martins (1861) e Furtado Coelho (1859) prefiguraram os caixeiros como seu público alvo e se esforçaram para atraí-los para o teatro de São Januário.

É exemplar, neste sentido, a manifestação de um caixeiro, através do **Jornal do Comércio**, apoiando o redator daquela folha que cobrava do empresário do São Januário que deixasse claro o horário em que ocorreriam os espetáculos vespertinos. Para este caixeiro, a atitude do redator do jornal era louvável “porquanto, como caixeiros que somos, não podemos entrar em divertimentos desta ordem para desfrutarmos apenas a metade Ass. Um que aspira a capitalista”.³⁴

Anos depois, algum ou alguns caixeiros, assinando “Três da rua da Quitanda”, publicariam no **Jornal do Comércio** uma nota endereçada aos membros da classe caixeiral de cunho semelhante ao da nota anteriormente citada:

Colegas! Vamos hoje a São Januário às quatro e trinta da tarde aplaudir a comédia do nosso colega o Sr.Maia, o teatro agora não nos prega a peça de transferir os espetáculos (...), portanto, vamos sem receio de achar transferida a representação.(...)

Rapaziada! a São Januário!!!³⁵

A julgar por estas palavras, o teatro era uma forma de divertimento importante para pessoas que trabalhavam no comércio e cumpriam uma jornada de trabalho rígida. Como a profissão dos caixeiros era, em certa medida, valorizada, foi

³⁴ **Jornal do Comércio**, 5 de junho de 1855.

³⁵ **Jornal do Comércio**, 8 de maio de 1864.

provavelmente com base nesta valorização que muitos caixeiros procuraram reivindicar para si alguns “direitos”, como o de desfrutar das récitas teatrais na sua totalidade ou de não vê-las transferidas sem maiores explicações, o que era muito comum naquele contexto.³⁶

Esta, todavia, não foi a visão que alguns patrões tiveram desta mesma situação. Um deles, inclusive, deixou registrada sua crítica a “um empresário de certo teatro”, que consentia que “alguns moços experientes, que se dedicam à carreira comercial”, empregassem

As horas que saem para serviço de seus patrões assistindo ensaios, metendo-se em intrigas de bastidores, formando partidos (...)

O Sr. Empresário, como bom pai de família, deve sem perda de tempo aconselhar a esses moços (...) que reflitam melhor, que procedam de outra

³⁶ De acordo com Fabiane Popiginis em sua dissertação de Mestrado (1998, p.15), em geral o caixeiro sabia mais sobre os negócios da casa do que o próprio dono do estabelecimento, já que este quase sempre não sabia ler e escrever, contribuindo esta falta de preparo dos comerciantes portugueses para a situação de dependência que muitos deles vivenciavam em relação a seus caixeiros. Lenira Menezes Marinho (1993, p. 33) explica de maneira semelhante a situação do caixeiro. Segundo ela, acreditava-se “que só o conhecimento de escrituração, das operações de câmbio das moedas estrangeiras e das operações de crédito é que levaria o comerciante pátrio a se equivar aos das nações por eles consideradas mais adiantadas, como Inglaterra e França. Daí a consideração elevada em que tinham os caixeiros, que viam como herdeiros dos negócios já com os requisitos considerados indispensáveis ao bom comerciante”.

maneira afim (sic) de que para o futuro mereça, de bom crédito entre comerciantes probos.³⁷

O “Sr. Empresário”, ao qual o autor desta crítica dirigia-se, era o ator português Furtado Coelho, que se instalara com sua companhia no São Januário no primeiro semestre de 1859, após desligar-se da companhia do Ginásio.

De Portugal, onde nasceu e assistiu na mocidade à representação de comédias realistas francesas, Furtado Coelho veio para o Brasil com a intenção de tornar-se ator. Após uma rápida passagem pelo Rio Grande do Sul, onde atuou no Ginásio Riograndense, Furtado Coelho instalou-se no Rio de Janeiro onde começou a trabalhar na companhia de Joaquim Heliodoro. Nesta, ele apoiou a renovação da cena fluminense que o Ginásio vinha realizando através de sua atuação como ator e ensaiador, e também expondo suas idéias e elaborando observações na imprensa, que contribuíram para acelerar o aprendizado do realismo teatral entre os artistas daquela companhia.

Ao retirar-se do Ginásio, Furtado Coelho montou sua própria empresa dramática, que passou a funcionar no São

³⁷ **Diário do Rio de Janeiro**, 19 de abril de 1860. A menção à formação de partidos, presente nesta nota, diz respeito a uma prática muito comum no Rio de Janeiro do século XIX. Em torno de suas atrizes prediletas, os espectadores se agrupavam em verdadeiros partidos manifestando-se, tanto nos teatros, quanto na imprensa, na defesa das mesmas e na crítica às suas rivais. Um pouco da atuação destes partidos teatrais pode ser acompanhada através das páginas dos folhetos **O Orsatista** e **O Montanista** especialmente criados pelos partidários de Leonor Orsati e Jesuína Montani nos anos 1850.

Januário, então rebatizado com o nome de teatro de Variedades.³⁸

Sua intenção, que foi logo aplaudida pela crítica, era investir num repertório similar ao do Ginásio e conquistar um tipo de público diferente para o São Januário, isto é, um supostamente mais “polido” e “educado”.

Após algumas tentativas infrutíferas neste sentido, Furtado Coelho não pensou duas vezes em sacrificar seus ideais artísticos para salvar sua companhia da falência, voltando a representar um repertório mais do agrado dos caixeiros e ressuscitando as récitas vespertinas, uma decisão que parece ter sido acertada, se levarmos em conta o texto anteriormente reproduzido cujas idéias, todavia, não estavam desprovidas de lógica. Afinal, era em defesa dos donos dos estabelecimentos comerciais que o autor desta nota se pronunciava e, para aqueles patrões, as folgas utilizadas pelos caixeiros para ir ao São Januário nem sempre eram consentidas, mas tomadas aos momentos de trabalho, residindo nisto o cerne de sua crítica. Como uma decorrência deste raciocínio, não surpreende que para muitos patrões o

³⁸ A ocupação do teatro de São Januário por Furtado Coelho foi noticiada pelos jornais em função de um incidente que supostamente estaria ligado a este fato. De acordo com a **Revista Ilustrada** de 12 de fevereiro de 1860, havia finalmente sido descoberto e preso um escravo que, a mando e bem pago por “alguém”, jogara bolinhas de chumbo no palco, que explodiam ao serem pisadas, deixando atônitos tanto os atores quanto as platéias. Segundo sugeria o autor deste artigo, foi este incidente o responsável pela desmoralização da companhia de Germano de Oliveira, então em funcionamento naquele teatro, e pela sua posterior saída do mesmo, que logo foi arrendado por Furtado Coelho.

teatro fosse visto como um divertimento que, ao invés de contribuir positivamente para o futuro profissional dos caixeiros, manchava sua reputação junto aos “comerciantes probos”.

Vê-se assim que, ao lado da imagem do caixeiro trabalhador e asceta, uma outra coexistiu: a do caixeiro “patusco”, só preocupado em se divertir. Faces de uma mesma moeda, as representações “ascetismo” e “patuscada” complementavam-se, muito embora não dessem conta de outras experiências cotidianas vivenciadas pelos caixeiros, já que não foi apenas como um meio de aproveitamento das suas horas de lazer ou das tomadas às do trabalho! que o teatro de São Januário foi visto por eles. Suas idas àquela sala assumiram outros sentidos que também devem ser mencionados.

No ano de 1866, em artigo intitulado “Impressões de Teatro”, Castro Alves assim manifestou sua crença na ação civilizadora do palco:

“O teatro é uma tribuna”. É de Beaumarchais.

“O teatro é uma escola”. É de Hugo.

Então, moços, ide ao teatro.³⁹

A noção de que a palavra dramatizada no palco é sempre transformadora e tem efeitos pedagógicos, que emana das palavras de Castro Alves, havia pelo menos uma

³⁹Apud FARIA, João Roberto. **Idéias teatrais: o século XIX no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 399.

década que vinha sendo defendida por jornalistas, escritores e críticos teatrais alinhados à estética realista.

Para aqueles homens de letras, a eles cabia o esforço de propagar a idéia de que o teatro era uma “escola de costumes” , bem como o de que as obras dramáticas deveriam contribuir para formar o “povo”, construir a nação e buscar respostas às mazelas nacionais.

Em fins da década de 1860, quando as platéias francamente se divertiam com as peças cômicas e musicadas, os homens de letras aumentaram o tom de lamento pelo que consideraram uma guinada desconcertante sofrida pelo teatro brasileiro.

Todavia, as bandeiras e palavras de ordem por eles levantadas parecem ter encontrado terreno fértil para propagar-se, embora tenham sido apropriadas por diferentes sujeitos com sentidos inversos aos que os críticos lhes atribuíam. Neste sentido vale reproduzir uma nota publicada no jornal **A Esperança** no dia 1º de janeiro de 1865:

Geralmente falando os negociantes não têm aquela educação científica que sua nobre profissão exige (...)

A classe caixeiral é evidentemente mais ilustrada do que os patrões. Há muito caixeiro especialmente de escritório em que se revelam todas as vocações nobres, todos os instintos

sublimes da geração nova! Mas, porque motivo o caixeiro d balcão é menos ilustrado?

É porque o pobre caixeiro que vai ao curso do dia puindo os cotovelos da libré, que outrora usara o amo, mão tema mesma liberdade daquele, que vai ver a sublime Emília, o jocoso Vasques [no teatro].⁴⁰

Escrito em um momento em que os primeiros sinais de que o realismo vinha cansando o público já podiam ser sentidos, assim como os sinais de que o teatro musicado conquistava as platéias também tornavam-se perceptíveis, chama atenção neste texto a forma como este caixeiro aceitava os pressupostos da crítica utilizando-se deles para servir a desígnios próprios. Neste caso específico, o teatro era por ele considerado uma “escola de costumes”, que deveria contribuir para a ilustração de todos, inclusive dos caixeiros, sobretudo aqueles que ocupavam as funções mais baixas na hierarquia profissional dos rapazes do comércio, destituindo a argumentação dos críticos do sentido de diferenciação social

⁴⁰Emília das Neves foi uma famosa atriz trágica portuguesa que também ficou famosa no Brasil onde esteve por duas vezes representando dramas e comédias. Francisco Correa Vasques foi um dos atores fluminenses mais famosos do século XIX. Vasques começou sua carreira na companhia de João Caetano, em 1858, e encenou no teatro de São Januário entre os anos de 1858 e 1859, nas companhias de Germano de Oliveira e Furtado Coelho, respectivamente. Além de ator, Vasques foi dramaturgo tendo escrito e encenado mais de sessenta peças. Dentre elas, Vasques escreveu uma cena cômica intitulada **Por causa da Emília das Neves** na qual tomou como fonte de inspiração o *frisson* provocado no Rio com a chegada desta atriz para representar-se no teatro Lírico Fluminense em setembro de 1864.

da qual estava revestida.⁴¹ Vê-se, assim, que este caixeiro adotava um discurso no qual o mais importante era afirmar que cultivar ideais de civilização não seria uma questão de berço, nem tampouco de posição social, mas de méritos pessoais e de desenvolvimento moral. Uma noção que, vale acrescentar, não era nova, se levarmos em consideração que em 1857 um outro caixeiro fez questão de afirmar, em uma nota publicada no **Jornal do Comércio**, que a presença dos rapazes do comércio no teatro deveria ser entendida como um esforço por eles despendido para educar-se e cultivar noções de “civilização”.⁴²

Ainda um outro assunto chama atenção nesta nota: a vinculação que seu autor estabelecia entre a possibilidade de ilustração dos caixeiros com a garantia formal de descanso semanal para os que exerciam tal profissão, tocando em uma questão que mobilizou os rapazes do comércio desde os anos 1850 e que ficou conhecida como movimento do fechamento das portas.⁴³

⁴¹A classificação dos caixeiros de acordo com as funções que exerciam, segundo Lenira M. Marinho (1993, p. 38) é a seguinte:

* caixeiro de balcão, isto é, o encarregado, pelos comerciantes a retalho, de efetuar vendas nos balcões;

* caixeiro de fora (ou de porta-fora): encarregado das cobranças e vendas fora do estabelecimento, geralmente acompanhado de um escravo;

* caixeiro de escritório: era o encarregado do expediente e de todo o trabalho de escritório tais como o de cópias de cartas, faturas de letras, ou das compras e vendas por atacado;

* guarda-livros ou primeiro caixeiro, que era o que fazia a escrituração dos negociantes, e cuidava do caixa e da correspondência.

⁴²**Jornal do Comércio**, 18 de junho de 1857.

⁴³Este movimento começou nos anos 1850 e contou com o apoio da imprensa. Nos anos 1880 surgiram as primeiras associações de ajuda mútua

O chamado “Fechamento das portas” foi um logo movimento reivindicatório dos caixeiros cujo objetivo era o fechamento dos estabelecimentos comerciais às oito horas da noite aos domingos e dias santos, e não às dez horas como tradicionalmente ocorria

É recorrente a presença deste assunto nos jornais fluminenses do período, assim como a de certos argumentos utilizados para apoiar a causa dos caixeiros, tais como os preceitos humanitários da religião ⁴⁴ e a associação destes trabalhadores à imagem de honestidade e morigeração no exercício de seu ofício sendo isto que, então se dizia, tornava-os merecedores de certos direitos, dentre eles o do descanso semanal.

Afora isto, é significativa a presença recorrente, nos periódicos do Rio de menções ao teatro como um instrumento eficaz para a ilustração dos caixeiros, por retirá-los da

para a “classe caixeiral”. Foi, porém, na vigência do período republicano que foi aprovado o primeiro projeto regulando o trabalho dos empregados do comércio, muito embora um projeto de postura do vereador Duque Estrada, prevendo o fechamento das portas aos domingos, quinta e sextas-feiras antes, Natal e dia do Corpo de Deus, tenha sido elaborado desde 1852, sem que tivesse saído do papel. Ver para este assunto POPINIGIS, Fabiane. **Trabalhadores e Patuscós**: os caixeiros e o movimento do fechamento das portas (1850-1912). Campinas/Unicamp, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998; RIBEIRO, Gladys S. **Mata-galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴⁴O apelo aos preceitos religiosos foi um argumentos utilizados pelos caixeiros. Segundo eles, o catolicismo recomendava que os domingos e dias santos fossem livres e sendo o catolicismo a religião oficial do estado seus preceitos deveriam ser seguidos.

“atmosfera embrutecedora que respiravam diariamente” no seu ambiente de trabalho.⁴⁵

Se for levado em conta que muito do que foi publicado nos jornais era de autoria dos próprios caixeiros, percebe-se que eles se apropriaram de certos discursos e imagens construídos sobre si próprios atribuindo-lhes um significado que estava revestido de uma lógica bastante específica.

Mais sugestiva, contudo, é a forma como este debate transbordou da imprensa para o tablado do São Januário, no qual diversas peças que tomaram como fonte de inspiração os caixeiros e suas reivindicações por direitos sociais foram encenadas e reencenadas à exaustão.

Uma rápida passagem de olhos pelos títulos de algumas delas serve para reforçar esta afirmação. Dentre eles podemos citar: O Sr. Pato Pena, guarda-livros em disponibilidade, Um guarda-livros científico, Uma rapaziada, O caixeiro e o fechamento das portas, Um caixeiro adorado, O caixeiro da taverna, O fechamento das portas ou as casas de mármore, as portas de bronze e os homens de ouro, Os amores de um caixeiro e O caixeiro da casa de pasto.

Na cena cômica O fechamento das portas ou as casas de mármore, as portas de bronze e os homens de ouro, muitos dos elementos que vimos aqui arrolando tornam-se perceptíveis. Escrita por José Joaquim da Maia,

⁴⁵ **Correio Mercantil**, 11 de maio de 1856.

provavelmente um caixeiro,⁴⁶ e dedicada “ao caixeiro mais patusco do Rio de Janeiro”, esta peça recebeu um título sugestivo, não apenas por fazer menção ao fechamento das portas o que, aliás, foi motivo de corte pela censura que “recomendou” que o autor trocasse o título,⁴⁷ mas também porque nele são feitas alusões aos títulos de peças faziam sucesso nos teatros Ginásio Dramático e de São Pedro naquele período, o que reforça a idéia, à qual nos referimos no início deste artigo, de que o público fluminense era bastante heterogêneo e freqüentava diferentes teatros.

A expressão “casas de mármore”, por exemplo, é uma alusão ao drama realista *Mulheres de Mármore*, de Barrière e Thiboust, assim como a expressão “homens de ouro” é tomada de empréstimo ao drama *O homem de ouro*, do dramaturgo português Mendes Leal, que faz parte de uma

⁴⁶ Em nota publicada no *Correio Mercantil* no dia 8 de maio de 1864, endereçada à “classe caixeiral”, os rapazes do comércio eram convidados a ir ao São Januário aplaudir a “comédia do nosso colega o Sr. Maia”. [grifo meu]

⁴⁷ No parecer de censura emitido a esta peça por Thomas Serqueira, censor indicado pelo presidente do Conservatório Dramático Brasileiro para analisá-la, foi sugerido que o autor mudasse o seu título. Reenviada à censura com o título **A esperança dos caixeiros** a peça obteve a licença requerida para ser encenada em 20 de março de 1858. (Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos, Papéis do Conservatório Dramático Brasileiro, n. 8,14,65) O Conservatório Dramático Brasileiro foi o órgão responsável pela censura teatral no império, ocorressem eles em teatros ou circos. Criado em 1843, por iniciativa de alguns homens de letras, foi oficializado pelo governo imperial naquele mesmo ano. De acordo com o regulamento desta associação, só seriam liberadas para encenação por grupos profissionais ou amadores as peças que não atentassem contra a religião, os bons costumes e os poderes instituídos. Ver para o assunto SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. **As Noites do Ginásio**: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1828). Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 2002, particularmente o capítulo intitulado “Os literatos fluminenses e o Conservatório Dramático Brasileiro”.

trilogia composta por mais dois outros dramas: Homens de Mármore e Homens de Bem.

Mulheres de Mármore é um drama francês que conta a história da degradação e morte de um jovem – Rafael Didier -, resultado de sua paixão por Marco, uma cortesã sem escrúpulos ou caráter, uma “mulher de mármore” incapaz de agir desinteressadamente. Este drama recebeu uma versão masculina escrita por Mendes Leal intitulada Homens de Mármore, cujo tema central é a prostituição moral de três personagens: um usurário, um aristocrata desonesto e um político corrupto. Em O Homem de Ouro, Mendes Leal tematiza a decadência provocada pelo dinheiro no caráter das pessoas.

Por serem peças realistas, que tratavam das virtudes, dos valores humanos e das conseqüências que sua ausência poderia provocar no caráter dos indivíduos, pode-se sugerir que a utilização de seus títulos na peça de Maia tem a intenção de estabelecer um diálogo com um contexto cultural preexistente, funcionando como uma forma de aproximação com a platéia e criando para ela uma possibilidade de participação “simbólica” no espetáculo.

A peça de José Joaquim da Maia conta a história de dois caixeiros de estabelecimentos comerciais (as “casas de mármore”) de propriedade dos senhores “Bom Serás Só” e “Conveniência” (os “homens de ouro”).

Estes caixeiros se envolvem numa tentativa de organização de fechamento das portas. Seus patrões, sem saber que eram seus próprios empregados que estavam envolvidos no plano, esbravejavam contra o que consideravam um absurdo na pretensão caixeiral. Ambos condenavam a imprensa, por apoiar as intenções dos caixeiros, e advogavam em causa própria, ressaltando o lado negativo do comportamento dos seus empregados que, ao invés de se dedicarem ao trabalho morigerado, único caminho que, na sua visão, lhes conferiria prestígio e ascensão social, preferiam “buscar na Religião um apoio para se entregarem nos braços da ociosidade” nas folgas que pretendiam garantir aos domingos e dias santos.⁴⁸

A trama é repleta de peripécias e situações jocosas protagonizadas pelos caixeiros que acabam sendo descobertos como autores de todos os embróglios. Neste momento, todavia, eles ganham um prêmio de loteria e a história termina com ambos enriquecendo e um deles casando com a filha do seu patrão. A partir de então, os dois

⁴⁸ MAIA, J. J. da, **O fechamento das portas ou as casas de mármore, as portas de bronze e os homens de ouro**. Rio de Janeiro: Tipografia de Peixoto e Leite, 1857 (Biblioteca Nacional Setor de Obras Raras). O apelo ao argumento cristão, que consta desta nota, já se encontrava presente na proposta do vereador Duque Estrada, de 1852, e foi constantemente utilizado nos anos 1870. Ver Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-4-38; Fechamento das casas comerciais: aos domingos e em dias santificados – Representação dos caixeiros das casas comerciais da praça do Rio de Janeiro, 1870.

caixeiros, transformados em ricos negociantes, começam a rechaçar o movimento do fechamento das portas.

O que chama atenção nesta peça é que se, por um lado, ela dialoga com um ideário pré-existente, sublinhando que o ascetismo era o único caminho para um caixeiro ganhar a confiança do seu patrão tornando-se seu herdeiro e “um capitalista” (para utilizarmos a expressão utilizada por um caixeiro cujas palavras foram reproduzidas anteriormente),⁴⁹ por outro lado, ela aponta para duas outras questões. Em primeiro lugar, para a possibilidade de que, após enriquecer, o caixeiro se colocava contrário à causa que anteriormente defendera, alinhando-se sem reservas ao “mundo dos patrões”. Em segundo lugar, que ela abria espaço para pensar que o enriquecimento não era necessariamente resultado do trabalho morigerado, mas muitas vezes fruto de um golpe de sorte num “jogo de loteria”.

A trama, assim construída, nos permite sugerir duas idéias. A primeira delas que, na visão deste dramaturgo (e provavelmente de outros contemporâneos), as relações entre patrões e caixeiros eram permeadas por conflitos e resolvidas por meio de aparentes “lealdades verticais” e obrigações

⁴⁹ Esta mesma idéia encontra-se em outros dois textos literários, a saber, o romance **O moço loiro**, de Joaquim Manuel de Macedo, e a **O caixeiro da taverna**, de Martins Pena, além de estar presente em muitos artigos publicados na imprensa do período. Em ambos os textos, a possibilidade do caixeiro tornar-se patrão, ou pelo menos sócio deste, está presente sendo esta, inclusive, a situação que dá graça à comédia de Martins Pena, na medida em que o único sonho acalentado pelo caixeiro é o de que sua patroa viúva lhe dê sociedade no seu negócio.

recíprocas, sendo o caixeiro “asceta” aquele que aderiria ao “mundo do patrão”. Neste sentido, é interessante observar que o autor parte da idéia de que a vontade do patrão era inviolável e que havia uma expectativa de que os caixeiros agissem nos limites desta vontade, fazendo dela a sua própria, o que impediria solidariedades de “classe” e reforçaria as solidariedades verticais, um raciocínio perfeito levando-se em consideração a lógica de dominação da sociedade senhorial escravista na qual estavam inseridos todos estes personagens.⁵⁰

A segunda idéia, inversa a esta primeira, é a de que enriquecer pelo fruto do trabalho não era algo garantido naquele contexto, o que abre a possibilidade para a ação autônoma dos caixeiros dentro do mundo dos patrões. E mesmo que na peça esta autonomia não passe de patuscadas e da compra de bilhetes de loteria, ela é indicativa de que os caixeiros não seriam meros repetidores das visões de mundo e dos interesses de seus patrões, e que as representações dos caixeiros ascetas e patuscos não esgotavam as possibilidades de experiências históricas vivenciadas pelos rapazes do comércio no seu cotidiano.

O que procuro sublinhar com tudo isto é que, nesta peça (e diferentemente do veiculado pela dramaturgia

⁵⁰Baseio-me para tais considerações em THOMPSON, E.P. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII**. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

realista), o dramaturgo valia-se de uma linguagem e de ações risíveis para abordar uma questão do seu tempo, elaborando sobre ela críticas originais e transformando o palco em agente de expressões de múltiplas visões e opiniões sobre o tema que abordava. O palco era, assim, transformado em espaço de convite ao debate e à reflexão, e o riso em uma forma de fazer crítica sob a aparência de diversão anódina.

Do que foi dito somos levados a sugerir que, além da imprensa, o teatro de São Januário se transformou em elemento fundamental nas reivindicações caixeirais, participando como um canal de expressão dos caixeiros nos primórdios do processo de redefinição das relações de trabalho entre eles e seus patrões.

O gênero dramático no qual a maior parte destas peças foi escrita – a cena cômica – é também elucidativo das relações entre público e arte dramática que vimos elaborando.

As cenas cômicas eram textos curtos, escritos em prosa e/ou verso, a partir da “costura” de alguns elementos tais como o recurso à sátira e à paródia; a caricatura de tipos conhecidos da cidade; o aproveitamento de músicas de domínio público em ritmo de grande trânsito tais como modinhas, polcas, lundus, maxixes e cateretês; a abordagem de assuntos que vinham chamando a atenção da cidade e a linguagem de duplo sentido apoiada em textos simples e de grande poder comunicativo.

Por ser um teatro mais de alusão do que de imitação, e por pressupor a participação efetiva do espectador, contando com que ele ativasse dados de um determinado contexto cultural para “decodificar” as mensagens do autor, as cenas cômicas se sustentavam mais na teatralidade e nos efeitos cênicos do que propriamente no texto.

Além disto, o fato de apoiarem-se em textos que tinham como vetor menos os cânones literários e mais os efeitos que poderiam ser obtidos pelos atores no decorrer da encenação permitia que tais peças fossem escritas e representadas “a vapor”, prefigurando a rápida satisfação das expectativas de um público alvo que acorria ao teatro para assisti-las.

Cabe lembrar, também, que, de acordo com as convenções deste gênero teatral, uma idéia quando fosse considerada boa poderia ser explorada por qualquer autor sem que dele se exigisse originalidade ou inovação temática, o que torna compreensível a quantidade de peças falando sobre os caixeiros que subiram à cena do teatro de São Januário dialogando com esta parcela cativa de seu público.⁵¹

Sendo assim, se relacionarmos este gênero dramático, o público cativo do teatro de São Januário, os temas que

⁵¹ A esta prática denominava-se “imitação”. De acordo com Cardoso de Menezes, presidente do Conservatório Dramático Brasileiro no ano de 1864, existia um decreto português de 1860 que concedia um prêmio aos imitadores de composições dramáticas, e no Brasil um projeto de regulamentos para os teatros continha idêntica disposição, o que denota o quanto tal prática tornou-se arraigada naquele contexto, a ponto de receber reconhecimento oficial.

foram abordados pelos dramaturgos no seu palco e o cuidado que os empresários que dependiam dos caixeiros para garantir sua bilheteria despenderam para atender os seus inúmeros “a pedidos” nos jornais, podemos sugerir que estamos diante da “receita” que transformou o teatro de São Januário no teatro dos caixeiros.

3.

No dia 7 de novembro de 1869, o ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques publicou no *Jornal do Comércio* a programação do espetáculo que sua companhia teatral iria oferecer naquela data no teatro Fênix Dramática.

Para esta récita Vasques anunciava, dentre outras atrações, a encenação de uma cena cômica de sua autoria intitulada *O advogado dos caixeiros* na qual prometia provar “as vantagens que existem para a humanidade no fechamento das portas”, estando prevista ainda a execução do “Hino dos Caixeiros” para o encerramento da representação⁵².

A caixeirada aprovou a decisão de Vasques e acorreu em massa à Fênix Dramática provocando uma “enchente” naquela sala de espetáculos.

Em dezembro de 1869, estreou naquela mesma sala uma opereta de autoria do jornalista Augusto de Castro, que também tomou como fonte de inspiração o movimento dos

⁵² *Jornal do Comércio*, 7 de novembro de 1868

caixeiros recebendo o título de O fechamento das portas e que permaneceu em cartaz por quase um mês.⁵³

Uma traição do “corpo caixeiral”? Ao contrário; desde o ano de 1868 a sala de São Januário havia sido demolida e, na sua ausência, os caixeiros elegeram a Fênix Dramática seu teatro cativo.

À medida que o século avançava as formas de protesto e reivindicação dos caixeiros foram modificando e tomando um caráter mais inconformista. Se nos anos 1850 as aspirações da classe caixeiral foram veiculadas através do palco do São Januário de maneira menos militante (mas nem por isto menos efetiva) do que na imprensa, nos anos 1870 elas se transformaram em pedidos remetidos aos patrões e discutidos entre os caixeiros num inconformismo que nos anos 1880 se refletiria na formação de associações de ajuda mútua. Inicialmente tais associações não tinham fins políticos mas, com o passar do tempo, seu perfil foi se modificando, bem como o próprio movimento dos caixeiros: as associações passaram a ser associações de classe e os pedidos dos patrões transformaram-se em reivindicações feitas diretamente ao poder público.

Até 1868, para todos os efeitos, e contrariando os prognósticos dos críticos teatrais que procuraram isolá-lo em relação às outras salas de espetáculo da Corte, o teatro de São Januário manteve seu poder de sedução sobre os

⁵³ **Jornal do Comércio**, 19 de dezembro de 1869

caixeiros, contando com eles para sua sobrevivência e oferecendo-lhes seu palco como tribuna de negociação simbólica e de afirmação de diferenças e afinidades que expressavam os conflitos políticos por eles vivenciados no cotidiano.

Nele os caixeiros tiveram a oportunidade de desfrutar de suas horas de lazer e de instruir-se (da maneira como entendiam ser possível uma educação pelo palco), assim como nele tiveram oportunidade de se ver no proscênio e de rir...de si mesmos e dos outros!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. **Crítica teatral**. Rio de Janeiro: Editora Mérito, 1962.

_____. **Várias histórias**. Rio de Janeiro: Jackson, 1950.

118

BASTOS, Antônio de Souza. **Carteira do artista**. Lisboa: Bertrand, 1848.

FARIA, João Roberto. **Idéias teatrais: o século XIX no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOMES, Thiago de Melo. **Um espelho no palco**. Unicamp: Editora da Unicamp/CECULT, 2006.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MARINHO, Lenira M.; GORESTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da independência**. Rio de Janeiro:

Coleção Biblioteca Carioca, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MENCARELLI, Fernando Antônio. **A voz e a partitura: teatro musical, indústria e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1868-1908)**. Campinas: Unicamp, 2003. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

POPINIGIS, Fabiane. **Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento do fechamento das portas (1850-1912)**. Campinas/Unicamp, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RIBEIRO, Gladys S., **Mata-galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SIRINELLI, Jean-François. Éloge de la complexité. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. **Pour une histoire culturelle**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **Culturas políticas: ensaios e**

história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUZA, J. Galante de. **O teatro no Brasil.** Rio de Janeiro: INL, 1960.

SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. **As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1828).** Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 2002.

THOMPSON, E. P. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII.** In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Política do Vaticano, Arquidiocese de Mariana e dom Luciano: diálogos possíveis

*Fabício Roberto Costa Oliveira
Rodrigo de Souza Ferreira*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o papel da hierarquia eclesiástica na definição de ações pastorais e no direcionamento políticas de suas Dioceses e/ou Arquidioceses. Neste sentido buscamos como ponto de referência a Arquidiocese de Mariana que até o ano de 1988 foi tida como um reduto extremamente conservador da Igreja Católica brasileira e, a partir de então, sob a tutela do bispo dom Luciano Mendes de Almeida, passou, cada vez mais, a se alinhar com os ideais propalados pela Teologia da Libertação. No sentido de enriquecermos nosso texto passamos tanto por questões internacionais como o Concílio Vaticano II e a política conservadora do Vaticano a partir da década de 1980, quanto por questões locais como a organização da vida comunitária da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires-MG.

Palavras-chave: Política do Vaticano. Arquidiocese de Mariana. Dom Luciano.

*Policy of Vatican, Archdiocese of Mariana, Dom Luciano:
Possibles dialogs.*

Abstract: *This paper has the objective to discuss the ecclesiastic hierarchy that determines the pastoral actions and the direction of its policies and of its dioceses or archdioceses. In this way, we choose as a reference to this study, the Archdiocese of Mariana, which was considered an extremely conservative portion of the Brazilian Catholic Church until 1988. After this period, having dom Luciano Mendes de Almeida as a tutor, this archdiocese started to follow the ideals spread by the "Liberation Theology". Having an objective to increase this study, we analyzed some international subjects as the "Council Vatican II" and the conservative policy of the Vatican, starting from the decade of 1980. We still approached local questions as the organization of the community life of the Congregation of "Nossa Senhora do Rosário" de "Brás Pires"-MG.*

Keywords: *Policy of Vatican. Archdiocese of Mariana. Dom Luciano.*

1. INTRODUÇÃO

Uma das características que historicamente tem marcado a Igreja Católica enquanto instituição é sua hierarquização. Esse assunto já mereceu atenção de autores tanto internos quanto externos à Igreja. Boff (1982) destaca que, em nível interno, o poder da hierarquia e as

manifestações de autoritarismo na Igreja Católica têm pouco a perder para formas similares de dominação existentes na sociedade civil.

Segundo o autor, quando um bispo pretende desarticular um trabalho de base, ele se vale de artifícios autoritários e, “sem prévia discussão, transfere os párocos, literalmente expulsa de sua diocese (arqui) as religiosas, demite os agentes de pastoral leigos e deixa a comunidade perplexa. Não há a quem apelar, pois se trata de um comportamento de uma instância última” (Boff, 1982, p. 83). Parte-se do princípio de que o respeito à alta cúpula é uma regra básica dentro da Igreja, pois ações hierárquicas devem ser vistas como “vontades” divinas, sendo, portanto, suficiente para justificar, explicar e legitimar as decisões institucionais. Porém, para Boff (1982), “o divino no poder da Igreja-instituição é só de origem; seu exercício concreto pouco tem de divino, mas se processa na lógica de qualquer outro poder humano, com todas as suas artimanhas” (1982, p. 91).

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitos católicos engajados com as idéias e práticas da Teologia da Libertação, chamados por diversos estudiosos de “progressistas”, investiram na perspectiva da “democratização” da Igreja Católica, entretanto, paradoxalmente, o poder hierárquico acabava sendo reafirmado. “Justamente porque a ação pastoral se fazia em uma Igreja e sociedade hierárquicas e

autoritárias, o peso da hierarquia foi vital para a disseminação da Teologia da Libertação” (NOVAES, 2002, p. 67).

De fato, o que pode ser percebido é que os ideais da Teologia da Libertação se difundiram com maior eficácia em jurisdições eclesiais comandadas por bispos ou arcebispos engajados com essa proposta, da mesma forma que preladados contrários a esse movimento representaram sérios empecilhos à difusão das idéias renovadoras. Na Arquidiocese de Mariana, por exemplo, durante as décadas de 1960 e 1970, enquanto a Igreja Popular ganhava expressão em diversos pontos da América Latina, a força da hierarquia episcopal atuou no sentido de impedir a circulação de tais idéias. Contraditoriamente, a partir da década de 1980, quando a alta cúpula da Igreja Católica intensificou suas ações no intuito de conter o avanço da Teologia da Libertação, a Arquidiocese de Mariana passou a se mostrar como um campo fértil para o florescimento da “Igreja dos Pobres”.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é discutir o papel da hierarquia eclesial na definição das ações pastorais e no direcionamento político de suas Arquidioceses. Para tanto, tomar-se-á como referência o caso da Arquidiocese de Mariana, que até o ano de 1988 foi tida como um reduto extremamente conservador da Igreja Católica brasileira e, a partir de então, sob a tutela do bispo dom

Luciano Mendes de Almeida, passou, cada vez mais, a se alinhar com os ideais propalados pela Teologia da Libertação.

2. A ARQUIDIOCESE DE MARIANA: DO VATICANO II À RESTAURAÇÃO CONSERVADORA

O Concílio Vaticano II (que aconteceu entre outubro de 1962 a dezembro de 1965) é considerado por muitos estudiosos como um marco dentro da Igreja Católica. Esse evento propiciou um ambiente de intensa discussão entre a comunidade católica, facilitando uma abertura da Igreja para a reflexão sobre as diversas questões temporais que permeavam a vida humana. Tal abertura trouxe reflexos importantes para o pensamento teológico latino-americano e suscitou uma série de debates acerca da realidade social do continente, levando consideráveis segmentos da Igreja a denunciarem a situação de marginalidade de grande parte da população e a se identificar com o sofrimento desses excluídos sociais. Assim, tornou-se cada vez mais comum o envolvimento de religiosos com os dilemas vividos pelos pobres. Participando de suas lutas, a Igreja acabou se aproximando da realidade cultural, política e religiosa vivida por eles. Nesse contexto é que surgiu a chamada Teologia da Libertação, que propôs como eixo norteador de sua ação a “opção preferencial pelos pobres”.

Essa tendência, todavia, não se deu de forma uniforme em todo o orbe católico, mas variou muito de acordo com as circunstâncias locais ou regionais. Enquanto as arquidioceses e paróquias tidas como progressistas logo incorporaram essa proposta, vez por outra participando do próprio processo de formação das novas diretrizes, jurisdições eclesiais tipicamente conservadoras mantiveram-se à parte das propostas emergentes ou mesmo opuseram-se a elas.

A Arquidiocese de Mariana foi, por muito tempo, identificada como uma prelazia conservadora no cenário nacional e, como tal, atuou no sentido de boicotar a difusão da Teologia da Libertação, divulgando que muitos comunistas estavam se utilizando dessas idéias religiosas com propósitos econômicos, sociais e eticamente incompatíveis com as necessidades e idéias dos católicos brasileiros. Para ilustrar essa questão, pode-se observar um excerto do jornal oficial da Arquidiocese de Mariana⁵⁴, escrito pelo então arcebispo dom Oscar de Oliveira (1959-1988). A matéria foi lançada num período em que muitos integrantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) realizavam greves junto aos operários (muitos deles também o eram) e militavam por melhor distribuição de renda.

Conheço muitas famílias que, de início carentes, se promoveram magnificamente – marido e mulher – com a constância do trabalho e com a justa

⁵⁴ Jornal “O Arquidiocesano”, que circulou semanalmente de 1959 a 1991.

economia. Conheço também filhos, que a exemplo de seus pais, amigos do trabalho os vêm imitando com fidelidade e felicidade (O ARQUIDIOCESANO. Mariana, ano XXIX, 22 de novembro de 1987).

Assim, na visão do arcebispo, a idéia hegemônica era a de que os cristãos deveriam trabalhar honestamente, sendo a greve ou manifestação política algo desnecessário, pois com honestidade e trabalho tudo se conseguiria. Outra idéia consolidada na Arquidiocese era a de que a Instituição não deveria se envolver com política, visto que esta não era sua função.

Esse raciocínio estava de acordo com a tentativa de Roma de frear a atuação política da Igreja Católica na América Latina. A carta apostólica endereçada aos bispos brasileiros em dezembro de 1980 dizia: “a Igreja não deve se envolver em questões sociais em detrimento de sua missão especificamente religiosa” (HIGUET, 1984 *Apud* PRANDI; SOUZA, 1996, p. 62). De acordo com Prandi e Souza (1996), o Papa João Paulo II “se mostrava bastante alinhado às tendências carismáticas e bem distante da opção pelos pobres da Teologia da Libertação” (1996, p. 62-63).

Se a década de 1960 foi marcada pelo ímpeto renovador da Igreja latino-americana, quando os setores progressistas ampliaram sua influência e seu espaço de atuação, já no final da década de 1970, os setores conservadores tinham se rearticulado para conter os avanços

da Teologia da Libertação. É sintomática nesse sentido a evolução do posicionamento da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) entre 1968 e 1979. Se o encontro de Medellín (em 1968) trouxe para o centro das discussões a situação de marginalidade de uma grande parcela da população latino-americana e, ao mesmo tempo, a necessidade da Igreja se comprometer com a transformação dessa realidade, o encontro de Puebla (em 1979), já em sua gênese, foi uma contra-ofensiva dos setores conservadores. O ideal de engajamento com os movimentos sociais e a “opção preferencial pelos pobres”, delineado a partir da Conferência de Medellín foi rejeitado pelos setores conservadores da Igreja e também por parcelas das elites nacionais, que acusavam esse posicionamento de destoante da missão eminentemente espiritual da religião (Iokoi, 1996). Embora muitas das posições definidas em Medellín tenham sido mantidas, os esforços no sentido de refrear os avanços da Igreja popular estavam, cada vez mais, se impondo.

Um marco desse processo no âmbito internacional, chamado por alguns autores de *restauração* (MAINWARING, 1989; DELLA CAVA, 1992), foi a eleição de Karol Wojtyła para o sólio papal, em 1978. O posicionamento do papa João Paulo II, bem como a atuação dos grupos conservadores católicos, começou a dificultar a marcha da Igreja progressista, tendo em vista que seminários foram vigiados, teólogos foram censurados, bispos progressistas foram

substituídos por conservadores (PRANDI; SOUZA, 1996).
Para Smith

a Teologia da Libertação experimentou uma significativa redução de oportunidade política dentro da Igreja Católica, uma vez que Roma buscou eliminar o suporte institucional da teologia da libertação. O Papa João Paulo II provou ser mais conservador que seus principais antecessores, João XXIII e Paulo VI (Novac 1986: 65-74) (...) Desde Puebla, houve ações tomadas pelo Vaticano para reduzir e, em alguns casos, combater a influência da Teologia na América Latina (1991, p.222).

Ao longo do tempo, um instrumento bastante eficaz para afirmar a influência do Vaticano sobre as Igrejas Nacionais tem sido as nomeações episcopais. Valendo-se dessa prerrogativa, os papas podem direcionar o perfil pastoral das dioceses e arquidioceses em todo o mundo. Um caso bastante emblemático no Brasil diz respeito à interferência do Vaticano no direcionamento da Arquidiocese de São Paulo, no final da década de 1980. Aquela que era a maior jurisdição eclesiástica do Brasil tinha à sua frente o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, um prelado que havia se destacado pela sua militância em favor dos direitos humanos durante os anos de ditadura militar. Visando romper essa

tradição de engajamento político naquela influente Arquidiocese, a alta cúpula da Igreja Católica articulou a transferência de dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ex-auxiliar da arquidiocese paulista, para arquidiocese mineira de Mariana, uma das mais antigas na história religiosa do país, mas com pouca expressão sócio-política. Esta transferência foi feita à revelia do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, pertencente à ala esquerda do clero brasileiro, que desejava que D. Luciano o sucedesse no arcebispado de São Paulo. (VALENTE, 1994, p. 88).

Para Smith (1991), uma das mais consistentes maneiras que Roma tem encontrado para diminuir a influência da Teologia da Libertação tem sido a indicação de bispos conservadores para a América Latina. O caso específico de dom Luciano parece apontar uma outra alternativa para minar bases da Igreja Progressista no Brasil. Transferir o bispo para uma Arquidiocese pouco expressiva no cenário nacional significaria, na prática, restringir a influência da Teologia da Libertação.

De qualquer forma, é interessante perceber que a transferência de dom Luciano para a Arquidiocese de Mariana veio a criar condições para que houvesse uma substancial transformação no direcionamento pastoral daquela jurisdição

eclesiástica. Apesar do conservadorismo que marcou o período anterior, sobretudo durante a vigência do bispo dom Oscar de Oliveira (1959-1988), é importante ressaltar que algumas paróquias e comunidades já buscavam uma certa aproximação com os ideais propugnados pela Teologia da Libertação à revelia da autoridade episcopal. Seus projetos, porém, só iriam deslanchar quando o ambiente religioso (e político) se fizesse mais favorável, ou seja, com a chegada do novo bispo. Assim, é importante perceber que as concepções de Igreja sustentadas pelas suas lideranças têm, conforme salienta Mainwaring, um peso determinante no direcionamento de suas prelações.

A concepção de Igreja quanto a sua missão integral determina diretamente o seu envolvimento na vida política. Quando, por exemplo, líderes religiosos argumentam que a Igreja deveria lutar contra o comunismo ou que deveria se colocar acima da política ou que desenvolva uma opção preferencial pelos pobres, estes pressupostos derivam do sistema religioso. Isso significa que é preciso compreender os objetivos da instituição e a concepção de fé que a motiva (1989, p. 44).

Nesse sentido, a presença de dom Luciano foi fundamental para que diversas transformações acontecessem na Arquidiocese e, embora não se possa desvalorizar o trabalho leigo, a presença dele é sempre valorizada por todos

que trabalhavam na busca de uma maior inserção da Arquidiocese em problemas sociais e políticos.

3. ARQUIDIOCESE DE MARIANA SOB NOVA LIDERANÇA: A ATUAÇÃO DE DOM LUCIANO

Os trabalhos dos grupos católicos progressistas tiveram como marco importante a chegada de dom Luciano⁵⁵ na Arquidiocese, em 1988. Para o padre L. V., a presença de dom Luciano significou uma abertura maior para a atuação progressista.

132

O que a gente percebe é que há uma mudança na Arquidiocese de Mariana, sobretudo a partir da chegada de dom Luciano. Às vezes, algumas questões que estavam mais abafadas, mais surdas, elas vão eclodir, e a forma como ele organizou a Diocese, essa tradição de assembléias pastorais, de encontro de presbíteros, não só os retiros, mas os encontros anuais, os presbíteros, discutir a Bíblia, os ministérios, questões pastorais, abriu mais o debate. A própria linha do jornal Pastoral, que sucedeu ao jornal Arquidiocesano, mostra claramente uma perspectiva diferente, um

⁵⁵ Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida foi bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo/Região Belém entre 1976 e 1988. Foi secretário-geral da CNBB entre 1979 e 1987, ano em que foi eleito presidente da CNBB por dois mandatos consecutivos.

foco diferente. Na realidade, o fato é outro, é uma Diocese mais aberta, digamos, assim, aquilo que é a caminhada da Igreja no Brasil, sobretudo da CNBB. (Padre L. V⁵⁶ – 2004).

O Padre acredita que a chegada de dom Luciano garantiu maior espaço de atuação aos setores progressistas, porque muitos grupos que trabalhavam relativamente isolados em suas paróquias ou em espaços reduzidos tiveram maior liberdade de atuação, conforme pode ser observado na fala: “as questões que estavam mais abafadas acabaram eclodindo”. O mesmo padre afirma que dom Luciano significava um marco, um símbolo de mudança importante para a arquidiocese de Mariana.

Então você vê, dom Luciano estava atuante na Igreja no Brasil. Ele não tava em Mariana, mas a vinda dele pra Mariana era uma bandeira. A pessoa dele é uma bandeira. Quando ele vem já significa isso. Quer dizer, todo mundo que tinha um pouco de informação percebia que a Arquidiocese estava dando uma guinada. (Padre L. V. – 2004).

É interessante salientar que os depoimentos dos padres e atores sociais cedidas para esta pesquisa foram ao encontro das afirmações de Novaes (2002), que ressalta a

⁵⁶ O Padre L. V. ocupa importantes cargos na Arquidiocese de Mariana e tinha relação de bastante proximidade com dom Luciano Mendes de Almeida. Os nomes de entrevistado constam apenas a inicial do nome e o ano da entrevista, porque buscamos não divulgar os nomes dos mesmos no sentido de protegê-los de constrangimentos e/ou problemas institucionais.

importância da atuação dos bispos para a inserção e divulgação de novas idéias religiosas. Nesse sentido, a política do Vaticano de transferir dom Luciano para o interior acabou criando oportunidades políticas para os católicos progressistas da arquidiocese de Mariana. Assim, a política de tentar diminuir o ativismo católico em São Paulo acabou favorecendo uma atuação mais engajada politicamente na Arquidiocese de Mariana.

Na época da substituição de dom Oscar, diversos padres e leigos da Arquidiocese e até mesmo do Brasil, ficaram a imaginar o que seria da Arquidiocese sob a tutela de um arcebispo progressista como dom Luciano. Percebendo essa repercussão, o jornal Estado de Minas de 5 de maio de 1988 publicou uma entrevista com ele, que foi também divulgada no jornal oficial da arquidiocese de Mariana, O Arquidiocesano. A primeira pergunta reflete bem os questionamentos que se fazia naquele momento.

Pergunta: O Arcebispo de Mariana foi considerado um “autêntico” representante da ala conservadora da Igreja, enquanto o senhor sempre foi identificado como um “progressista” da Instituição. A vinda do Senhor para Mariana significa uma mudança de mentalidade na diocese de Mariana?

dom Luciano: Em primeiro lugar peço licença para aceitar a pergunta, mas não aceitar o adjetivo que foi empregado em relação a quem aprendi desde

logo a estimar e que me acolhe com muita amizade e de que há de me dar muito também de sua experiência. O certo é que o embate e a vida em São Paulo abriu campo para um tipo de serviço que não é exatamente o que foi necessário em outras áreas do Brasil. São Paulo, hoje, é a grande cidade desafio, com populações empobrecidas, com grande dificuldade de acesso ao trabalho, com insuficiência de salário e de promoções indispensáveis à dignidade da vida como educação, saúde, transporte e abastecimento. Não é o caso de Mariana. Portanto, se o bispo está ligado à vida do povo, evidente, ele terá manifestações diferentes conforme o tipo de ministério e a atuação que ele deve exercer (O ARQUIDIOCESANO. Mariana, ano XXIX, 12 de junho de 1988).

135

No relato anterior, dom Luciano procurou não entrar na polêmica referente às diferenças entre ele e seu antecessor, dom Oscar. Entretanto, as diferenças aparecem explicitamente na análise do jornal O Pastoral, lançado por dom Luciano (em 1991) em substituição ao O Arquidiocesano, que fora criado por dom Oscar ainda na década de 1950. No jornal O Pastoral, durante toda sua existência, foram comuns notícias de apoio à formação de sindicatos, exaltando a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs),

relatando os problemas sociais da população, além da constante presença de textos de católicos progressistas, como dom Pedro Casaldáliga, algo que não acontecia no jornal anterior.

Logo na segunda edição do jornal, foram feitas críticas à paróquia tradicional, afirmando que “esta facilita a acomodação. A caridade fica muito no assistencialismo ou fraternalismo, no nível inter-pessoal”(O PASTORAL. Mariana, n.2, p.4, março de 1991). Dessa forma, desde o primeiro momento, ficou bastante clara a mudança na Arquidiocese.

Com imposição ou não, as notícias do jornal oficial da Arquidiocese demonstravam outra perspectiva religiosa. Na década de 1990, as notícias iam no sentido de promover as CEBs, para que estas pudessem aumentar em número e em qualidade em toda a Arquidiocese. Diversas reuniões e convocações da população para participação aconteceram. O Pastoral de agosto de 2004, assim como outros, reflete bem essa preocupação. Logo na primeira página vem o título “Espiritualidade Libertadora” e logo abaixo vem uma mensagem afirmando que as CEBs “continuam se mobilizando para garantir um jeito popular de ser Igreja, sustentando a mística da participação e Comunhão Eclesial que brota da palavra de Deus e da Eucaristia” (JORNAL PASTORAL. Mariana, ano XIV, n.158, agosto de 2004).

Na segunda parte do jornal, afirma-se que muitos acreditam que a vez das Comunidades Eclesiais de Base já

passou e até mesmo acreditam na morte da Teologia da Libertação e “entendem que o momento é dos movimentos espiritualistas de cunho pentecostal ou neopentecostal como a Renovação Carismática Católica, por exemplo” (JORNAL PASTORAL. Mariana, ano XIV, n. 158, agosto de 2004). O editorial do jornal afirma que esses pensamentos em parte são verdadeiros, mas que em meio a tudo isso

é bom saber que Mariana, a primaz das Minas Gerais, acredita nesta Igreja que se faz pobre para libertar o pobre. Em meio a tanta espiritualidade alienada e alienantes, consola saber que nas CEB's a espiritualidade é libertadora porque leva o compromisso com os excluídos, prova inequívoca do seguimento de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida. (JORNAL PASTORAL. Mariana, ano XIV, n. 158, agosto de 2004).

137

Dessa forma, tenta-se enfatizar a atuação das CEBs na Arquidiocese. Ao mesmo tempo, busca-se manifestar a preocupação com a população mais pobre.

Dar auxílio a uma pessoa necessitada é sempre prova de amor fraterno. Temos, no entanto, que pedir a Deus que ilumine nossa responsabilidade política. Mais forte é a caridade de quem se empenha para elaborar e aperfeiçoar as leis do país de modo a assegurar decisões políticas adequadas, capazes de saciar as multidões de

famintos e mendigos, de sem-terra e sem casa, dos que não tem trabalho nem assistência médica. (JORNAL PASTORAL, Ano XIV, número 158, agosto de 2004).

Dom Luciano deixa claro que a melhor maneira de ajudar os pobres não é fazendo uma caridade, dando um alimento ou uma moeda aos mendigos pelas ruas (os quais, aliás, podem ser vistos em bom número pelas cidades da Arquidiocese), mas através de políticas públicas adequadas à situação encontrada no país. Dessa forma, os setores progressistas da Arquidiocese de Mariana encontravam respaldo institucional para trabalharem no apoio à população de acordo com suas necessidades. Embora os exemplos citados anteriormente sejam de 2004, as atuações e preocupações do arcebispado de dom Luciano com a CEBs e as mobilizações progressistas datam da sua chegada à Arquidiocese.

Na visão do padre L. V., uma vantagem de dom Luciano é que ele, apesar de sua postura progressista, não impôs suas idéias, dando assim maior tranquilidade à Arquidiocese.

Se viesse uma pessoa também muito avançada, mas que não soubesse dialogar com esse passado da Diocese de Mariana, poderia haver um conflito que redundasse, não no crescimento da Diocese, mas até num impasse, e não foi o que aconteceu.

Ele realmente conseguiu fazer uma mudança, a meu ver, uma mudança na Diocese de Mariana, com o mínimo de tensões possível; aconteceram tensões é claro, mas elas foram menores do que se fosse alguém com o perfil dele, mas sem o tato dele (Padre L. V.).

Embora não possamos deixar de relatar a importância da chegada e da atuação de dom Luciano, precisamos também compreender que apesar de sua importância vital, ele não foi o único responsável pelas transformações na arquidiocese de Mariana, pois acreditar nisso é apenas personalizar um acontecimento complexo que contou com a participação importante de diversos atores sociais de dentro e de fora da Arquidiocese.

139

4. O TRABALHO DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Uma outra faceta da orientação pastoral defendida por dom Luciano diz respeito à participação das comunidades nas atividades paroquiais. Para analisar essa questão, será discutido a seguir o caso da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, situada no município de Brás Pires. A atual política de evangelização da arquidiocese de Mariana tem buscado promover uma aproximação mais efetiva com as diversas comunidades municipais, sobretudo aquelas localizadas no meio rural. Rompendo com uma tradição centralizadora, que

concentrava na sede da Paróquia praticamente todos os atos sacramentais e litúrgicos, a nova proposta pastoral tem incentivado a participação daqueles grupos na vida da Igreja. Nesse sentido, a Arquidiocese vem reafirmar uma das propostas definidas pelos bispos brasileiros, através do Plano Pastoral de Conjunto (1966):

Faz-se urgente uma descentralização das paróquias, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar dentro do território paroquial comunidades de base, onde os cristãos não sejam pessoas anônimas, mas se sintam acolhidos e responsáveis e delas façam parte integrante (PLANO PASTORAL DE CONJUNTO *Apud* PLANO DE PASTORAL, 2003, p. 37).

Através do estímulo à eleição de lideranças locais, em torno das quais se organizaria o grupo de vizinhança, a paróquia de Nossa Senhora do Rosário tem promovido celebrações regulares nas comunidades. Tais celebrações são geralmente animadas pelos próprios membros daquele grupo e contam com significativa presença de fiéis, que vêm seus laços de sociabilidade vicinal reforçados nessas ocasiões. Atuando dessa maneira, a Arquidiocese, através de seus representantes diretos, tem garantido a presença da Igreja Católica nos mais distantes confins de sua jurisdição. Considerando o evidente crescimento de outras filiações

religiosas, sobretudo protestantes, no Brasil, pode-se pensar que essa é uma estratégia bastante artificiosa, pois, se por um lado, garante a perpetuação da tradição católica e a presença da Igreja, através do padre, naquele núcleo humano; por outro, ao fomentar o surgimento de líderes comunitários vinculados à religião, essa política acaba por sugerir aos indivíduos que pertencer àquele grupo significa pertencer à religião católica.

Além desse trabalho junto às comunidades, através do deslocamento do padre até elas, há uma tentativa de envolvê-las também, de modo mais ativo, nas celebrações especiais sediadas na Matriz. A própria Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Rosário, exemplifica bem essa situação, pois a organização do evento é mediada pelo chamado Conselho Paroquial da Comunidade.

Hoje, a gente tenta definir com o Conselho Paroquial da Comunidade numa reunião... O Conselho Paroquial é formado pelo pároco, pela secretária, tesoureiro, os dirigentes aqui e os representantes de cada comunidade. Nessa reunião, a gente traça, mais ou menos, o que que é dentro da tradição da própria Festa. Há uma distribuição de tarefas, a organização e o dia que cada comunidade participa: duas comunidades de cada vez. Aí, com o coordenador de cada comunidade presente, a gente organiza direitinho,

se tem alguma coisa, algum elemento a acrescentar (Padre J.R.A.– 2003⁵⁷).

Quer dizer, de acordo com a nova evangelização, e o sentido de envolver as comunidades, principalmente essas mais distantes, pra fazer um trabalho, assim, mais dividido, mais acessível, né? Pra não encher demais a Igreja e muita gente ficar por fora. Então, dividiu em comunidades: cada comunidade faz celebração em um dia. Junta duas ou três comunidades, faz uma programação aí, dentro de uma semana. A gente já pega os temas dos folhetos do plano de evangelização e aí a gente já escolhe os temas que encaixam nas celebrações e aí a gente procura envolver escola, comunidades, trabalhadores rurais. E aí, cada dia, faz uma programação diferente. E aí, a gente junta motoristas, faz a procissão dos carros... Exatamente para dar oportunidade a todos (G.M.V. paroquiano – 2003).

Como se nota, a Paróquia busca envolver as comunidades, através de seus líderes, na organização geral da Festa, abrindo espaço para a discussão da programação e atribuindo tarefas a cada uma. Em geral, duas ou três

⁵⁷ O padre J.R.A. dirigiu a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires entre dezembro de 1999 e setembro de 2004.

comunidades são designadas diariamente para a preparação da liturgia da missa. Nessa ocasião, elas se esmeram por promover uma celebração animada e participativa.

Se, por um lado, a assertiva do paroquiano, anteriormente citada, de que dividir os dias de celebração da novena entre as diversas comunidades evita “encher demais a Igreja” e, com isso, deixar “muita gente ficar por fora”, pode ser tomada como procedente, já que numa situação comum a maioria dos fiéis preferiria participar dos cultos nos finais de semana; por outro, não se pode perder de vista a intenção de se integrar os membros de uma mesma comunidade dentro da prática festiva, ampliando os laços que os unem entre si e com a Igreja. Naquela celebração eucarística, o fiel não é um fiel isolado, mas uma célula de um organismo, de uma comunidade. Uma comunidade católica.

143

5. CONCLUSÃO

Por mais que se afirme o papel fundamental executado por leigos, por movimentos religiosos católicos e missionários na redefinição das tendências pastorais, é necessário reconhecer que o engajamento dos bispos em uma ou outra proposta religiosa é imprescindível para que esta tenha um sucesso efetivo, já que recursos financeiros, ideológicos e simbólicos estão sob seu comando.

Neste sentido, a aceitação diferenciada por parte de bispos e arcebispos acerca dos direcionamentos emanados do Vaticano faz com que espaços regionais tenham perfis de catolicismo bastante diferenciados uns dos outros. A Arquidiocese de Mariana é especialmente interessante neste sentido, pois os ideais do Concílio Vaticano II pouco penetraram nas fronteiras arquidiocesanas até 1988, enquanto outras jurisdições eclesíásticas se empenhavam para reformular suas práticas pastorais. Isso aconteceu principalmente devido à atuação conservadora do arcebispo dom Oscar de Oliveira (1959-1988).

No final da década de 1980, o Vaticano consolidava sua política de frear a atuação da Igreja Católica progressista na América Latina e, com esse intuito, adotou como uma de suas estratégias a transferência de bispos que se destacavam pela atuação política para o interior do país. Dentro deste contexto é que dom Luciano Mendes de Almeida foi enviado para a Arquidiocese de Mariana.

A chegada do novo arcebispo significou uma abertura maior para o trabalho dos grupos progressistas. Nesse sentido, a tentativa de diminuir a militância política católica em alguns centros urbanos, abriu a possibilidade de emergirem Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos Sociais vinculados à Igreja Católica em arquidioceses do interior, como foi o caso de Mariana. A influência de dom Luciano levou alguns a afirmarem que o Concílio Vaticano II (1962-

1965) só chegou à Arquidiocese de Mariana em fins da década de 1980, o que, de fato, acaba se confirmando em experiências como o trabalho com as comunidades da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires-MG.

Assim, pode-se concluir que não há um “trânsito” direto de informações entre o Vaticano e as populações das dioceses ou arquidiocese, pois as tendências acabam sendo “filtradas” pelos interesses religiosos de bispos e arcebispos. Dessa forma, fica patente que estes possuem uma enorme responsabilidade no perfil pastoral das jurisdições que dirigem e que muitas vezes as características religiosas se revelam muito mais a partir de contextos regionalizados do que através das diretrizes papais. Diante disso, fica agora a grande incógnita de qual rumo deverá tomar a Arquidiocese de Mariana após o falecimento de dom Luciano Mendes de Almeida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

146

BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

DELLA CAVA, Ralph. **Política do vaticano 1878-1990: uma visão geral**. In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1985**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

LÖWY, Michel. **Marxismo e teologia da libertação**. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. 119p. (Polêmicas do nosso tempo; v.39).

MAINWARING, Scott . **A Igreja e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

NOVAES, Regina. **Crenças religiosas e convicções políticas: crenças e passagens.** In: *Política e cultura, século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.

PLANO de Pastoral: **Chamados para servir.** Mariana: Arquidiocese de Mariana, 2003. p. 87.

PRANDI, Reginaldo e SOUZA, André Ricardo de. **A carismática despolitização da igreja católica.** In: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade das religiões no Brasil: Religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

147

SMITH, Christian. **The emergence of Liberation Theology: Radical religion and Social Movement Theory.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **As várias faces da igreja católica. Estudos Avançados,** São Paulo, n. 52, Dossiê Religiões no Brasil, 2004.

VALENTE, Ana Lúcia E. Farah. **O negro e a igreja católica.** Campo Grande: CECITEC/ UFMS, 1994.

“Feroz, malfazejo e sanguinário”: um flagelo africano em São João del-Rei, século XIX⁵⁸

Leonam Maxney Carvalho

148

Resumo: Este artigo visa uma discussão sobre como podemos apreender certos símbolos das culturas políticas africanas e afro-descendentes, reconstruindo a história de um africano inserido no cotidiano escravista do século XIX mineiro. Para isto, dentre outras fontes, utilizamos um processo crime de homicídio, de 1849. Analisando os posicionamentos das testemunhas frente aos comportamentos e relacionamentos sociais do réu, tentamos identificar, certas concepções de liberdade, justiça e escravidão no intercurso das três esferas de pensamento em colapso no documento: (1) a da justiça e dos seus representantes, (2) a de uma sociedade escravista mineira e (3) a de um réu africano.

Palavras-chave: Escravidão. Justiça. Africanos.

⁵⁸ Trabalho aprovado no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História de Minas, Séculos XVIII e XIX, da Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ, em 2006, sob o título “João Angola: uma visão da liberdade em São João oitocentista”. Toda a documentação citada neste Artigo pertence ao Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na época, alojado no Museu Regional de São João del-Rei.

Fierce, evil and bloody: an African scourge in São João del-Rei, 19th century

Abstract: *This article views one discussion about how can we learn some symbols of the African and the Afro-American politic cultures, rebuilding the history of one African in the slavery quotidian at the XIX century. For this, between others fonts, we use one process of murderer from 1849 year. Focusing the positionings of the witness in front of the ways and the social relationships of the accused, we try identify some conceptions of freedom, justice and slavery in the intercourse of tree ways of thoughts in collapse in the document: (1) that one from the justice and its representations, (2) that one from the local slavery society of Minas Gerais and (3) that one from the African accused.*

Keywords: *Slavery. Justice. Africans.*

1. INTRODUÇÃO

João Angola era africano, solteiro, de idade entre trinta e quarenta anos, escravo, morador com mais quinze cativos nas senzalas de uma casa na vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes. Foi acusado,

condenado e executado na forca por matar um caixeiro português, com uma facada em 1849.⁵⁹

Aberto o processo sob denúncia do crime, por meio dos testemunhos de pessoas que presenciaram o delito e outras que conheciam o cotidiano do réu “por ouvir dizer”, é traçado o perfil social de João Angola. Famoso por possuir “gênio feroz, malfazejo e sanguinário insultador e desobediente”, ficou conhecido por prometer matar a sua senhora e senhor moço por desejarem vendê-lo. Ao fim de um dia fatigante, ele discute com um caixeiro numa loja e o esfaqueia. Desprezando a autoridade de seu senhorio e a raça branca, João Angola desafia a ordem estabelecida, mas paga um preço por isto: a sua vida.

Considerando todo o contexto político centralizador da década de quarenta do século XIX buscamos, ao analisar este processo, responder à seguinte questão: concebendo a existência de uma rede de sociabilidades em torno de toda personagem histórico, como funcionava esta “rede de solidariedades e desafetos” no caso do africano João Angola e como esta rede vai possibilitar uma interpretação que não só o condena à pena capital, como autor do crime de assassinato, mas também o identifica como um escravo rebelde, chegando a ser rotulado como um “flagelo para a

⁵⁹ Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Museu Regional de São João del-Rei (MRSJ). Processos-crime. Caixa. 0505.

sociedade”, e qual a visão que o mesmo réu tem de certas regras sociais e do mundo em que vive?

Quer dizer, numa sociedade em que a violência era disseminada por todas as camadas da população, pelas leis do Estado, pelo trato cotidiano entre as pessoas, em que a valentia era premissa da honra (VELLASCO, 2004), um escravo africano se locomove socialmente dentro da comunidade que o cerca. Por meio deste processo de assassinato, como podemos nos apropriar do discurso que condena o seu comportamento transgressor? Para melhor entendermos este trabalho, começaremos por contar um pouco dessa história.

151

2. O CRIME

No dia doze de outubro de 1849, o dito escravo João Angola foi acusado do assassinato de um português chamado Ignácio Coelho da Silva Guimarães, esfaqueado enquanto trabalhava como caixeiro na loja de sua mãe, a viúva dona Severina Eleodora de Jesus, em São João del-Rei.

Fugindo após a confusão que gerou esta morte, o preto João foi encontrado nas senzalas da casa de sua senhora. E segundo o auto de prisão,

o assassino logo que cometeu o delito tratou de dar consumo a faca, este dirigiu apressadamente a casa de sua senhora, e recolhendo-se a seu quarto

ou senzala tratou de carregar uma espingarda e munuiu-se de um canivete, sem duvida para fugir e escapar da prisão, pois quando ele juiz chegou a casa da senhora do assassino já estava com a roupa entrouxada.

Preso e acusado, foi condenado por homicídio no artigo 192 do Código Criminal, com agravante no artigo 16, parágrafos 10 e 14, cuja sentença sem apelação foi a pena capital, a ser executada na forca, naquele mesmo ano.

O motivo deste crime poderia, em primeiro plano, reduzir-se ao fator econômico: uma quantia de dez réis que faltou no pagamento de um serviço prestado pelo escravo. Mas ao analisar o processo por inteiro, percebemos que não se tratou apenas de um erro de pagamento, pelo menos para João Angola. Para ele foi uma questão de honra, de defesa de sua dignidade, como veremos ao analisar o seu testemunho e dos que se envolveram no processo. O que presenciaremos também é que, para a justiça, ao interpretar a personalidade do réu, o identificou não somente como um escravo homicida, um transgressor da ordem, mas como um “flagelo para a sociedade”.

2.1. AS TESTEMUNHAS

As testemunhas são nove, sendo duas delas informantes, ou seja, apresentadas apenas para confirmar

algum detalhe do ocorrido nos delitos. É através destes depoimentos que podemos perceber um enredo de opiniões e descrições a respeito do comportamento e do temperamento social do réu e da situação que levou ao homicídio. É na imagem que a população reconstrói do mesmo que os condutores do processo, os magistrados, se firmam para desvendar o crime e o punir com os rigores da lei e da justiça.

Das nove testemunhas, seis dizem ter presenciado o delito e três foram questionadas apenas quanto às condutas comportamentais do réu.

Entre as seis testemunhas que presenciaram o crime temos: Sérgio Lúcio Cardozo Filho (informante), filho legítimo da viúva dona Severina Eleodora de Jesus, de doze anos, os caixeiros Francisco Dias Cardozo, 20 anos, Thomé Dias Cardozo, 24 anos, também filhos da dona da loja, Fabião Joaquim Ferreira Soares, português, também com 20 anos de idade, todos brancos e solteiros. Também estavam presentes Manoel dos Passos da Silva, pardo, solteiro, alfaiate, “de idade que disse ter dezoito anos” e Bernardino de Figueiredo Neves (informante), de idade de doze anos, quarto caixeiro da loja de dona Severina. Nenhum negro ou escravo foi chamado para depor, conforme tabela.

153

Tabela 1 – Testemunhas do Processo*.						
	Nome	Naturalidade	Idade	Cor	Condição	Ocupação
1	Francisco Dias Cardozo	Brasileiro	20	Branco	Livre	Caixeiro
2	Ignácio Bernardes de	Brasileiro	36	Branco	Livre	Negócio

	Souza					
3	Antonio Gomes Carneiro	Português	48	Branco	Livre	Negócio
4	Fabião Joaquim Ferreira Soares	Português	20	Branco	Livre	Caixeiro
5	Thomé Dias Cardozo	Brasileiro	24	Branco	Livre	Caixeiro
6	Manoel dos Passos da Silva	Brasileiro	18	Pardo	Livre	Alfaiate
7	Joaquim Monteiro	Brasileiro	60	Pardo	Livre	Negócio
8	Bernardino de F. Neves**	NC***	12	NC	Livre	Caixeiro
9	Sergio L. C. Filho**	NC	12	NC	Livre	NC

(*) Fonte: Museu Regional de São João del-Rei, Processos-crime, cx. 0505.

(**) Informante

(***) NC: Não Consta.

2.2. OS DEPOIMENTOS

154

Desde o início percebemos que o caso de João Angola era complicado, pois nas primeiras páginas do processo, sua própria senhora condena o seu comportamento, afirmando que

queria ela suplicante assinar termos nos autos em que se declarasse que a mesma suplicante não tomava parte na defesa do dito escravo, por estar convencida de que ele foi o próprio matador, mesmo por sua má índole e atrevimento, a ponto de que poucos dias antes de fazer essa morte declarou em casa a seus parceiros que antes de ser vendido havia matar a um afilhado da suplicante Ignácio Bernardes de Souza, que com ela morava com o protesto de não pagar custas

alguma pois desde já abria mãos dele, entregando-o a justiça.

Já neste momento podemos fazer uma idéia da imagem que o escravo tinha perante sua senhora. É constante no depoimento de todos os que presenciaram o delito que Francisco Dias Cardozo

na noite de sexta feira do dia doze do corrente às oito horas pouco mais ou menos indo a testemunha a Parte do Rosário procurar capim para um animal ai encontrou ao Denunciado João Africano, do qual tem bastante conhecimento, e lhe disse que trouxesse o capim ao que respondeu o denunciado que aquele capim já estava vendido, porem que no quartel tinha mais, ao que ele testemunha tornou dizer-lhe que não queria o Capim do quartel por já ser seco, e que queria daquele mesmo que ali estava e pegando o Denunciado no Capim, o acompanhou ate a loja de sua mãe e ai mandou ao menino caixeiro da casa que pagasse, o que fez (...).

Francisco só não estava esperando que, ao receber o dinheiro do caixeiro Bernardino, João percebesse que faltava certa quantia em seu pagamento. Ao denunciar a falta, o preto foi mandado novamente ao caixeiro para que ele “inteirasse” o restante. Mas João não parece ter se satisfeito com a falta de cuidado com que o caixeiro o pagara, e entendendo o erro

como uma ofensa “principiou a dizer que por ser preto pensavam que ele não sabia contar e principiou a chamar os que estavam presentes de ladrões, tratantes e filhos da puta”.

Neste momento, Ignácio Coelho da Silva Guimarães que estava “deitado sobre o mostrador com a cabeça encostada sobre o ombro” de Fabião Joaquim, se levantou e

pedia de favor que se retirasse e se fosse embora, e isso com toda a prudência, sangue frio e continuando o mesmo João a insultar, levantou-se o dito Ignácio e dirigindo-lhe a ele João lhe disse (...), sai pra fora filho da puta, ao que este lhe respondeu, que filho da puta era ele, pois que não fazia caso de Senhor e Senhora para o tocarem, quanto mais dele, (...) que não fazia caso de brancos, que sua Senhora o não tocava quanto mais ele (...).

Neste momento João expressa o seu desafio à hierarquia social escravista desfazendo-se da autoridade dos brancos e da sua própria senhora. É quando Ignácio dirige ao réu e dá um “coice” no capim, arremessando-o para fora da loja, segundo algumas testemunhas, com o intuito de fazer com que o africano saísse para buscá-lo e não voltasse mais.

Mas

Foi nessa mesma ocasião que ele réu denunciado lhe deu a facada e o foi empurrando com a mesma faca cravada até dentro da loja, junto ao mostrador,

e ele Ignácio não podendo se desvencilhar, lançou-lhe as mãos nos ombros para o desviar, o que não pode obter, e então ele denunciado arrancou a faca, retirou-se a correr.

Tudo parece ter acontecido muito rápido. Tanto que algumas testemunhas não viram a faca nas mãos do africano, e, ao descreverem a luta, afirmam que ele apenas empurrou a Ignácio. Mas com a fuga do africano, Thomé Dias Cardozo viu que Ignácio sangrava e ouvindo-o dizer que morria, imediatamente saiu correndo da loja gritando ao vizinho Antonio Gomes que acudisse, dirigindo-se “a toda pressa chamar os médicos na Rua da Prata”. Manoel dos Passos também “viu logo a ferida e o sangue” de Ignácio “e logo ele testemunha o pegou e o conduziu para a cama e logo depois perdeu a fala e expirou, não mediando um quarto de hora”.

Antonio Gomes Carneiro, “sendo sua morada na rua de trás do Rosário de frente das casas do falecido Francisco Jose Dias”,

Disse que estando nas salas de sua casa que é fronteira a sua, ouviu um grito às oito horas da noite, pouco mais ou menos do dito doze do corrente, que diziam o grito que mataram o senhor Ignácio ao que ele testemunha acudindo viu que um preto corria pela esquina ao lado da ponte, ao chegar a esquina pelo clarão do lampião da loja viu que o dito preto erguendo o braço levava na mão

uma grande faca, e chegando ele testemunha à loja, viu que Ignácio Caixeiro da mesma loja estava a espirar nos braços de outro caixeiro e perguntando ele testemunha quem tinha feito aquele assassino responderam todos os moços da loja que fora João Angola, escravo da viúva do falecido Francisco José Antunes Guimarães.

Thomé Dias Cardozo, que tinha ido chamar os médicos, ao chegar com os mesmos “já achou morto o dito Ignácio”. No meio da confusão João deixara para trás o seu chapéu, que é usado no processo como prova. Assim como a arma do crime — “uma grande faca”, como a descreveu Antonio Gomes Carneiro (o vizinho de prontidão) — que chega às mãos dos magistrados de surpresa:

E logo neste mesmo ato compareceu presente, Ignácio Bernardes de Souza e por ele foi dito que tinha achado na horta de sua casa e da Senhora do Réu numa touceira de bananeira a faca que apresentava, a qual sendo examinada se achou com restos e manchas de sangue, que suposto tivessem chovido não tivessem de todo apagadas, cuja faca sendo apresentada ao Réu, a reconheceu ser a própria sem repugnância alguma e qual tinha deixado debaixo da cabeceira de sua cama (...).

3. JOÃO ANGOLA

3.1. O ESCRAVO

João era africano, de nação Angola. Não sabia ler ou escrever, era solteiro e aparentava ter entre trinta e quarenta anos, já que no processo apontava a idade de trinta e no inventário a de quarenta,⁶⁰ ambos datados de 1849. Era carpinteiro, mas se envolvia em vários serviços braçais diferenciados, como a venda de capim e o carregamento de barris d'água para pessoas da Vila. Era um “escravo de ganho” que, de certa forma, tinha certa liberdade de movimentação para trabalhar. Numa das vilas mais urbanizadas da Província, parecia ter obrigação apenas de pagar jornal para sua senhora.

Na casa onde morava, residiam sua senhora, Dona Ignácia Maria de Jesus, com sua afilhada Maria Felisbina de Jesus e o marido Ignácio Bernardes de Souza e mais quinze escravos, oito homens e sete mulheres, que habitavam as senzalas, conforme tabela abaixo.

Ignácio Bernardes de Souza era branco, natural e morador na cidade de São João del-Rei, “onde vive de negócio de idade que disse ter de trinta e seis anos”. Era irmão da Ordem Terceira de São Francisco, da Irmandade do Santíssimo Sacramento, dos Passos, das Confrarias das Mercês, Rosário e Boa Morte. Parecia ter assumido o posto

⁶⁰IPHAN/MRSJ. Inventários e testamentos. Caixa 382 [1849].

da autoridade masculina daquele grupo familiar, depois da morte de seu padrinho Francisco José Antunes Guimarães, no mesmo ano do processo. Tanto que era ele que tomava conta dos seus escravos, aplicando castigos, apartando brigas e o que se tornou ponto importante neste processo, a sua designação para administrar as negociações de compra, venda e troca de cativos, principalmente de João Angola. No testemunho de Ignácio Bernardes, ele diz saber sobre a revolta do negro africano com a notícia sobre sua venda e seu desejo de matá-lo por isto, mas não parece esboçar tanto alvoroço com a notícia. Enfim, parecia não estar surpreso. Ao que parece, já era esperado ou sabido que João adotara tal postura.

Quanto à sua esposa, dona Maria Felisbina de Jesus, não se tem muitos dados. Nos inventários e testamentos dos mesmos, o casal se torna herdeiro universal dos bens e escravos de dona Ignácia Maria de Jesus e Francisco Guimarães.

Tabela 2 – Escravos que dividiam a senzala com João Angola*					
	Nome	Naturalidade	Idade	Valor (Réis)	Observações
1	Antonio Crioulo	Brasileiro	20	500\$000	NC**
2	Manoel Crioulo	Brasileiro	19	500\$000	NC
3	Joanna Crioula	Brasileira	29	500\$000	NC
4	Silvestre Crioulo	Brasileiro	12	450\$000	NC
5	Anna Crioula	Brasileira	29	450\$000	NC
6	David de Nação	Africano	36	400\$000	NC

7	Ritta Crioulla	Brasileiro	11	400\$000	NC
8	Jerônimo Crioulo	Brasileiro	36	300\$000	“com força no peito”
9	Maria Crioulla	Brasileira	8	300\$000	“com defluço asmático”
10	Joaquim Crioulo	Brasileiro	6	250\$000	NC
11	Pedro	NC	6	150\$000	“muito doente”
12	Jose de Nação	Africano	49	150\$000	“quebrado e muito doente”
13	Eva Crioulla	Brasileira	2	120\$000	NC
14	Maria do Carmo	NC	6 meses	60\$000	NC
15	Isabel Crioulla	Brasileira	60	0\$0	“muito doente sem valor”

(*) Fonte: MRSJDR: Inventários e testamentos, Caixa 382, 1849.

(**) NC: Não Consta.

Do plantel em que habitava João Angola, sete escravos tinham doze anos ou menos, três do sexo masculino, quatro do sexo feminino, sendo uma de apenas seis meses de idade. Cinco cativos deste eito apresentavam alguma observação a respeito das fragilidades na sua saúde. Uma delas, Isabel Crioulla, de sessenta anos de idade, tem seu valor anulado, constando que ela é “muito doente” e “sem valor”. De todos, contando João Angola, havia apenas mais dois africanos: David, de 36 anos, e José, de 49, “quebrado e muito doente” (consideramos que aqueles que apresentavam como sobrenome a descrição “Crioulo” eram brasileiros e os que apresentavam a descrição “de Nação” eram africanos).

O que pretendemos demonstrar com esta tabela (2) é a posição social que João Angola deveria ocupar neste eito, sendo que muitos cativos apresentavam problemas de saúde e outros eram ainda muito jovens. O africano era homem, um

dos mais velhos do plantel, era carpinteiro, mas trabalhava com certa liberdade pelas ruas da Vila; estava entre a metade considerada de maior valor (apenas cinco possuíam valor superior ao dele e dois apresentavam valor idêntico, todos os outros tinham valores inferiores). Portanto, devido a estes fatores e a outros, como certas atitudes de defensoria a seus “companheiros”, pensamos que João Angola provavelmente ocupava, de modo informal, certa posição de respeito (como causa ou conseqüência de suas atitudes agressivas) dentro de seu plantel, mesmo este sendo formado, em sua maioria, de negros brasileiros.

162

3.2. O ASSASSINO

O delito estava reconstituído. Com o poder da palavra, os depoimentos relatam a culpa do escravo que tinha cometido um assassinato. As provas são colocadas sobre a mesa. A arma do crime é encontrada ainda com manchas de sangue e é reconhecida pelo próprio réu como sendo sua, assim como o chapéu esquecido na cena do crime.

Outras duas testemunhas, Ignácio Bernardes de Souza e Joaquim Monteiro completariam o quadro que descortinou as motivações do réu. Pelo depoimento destas duas testemunhas, os magistrados tentam provar que além de ter cometido o referido crime nas circunstâncias agravantes mencionadas, o escravo João Angola também era

de gênio feroz (...) malfazejo e sanguinário insultador e desobediente de sua senhora e tanto que dando esta ordem a seu afilhado Ignácio Bernardes de Souza para o vender, e sabendo isto ao Réu, declarou a seus parceiros que antes de ser vendido, havia matar o mesmo Ignácio Bernardes de Souza.

Logo, os representantes da justiça questionarão a todas as testemunhas sobre os problemas sociais do réu. E aqui também é importantíssimo frisar o fato de que a senhora de João estava para vendê-lo. O motivo exato para esta venda não consta na documentação, mas o perfil social que se desenha do africano — “de gênio feroz (...) malfazejo e sanguinário insultador e desobediente de sua senhora” — e as suas motivações pessoais — “declarou a seus parceiros que antes de ser vendido, havia matar o mesmo Ignácio Bernardes de Souza” — representam argumentos plausíveis para se pensar na possibilidade de vendê-lo (e ver-se livre deste escravo, antes que ele pudesse cometer algum delito que os fizesse perder o capital investido no mesmo). Mas João não parece ter gostado muito da idéia e resolvera tomar providências, por sua própria iniciativa.

Fato interessante é que das nove testemunhas somente as duas informantes e Manoel dos passos da Silva não apresentavam ditos sobre o comportamento cotidiano do réu. Das outras seis todas sabiam por “ouvir dizer” sobre

alguma má conduta do dito escravo. Todos tinham conhecimento de quem ele era. Ele não era um objeto, não era somente força de trabalho; era um indivíduo social, mantinha relações com várias pessoas, fossem livres ou escravas.

Como a vida se passava mais na soleira da porta do que no interior das casas, tudo se ouvia, se sabia e se comentava. As informações corriam de boca em boca, como diziam as próprias testemunhas, o que pode ser observado pelos relatos encontrados nos registros. (CARDOSO, 2004, p. 68).

164

Tanto que para Francisco Dias Cardozo, os representantes da lei perguntaram sobre a existência de uma prévia intenção do réu de matar a Ignácio Bernardes de Souza, designado para vender o mesmo, como afirmado por sua senhora,

Respondeu que ouvira dizer, que ele réu se preparava para isso e mais não disse (...) Disse mais ele testemunha que quando o chamou que trouxesse o Capim da ponte, ele réu o acompanhou e vinha dizendo, que naquele dia ele estava danado.

Já Thomé Dias Cardozo responde à mesma pergunta “que ouvira do mesmo Ignácio e outras pessoas dizerem que o mesmo preto o pretendia matar”. Aqui surge uma nova

possível vítima de João Angola, Francisco da Roxa Romeiro, com quem o réu também já tinha se atritado uma vez⁶¹, e ao ser perguntada a testemunha, se sabia desta possível vítima futura, respondeu também que sabia “por ouvir dizer que o mesmo preto dizia que o pretendia matar”.

Fabião Joaquim Ferreira Soares acrescenta em seu testemunho

que ouvira dizer depois do assassinato de Ignácio, que ele João dissera que já tinha matado a um e que ainda lhe faltava três = e sendo perguntado a ele testemunha se sabia quem eram esses três = Respondeu que ouvira dizer que era Francisco Romeiro, Ignácio Bernardes e sua senhora e mais não disse.

165

Neste momento, o réu é apontado por querer matar três membros da sua comunidade, além do que ele já havia assassinado. E Antonio Gomes Carneiro colocará um toque mais apimentado à lista de depoimentos, dizendo:

(...) estando na sala de sua casa chegou em seu negócio Joaquim Monteiro, morador atrás do Rosário e conversando com o seu sobrinho, ele

⁶¹ Quando o réu foi perguntado se “tinha zanga e raiva” deste tal de Francisco Romeiro, a história se torna meio confusa, mas responde o réu que “estando na fazenda do dito Romeiro, este o castigara por (chamar) negros fugidos que lhe furtavam os porcos e que não lhe fizera alguma porem só dera uma coça de pancadas no seu escravo João Pardo, por lhe não querer pagar cinco patacas que lhe devia”. Também não foi encontrada documentação que pudesse complementar mais dados sobre o dito Francisco da Roxa Romeiro no acervo disponível.

testemunha ouviu ao dito Monteiro dizer, que na tarde de sexta feira do dia doze do corrente, o dito preto João estava amolando uma faca cuja folha tem de comprimento um palmo bom, e o cabo uma terça com um anel de prata cuja folha tem de largura mais de dois dedos e ponta aguda. E estava ele João constantemente, com um pequeno pito na boca, sem o acender nem pitar, na porta de Anna Maria, na qual amolava a faca em uma pedra. (...) e saindo o dito João (...), Monteiro lhe perguntara o que tinha ele João que estava a entrar e sair (...) com o pito, ele João respondera que estava zangado, (...) e sendo-lhe perguntado novamente pelo dito Monteiro, que negocio era aquele de faca que ele não acabava de amolar = Respondeu João ESTA FACA HOJE TEM COISA, e tornando o mesmo Monteiro a dizer lhe que lhe fosse buscar um barril de água; respondeu-lhe que não ia buscar água hoje para diabo nenhum, e principiou a juntar o capim velho que estava pelo chão do quartel dos pretos e mesmo o que se achava pela rua e a enfezá-lo, e dizendo-lhe o Monteiro se (...) ele ia vender cisco a alguém, em lugar de Capim, dizendo ele João ESTE CAPIM HOJE TEM COISA e o pôs detrás da porta do dito quartel.

Então Joaquim Monteiro é também chamado para depor. Ao confirmar a história narrada por Antonio Gomes Carneiro, a justiça apresenta a faca do réu e pergunta se ele testemunha, a reconhece.

Respondeu que era a mesma e a própria que o preto João amolava, e tanto a conhecia que o mesmo João lhe pedira que a avaliasse ao que ele testemunha respondeu que era um homem pobre e que não queria se meter em negócios de cativos. E sendo perguntado mais se sabia onde o preto João passara em dia, e ocupado em que = (...) Respondera que o vira até depois das quatro horas da tarde e (...) a essa mesma hora que viu o negro amolando esta mesma faca que se acha presente dentro do quartel dos capinheiros onde ele testemunha tem seu negocio (...) e sendo lhe apresentada a faca disse que conhecia ser a mesma que o preto João lhe apresentara.

A nona testemunha chamada a depor é Ignácio Bernardes de Souza, esposo de Maria Felisbina, ambos afilhados do falecido Francisco José Antunes Guimarães e de Dona Ignácia, senhora do réu, com quem morava. O mesmo que foi designado por ela para vender João e que por isto havia sido jurado de morte. De idade de trinta e seis anos, natural e morador de São João del-Rei, vivia de seus

negócios, e quando interrogado pela justiça sobre o dito delito disse que sabia por ouvir dizer

(...) que o dito preto João Africano tinha feito um barulho e dirigindo-se imediatamente para casa achou a porta da mesma o escravo Antonio e perguntou-lhe logo pelo parceiro João se estava em casa e se estava machucado, cuja pergunta foi feita por conhecer a má índole e péssimo comportamento do dito escravo João. E por isso esperava todos os dias algum acontecimento funesto ao que o dito escravo Antonio respondeu que ele estava dentro de casa, havia chegado a pouco e que tinha matado ao caixeiro de Dona Severina Heleodora de Jesus, o que tornou a perguntar, ele testemunha como sabia disso? Respondeu o dito escravo Antonio que um rapaz desconhecido fora lá, para avisar a João que fugisse porque o caixeiro da casa de Francisco José Dias já tinha morrido.

Ao ser inquirido “se o preto João era humilde e obediente a seus senhores e se andava armado”, Ignácio

Respondeu que era o mais atrevido e insultante até para a sua Senhora, até que em uma ocasião mandando ela carregar um Baú de roupa, ele não quis fazer, como de fato não o fez e até disse que não carregava roupa de diabo nenhum. Quanto ao

andar armado, nunca presenciou que ele andasse armado, porém Dona Floriana o avisava que sempre que o dito escravo João saia de casa, levava uma faca.

Sobre as desavenças do dito João com Francisco da Roxa Romeiro,

Respondeu que não sabe, só sim que ele e preto João tivera uma briga na rua com o escravo de Francisco da Rocha Romeiro e de tal sorte renhida a briga que entraram para a porta adentro até a cozinha das casas de morada da dita Senhora; e sabe é que dentro da casa que se apartou a briga, e a viúva o mandou buscar toda a pressa, e que chegando em casa já não achou o escravo do dito Romeiro

Ao ser perguntado se sabia se o dito escravo João queria matá-lo e qual a causa

Disse que sabia, que sim, porque todos os parceiros o avisaram a ele testemunha e até sua mesma madrinha o disse, porque o dito Preto João teve o arrojo de dirigir-se a ela e dizer-lhe que sabia que ela o mandava vender enganado, e que se não fizera semelhante coisa, (...) que havia de arrepender-se e que lhe desse papel, e retirando-se disse (...) aos mais parceiros que havia de matar a ele testemunha antes de o vender, e a causa era

de ele estar incumbido da venda do dito escravo e a prova de que era verdade dele preto João querer matar a ele testemunha é de ter-se achado na senzala uma espingarda carregada de chumbo grosso e bala, e mais munições (...) = Disse mais que a promessa de o matar tinha sido feita poucos dias antes de acometer o delito do assassinato, e disse mais que de então por diante, ele se portou o mais atrevido gritando na senzala, que não conhecia a branco nenhum; quem o governava já tinha morrido; de sorte que sai todas as manhãs e entrava a noite, sem obediência alguma, que uma vez fazia o mesmo preto que logo dava o jornal que ela sua Senhora não tinha nada com ele; mais não disse.

Nota-se neste trecho que a testemunha acusa o réu João de querer matar seu senhorio, se este não lhe “desse papel”. Este papel era a carta de alforria! João tentou impor a sua liberdade, por conta própria, ameaçando seus senhores.

3.3. O RÉU

O escravo João, após cada depoimento, é perguntado sobre a veracidade do juramento da testemunha. Quanto às afirmações sobre seu mau comportamento, sobre suas rixas com outros cidadãos e suas promessas de assassinato João

assume que tudo o que “juram as testemunhas”⁶² era verdade. Mas quando perguntado sobre a autoria do assassinato de Ignácio Coelho Guimarães, mesmo tendo evidências e testemunhas que comprovam sua culpa, João nega o crime, dizendo que “apenas lhe dera um empurrão com ambas as mãos”.

Se João Angola, escravo africano, era “de gênio feroz (...) malfazejo e sanguinário insultador e desobediente”, de “má índole e péssimo comportamento”, se era “o mais atrevido e insultante até para a sua Senhora”, que “sempre que (...) saía de casa levava uma faca”, que “naquele dia ele estava danado”, que havia declarado em casa a seus parceiros, que antes de ser vendido havia matar a um afilhado da suplicante Ignácio Bernardes de Souza”, que “dissera que já tinha matado a um e que ainda lhe faltava três (...) que era Francisco Romeiro, Ignácio Bernardes e sua senhora”, “pois que não fazia caso de Senhor e Senhora para o tocarem”, que durante as prévias do delito “principiou a dizer que por ser preto pensavam que ele não sabia contar e principiou a chamar os que estavam presentes de ladrões, tratantes e filhos da puta”, e que após o assassinato, “se portou o mais atrevido gritando na senzala, que não conhecia a branco nenhum”, que “quem o governava já tinha morrido”; se todas estas provocativas palavras foram ditas pelo mesmo João

171

⁶² “juram as testemunhas”: Expressão utilizada nos processos criminais quando diz respeito ao juramento que as testemunhas faziam sobre a veracidade de seus depoimentos, com a mão direita sobre a bíblia.

Africano; em seu interrogatório particular, elas não existiram! Ou a história toda foi uma farsa ou João parece ter percebido que sua vida, além da sua liberdade, poderia estar correndo risco, e, irônica ou inocentemente, nega a autoria do assassinato.

Não é nossa intenção aqui julgar se João Angola era culpado ou inocente, enfatizamos. As provas já anunciaram o veredicto. O que ressaltamos são as contradições em que caiu seu depoimento ao negar o delito, depois de assumi-lo. Parece, na verdade, que Angola foi realmente pressionado, calado e sufocado, pela lei da sociedade que o escravizava, até o último suspiro na forca.

172

Das suas contradições com os depoimentos das testemunhas, a primeira é a própria autoria do crime, que não assume, dizendo que apenas empurrou a vítima, por ter a mesma dado-lhe um tapa na cara. Tapa este que não existiu em nenhum dos outros depoimentos. Logo depois, afirma que não tinha faca em seu poder na hora do crime, pois a tinha deixado na “cabeceira da cama” para posteriormente vendê-la. Mas as testemunhas afirmam que o viram com a mesma faca e depois a encontraram suja de sangue, nas áreas de sua morada. Enfim, depois de assumir que todos os testemunhos jurados contra ele eram verdadeiros, nega que esteve amolando alguma faca na tarde que antecedeu o crime. Também nega que queria matar Ignácio Bernardes de Souza, apesar de admitir “que estava desgostoso com seu

senhor Moço Ignácio e sua Senhora Dona Ignácia (...) por uma coça de pancadas que deu (...) em um seu parceiro, por nome José que o deitou no chão aonde o (...) e deu-lhe (...). João Angola nega que o seu descontentamento pela intenção declarada de sua venda, tomando partido em defesa de outro escravo seu companheiro e contra os castigos violentos impostos por seu jovem senhor Ignácio Bernardes. Parece tentar buscar uma justificativa mais plausível para o seu comportamento agressivo.

Se os testemunhos que denunciaram a João Angola “por ver e presenciar” o seu crime, a faca encontrada no bananal ainda suja de sangue, o chapéu largado às pressas na cena do crime, ainda não eram suficientes para provar a sua culpa e condená-lo; o “por ouvir dizer” do seu “gênio feroz”, da sua fama de “malfazejo e sanguinário” e do seu cotidiano comportamento desenhado como “insultador e desobediente de sua senhora”, foram mais do que eficientes para concentrar explicações e justificativas para sua condenação. Somando-se a isso as suas promessas de matar três cidadãos brancos e livres, a renúncia de sua senhora e de seus curadores (por duas vezes!) em defendê-lo, o costume de andar armado de faca, as contradições de seu depoimento terminaram de amarrar o último nó em seu pescoço.

Interessante é notar que, ao considerarmos os depoimentos das testemunhas, percebemos na descrição do

cotidiano de João Angola que o mesmo se encontrava ultimamente sempre em situação de fúria, de impaciência. A cultura escravista “age” sobre o cotidiano dos escravos; e João “reage”, à sua maneira, contra a sociedade, que o condena. Segundo Sidney Chalhoub (1990),

(...) a morte do senhor podia trazer mudanças significativas na vida de um escravo, incluindo a possibilidade de alforria. Mais do que um momento de esperança, porém, o falecimento de um senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido.

João havia passado pelo momento de incerteza causado pela morte de seu senhor e caído direto nas malhas duvidosas da situação de venda. Ele realmente tinha motivos para estar “danado”, como dito por uma testemunha. Após a morte de seu senhor, a esperança da alforria se esvai quando é anunciada a sua venda.

Depois de morto o patriarca daquele grupo familiar, sua viúva descobre os malfazejos de um dos seus escravos e manda o seu afilhado vendê-lo. Pressionado, João não aceita sua venda, e, ao presenciar uma “coça” em um seu parceiro, se revolta dizendo que mataria o dito Ignácio antes que o mesmo o vendesse. No dia do delito, quando o réu passou a tarde amolando uma faca por longo tempo, afirmando que sua faca e aquele capim tinham “coisa”, a testemunha Francisco

Dias Cardozo diz que João confessara estar num dia ruim, “que naquele dia ele estava danado”. Que a sua faca e o capim naquele dia tinham “coisa”. Quanto ao próprio João, se encontrava naquele momento perdido em meio às crises de sua existência, pressionado pelos limites de sua condição, mal visto e mal quisto por seus donos e pela comunidade.

4. O PROCESSO

Depois destes depoimentos temos uma explicação para a desistência de dona Ignácia em provar a inocência do africano, afirmando acreditar em sua culpa e à conseqüente troca de curadores por várias vezes no mesmo processo. Afinal, quem arcaria com as custas do processo? Sua senhora desistira da empreitada no início do traslado. Não valeria arcar com as despesas de um processo em que, mesmo que fosse inocentado o seu escravo, este continuaria a lhe causar transtornos e desobediências, ou quem sabe a sua própria morte — como ele mesmo tinha prometido. Ninguém compraria um africano rebelde e homicida. Já que “enquanto se manteve constante a oferta de africanos, em se tratando de escravos ladinos, os custos econômicos e sociais da aquisição de um cativo insubmisso raramente compensavam” (CASTRO, 1998, p. 111). E em 1849, a oferta de escravos ainda era alta já que o tráfico só seria proibido no ano seguinte. Portanto, seria muito difícil obter sucesso em

sua venda, mesmo que posteriormente inocentado pela justiça.

Quanto aos curadores, qual seria o seu interesse num processo cujo sucesso não oferecia pagamento? O Estado não arcaria com os custos indenizando os honorários dos advogados do escravo. Neste caso, o africano João Angola foi realmente abandonado à própria sorte, à sua pouca sorte, melhor dizendo.

Azevedo (1987) analisa a apreensão da sociedade branca depois da Revolta do Haiti, uma rebelião de escravos contra senhores brancos. O medo de uma eco deste incidente no Brasil foi claramente perceptível depois da Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835. A lei de 10 de junho do mesmo ano foi prova disso. Além deste fato, na mesma década de 1830 aconteceu um levante de escravos em Minas Gerais, bem no meio da Comarca do Rio das Mortes, na Vila de Carrancas, a algumas léguas de São João del-Rei. Tamanho era o terror esboçado frente à ameaça de insurreição que durante o processo foi questionado ao réu e às testemunhas se havia algum companheiro do cativo perto da loja na hora do delito.

Enfim, para provar a sua culpa e condenar sua conduta, os magistrados investigam a vida do réu, sua fama na comunidade, suas sociabilidades, em busca da prova, do testemunho, até mostrar que ele realmente era um indivíduo nocivo à sociedade e deveria ser condenado à pena capital.

O criminoso, o assassino João Angola, tem então a sua personalidade moldada pelo discurso da sociedade e da justiça. O assassino que devia ser condenado à morte não era um simples cidadão que tinha cometido um erro num ato de defesa da sua honra, numa explosão de fúria induzida. Era um escravo africano, que desafiava as regras sociais instituídas há séculos, que tentou impor um controle próprio à sua vida e chocou-se com os pilares de sustentação hierárquica e moral da sociedade da época. Era um escravo que matara um branco bem quisto da comunidade e que jurara de morte seu senhor moço, sua senhora e um vizinho. Pela narrativa da justiça, um criminoso, um escravo perigoso, um assassino. Para a história, um dos que pressionaram o antigo sistema, e que de dentro contribuiu, pelo menos com um tijolo, para a construção do muro de seu fechamento. Para João, era uma questão de dignidade, de não ser tratado como um “preto”, como uma criatura inferior.

177

Portanto, ao denunciar o autor de um crime de assassinato, não foi de interesse da justiça apenas condenar e punir o acusado (ou seja, transformar o indivíduo em criminoso⁶³), mas também descortinar o cotidiano comportamento transgressor do réu. Neste caso, os magistrados não procuram identificar apenas o autor do assassinato, mas localizar uma conduta que o qualifique, que

⁶³ De acordo com Celeste Zenha (1984), “o indivíduo torna-se criminoso através e ao final de um processo criminal”.

o rotule, como um constante assassino em potencial, cujas ações criminosas eclodem com frequência, e que explodindo contra seus senhores inverteu a ordem estabelecida.

Os valores morais da sociedade em que vive, qualificando o seu comportamento como desejável ou repreensível, e a rede de solidariedades e desafetos em que se insere são os fatores de maior peso para a produção de um criminoso. (ZENHA, 1984, p. 70)

E no caso de João Angola, que era cativo, se esperava ainda mais um certo tipo ordeiro de conduta, um “enquadramento de seu ‘agir’ num determinado conjunto de práticas” (ZENHA, 1984, p. 98). Mas os atos do africano entram em conflito com todas as esperadas regras sociais de conduta.

5. JUSTIÇA, ESCRAVIDÃO E SOCIEDADE

A Justiça mostra, então, neste processo, como paulatinamente, vem substituindo o chicote das mãos do feitor pelo laço de corda nas mãos do carrasco, resolvendo os problemas dos tumultos e turbulências gerados pelos escravos. Um africano, escravo sem dono (pois este desistira de defendê-lo), comete um crime de homicídio e fica sem aliados.

Segundo Sylvia Hunold Lara (1988, p. 21), “a violência do senhor era vista como castigo, dominação. A do escravo, como falta, transgressão, violação do domínio senhorial, rebeldia”. Com o advento progressivo do poder público desde o primeiro império, a instituição da justiça vai tomar para si o monopólio da violência, e com ele, o do castigo, “base da dominação senhorial e instrumento da divisão do trabalho no interior das unidades de produção, o castigo não podia deixar de existir” (LARA, 1988, p. 55). Do mesmo modo o escravo não deixou de ser o crônico “transgressor”, “violador” e “rebelde”. A mudança foi apenas em relação ao juiz e ao executor das sentenças.

A autora também apresenta um caso em que

diante da possibilidade de ser vendido, um dos escravos, manifestando desagrado em servir ao futuro comprador, pediu ‘a faculdade de procurar senhor’ — pedido aceito pelos dois senhores que modificaram então, os termos do contrato, concordando com a substituição do referido escravo por outro” (LARA, 1988, p. 159)

Segundo Lara, neste caso,

esta participação do escravo no seu próprio comércio impede que continuemos a analisar a questão da escravidão em termos estritos de ‘coisificação do escravo’ (...) ao mesmo tempo aceitando sua condição de cativos (...) e resistindo

ao poder senhorial (...) estes escravos negam a possibilidade de toma-los apenas como coisas (1988, p. 162).

O caso de João Angola é bem particular. Ele se revoltara ao saber que ia ser vendido não mais aceitando algumas das suas condições de cativo, com afirmações como: “que não conhecia a branco nenhum; quem o governava já tinha morrido”, ou “que não fazia caso de Senhor e Senhora para o tocarem”, que “não fazia caso de brancos”, e com atitudes rebeldes, como “sai todas as manhãs e entrava a noite, sem obediência alguma, que uma vez fazia o mesmo preto que logo dava o jornal que ela sua Senhora não tinha nada com ele”.

Como afirma Vellasco (2004), em São João del-Rei, nesta época, não só a violência estava longe de ser atribuída a uma classe ou grupo social específico, como aos homens pobres livres, escravos e forros não passou despercebida a utilidade do poder judiciário e seus usos como espaço de negociação da ordem e de afirmação de suas visões de justiça e liberdade. Mas João parecia desconhecer ou ignorar estes mecanismos acessíveis da justiça quando optou pela solução de matar a sua senhora e o seu senhor moço.

Segundo Keila Grimberg (1994, p. 69),

para um escravo conseguir curador é preciso que antes de tudo ele conheça homens livres que se disponham a redigir um requerimento em seu

nome, a requerer de fato o curador, e possivelmente, a protegê-lo em caso de retaliações do seu senhor. Não era qualquer um que podia fazer isso.

Durante o processo em análise, a defesa do escravo João Angola sofre a desistência de vários curadores. Acreditamos que não devia ser fácil para um escravo com esta má fama conseguir um advogado que o defendesse, ou um cidadão que o apadrinhasse. A rebeldia de João não parecia eclodir apenas contra seus donatários, mas contra toda a sociedade branca, que via nele, um negro “de gênio feroz”, “malfazejo e sanguinário insultador e desobediente”, explorando o seu trabalho e achando que “por ser preto” poderiam roubar dele, pensando “que ele não sabia contar”.

Quanto às alianças familiares ou apadrinhamentos, nada pudemos adsorver dos documentos. Parece que João não possuía muitos aliados. Entretanto, não devemos crer que ele tinha somente conflitos em sua vida pregressa, como o discurso do processo pode nos fazer pensar. Os fatores que nos implicam nesta direção são vários. Um exemplo é quando “um rapaz desconhecido fora lá, para avisar a João que fugisse porque o caixeiro da casa de Francisco José Dias já tinha morrido”. Este aviso, certamente, teria vindo de alguém que tinha alguma simpatia pelo réu, pois tinha a intenção de salvar a sua pele. Outros dois detalhes a se registrar são: a defesa que João faz de um companheiro que havia sido

castigado por Ignácio Bernardes de Souza e a confusão armada à volta de Francisco Romeiro, em que João briga com um de seus escravos por causa de uma dívida de cinco patacas e é acusado pelo dito Romeiro de estar envolvido com escravos que furtavam-lhe porcos. Estes fatos caracterizam ainda mais a imagem de um escravo cuja mobilidade social lhe possibilitava certa experiência de liberdade, desenhada no decorrer do processo, mostrando um africano destemido, por ser conhecido como “desobediente”, que cobrava seus devedores, trabalhava quando e para quem achava que devia, possuía aliados, enfrentava e ameaçava qualquer um, fosse negro ou branco, que tentasse o reduzir a um reles “preto” sem dignidade, que se mostrou irredutível à acomodação do cativo, transgredindo as normas sociais escravistas, para tentar impor sobre si uma visão bem característica de sua liberdade.

Quanto à justiça, enquanto a instituição judiciária entrava na sociedade como uma arma da empreitada centralizadora, principalmente após as reformas da década de 1840, também se mostrava eficiente em alguns casos onde interferia na resolução de problemas gerados pelo regime escravista. A justiça também passava a intermediar os embates entre as contraditórias visões de mundo de negros cativos, seus senhores e a comunidade que os acolhia. Intermediando estes conflitos, estas três esferas de pensamento (escravos, sociedade e Estado), a justiça

denunciou, em seus processos, a sua própria evolução, mesclando valores destas esferas, ora cedendo às pressões da camada oprimida, ora se vendendo aos interesses das elites, evidenciando então, as suas próprias falhas e limitações.

os magistrados em direito — ou pelo menos aqueles ligados ao corpo legislativo —, desde o início do século XIX, estavam envolvidos em pelo menos uma questão espinhosa: a construção do Estado brasileiro, expressa em duas atividades básicas: a aplicação cotidiana da lei e o exercício do poder público (GRIMBERG, 1994, p. 95),

Se esta lei teria se firmado baseada na voz pública, ou seja, não havendo “uma distinção tão clara entre o direito positivo e o direito costumeiro”, como afirma Grimberg. Completando o pensamento, acrescentamos que “se a lei em vigor durante praticamente todo o século XIX, embora escritas, aludiam ao costume” (GRIMBERG, 1994, p. 97), este costume, esta cultura, estas regras de conduta política talvez nem tanto impostas, mas negociadas socialmente, entre os vários interesses (individuais ou de grupo) e os do Estado, foram marcadas por influências advindas da experiência pessoal, do convívio e do embate social entre livres, forros e cativos dentro do contexto escravista brasileiro. Resultado da mescla, do choque entre variadas noções de justiça, entre os inúmeros vetores culturais miscigenados nesta sociedade.

Maria Helena Pereira Toledo Machado (1987, p. 41) aponta duas esferas de análise para os assassinatos de homens livres. Uma primeira, que “parte dessas ocorrências teve como estímulo inicial situações nas quais homens livres procuravam substituir a autoridade senhorial no controle da população escrava”; e a segunda, “sugerindo a existência de relações sociais intensas” entre homens livres pobres e a escravaria, principalmente no espaço urbano. Esse parece ter sido de fato o caso de João. A vítima, o caixeiro Ignácio, ao tentar devolver a João as rédeas da obediência escrava, provou que, se nem a senhora do negro foi capaz disso, ele é que não conseguiria. Foi constatado que João realmente tinha trato social com várias pessoas, e se não fosse cercado por suas próprias relações sociais, não seriam tão evidentes os seus conflitos.

Outro ponto é quando João diz que “quem o governava já tinha morrido”. É que tendo falecido o seu senhor Ignácio José Antunes Guimarães, João pensou que estaria livre, que teria encerrado o “contrato” da escravidão que Hunold Lara identifica entre o senhor e o seu cativo. Acreditamos que este pensamento poderia ter surgido de: (1) algum tipo de promessa de liberdade feita por seu senhor, em vida, já que este havia alforriado uma outra escrava anteriormente; ou (2) que este pensamento poderia ser consequência de uma pré-experiência de liberdade (ou servidão) em sua vida pregressa, talvez desde a África. A servidão que João conhecia se

encerrara com a morte do Senhor, não havendo reconhecimento, por parte do servo, da autoridade da Senhora viúva ou de seu afilhado. De acordo com Ignácio Bernardes de Souza,

a promessa de o matar tinha sido feita poucos dias antes de acometer o delito do assassinato, e disse mais que de então por diante, ele se portou o mais atrevido gritando na senzala, que não conhecia a branco nenhum; quem o governava já tinha morrido.

João Angola não reconhecia mais a autoridade de sua senhora. Quando tentaram restabelecer os antigos limites, coisificando-o, colocando-o novamente à venda, João Angola mostrou sua insatisfação. Ele defenderia sua dignidade, sua honra, sua “visão da liberdade” com sangue. E o sangue derramado seria dos seus senhores.

Esta resposta agressiva ao senhorio, quando em situações de venda, segundo Sidney Chalhoub, parecia ser comum no século XIX, o que evidencia uma negociação que tinha na escravaria um pólo importante, influente e perspicaz, quando sua “liberdade”⁶⁴ era colocada em pauta no meio das transações com seus senhores:

⁶⁴ Entende-se aqui, principalmente com a leitura da obra de Chalhoub (1990, p.273), que a liberdade tinha vários significados. E que estes variam para cada personagem cativo ou grupo de escravos das várias regiões brasileiras. Exemplo: “a liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas”, a “possibilidade de escolher a quem servir ou o direito de não servir ninguém” além de “liberdade de ir e vir de acordo

Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativeiro justo, ou pelo menos tolerável. Suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; haviam maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda. O tráfico interno deslocou para o sudeste, a partir de meados do século XIX, milhares de escravos que se viram subitamente arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares, e do desempenho das tarefas as quais estavam acostumados. Muitos desses cativos reagiram agredindo seus novos senhores, atacando os donos das casas de comissões — lojas de compra e venda de escravos — provocando brigas ou desordens que impedissem sua ida para as fazendas de café, fugindo e procurando retornar a sua província de origem. Interrogados pelos juízes da corte em processos cíveis e criminais, “estes negros maus vindos do Norte” — como se dizia na época — explicaram detalhadamente suas atitudes e

com a oferta de empregos e o valor dos salários”. Mattos (1998, p.32) dá outra descrição para o significado da liberdade: “ser livre numa ordem escravista seria basicamente ‘não trabalhar’ ou, mais especificamente, viver de rendas. A liberdade é pensada idealmente, portanto, como um atributo do homem branco e como um atributo do não-trabalho”.

motivações, e ajudaram a enterrar definitivamente a instituição da escravidão. (1990, p. 27)

6. CONCLUSÃO: A PENA CAPITAL E O FLAGELO AFRICANO

Não bastasse a dificuldade em encontrar um curador, sendo que a senhora do réu já desistira de sua defesa e das custas do processo, os obstáculos da burocracia se fizeram presentes no final do traslado. Para a documentação de João chegar ao Tribunal da Relação no Rio de Janeiro eram necessárias algumas formalidades burocráticas como a assinatura dos curadores em certas “certidões” e “réplicas”⁶⁵. A demora na leva da documentação, na assinatura dos papéis e a pressão dos suplicantes em se aplicar a sentença no dito cativo puderam ser observadas em vários trechos do processo como no que segue, referente à utilização do recurso de apelação da sentença:

(...) se o termo que se lavrou a trinta de outubro aparece hoje sem assinatura, presume-se que o apelante não quis usar de recurso, que caducou, não podendo por isto prevalecer o despacho pelo qual vossa senhoria ordenou (...) e debaixo de sua maior responsabilidade faça remessa dos Autos ao

⁶⁵ Tipologia documental que compõe os trâmites burocráticos dos processos criminais.

tribunal superior, por virtude da Apelação que vossa senhoria interpôs ex-offício visto que um Réu de crime de tamanha gravidade, é um flagelo para a sociedade. Pede a Vossa Senhoria seja servido deferir aos suplicantes com a costumada justiça = e receberá mercê (...) Os suplicantes entendem que o Recurso tem caducado por falta de Assinatura do Curador (...).

Afinal, João Angola, depois de rotulado como “feroz, malfazejo e sanguinário” é declamado como um “flagelo para a sociedade”. À penúltima folha do documento o curador é intimado e comparece para as últimas formalidades. Ao que tudo indica, o traslado deveria ter chegado ao Rio de Janeiro, mas a execução de sentença constante no testamento do falecido Senhor de João nos denuncia algumas possibilidades: ou a apelação foi indeferida ou a papelada não chegou a tempo de salvar a vida do escravo. Talvez se possa acreditar mais na segunda hipótese devido ao grande número de apelações com penas de morte comutadas pelo Imperador. Mesmo não contendo menção alguma sobre a lei de 10 de junho de 1835 no processo, João parece ter sido executado sem direito à apelação. De acordo com Chalhoub (1990, p. 178),

Com efeito, a lei de 10 de Junho de 1835 era excessivamente rigorosa para com os cativos. Sendo uma lei de “circunstância”, aprovada quando

o país andava sobressaltado com a rebelião escrava de 1835 na Bahia, ela determinou a execução da sentença condenatória sem recurso algum, visando a pronta punição de tão graves delitos.

Citando o *Jornal do Comércio* e o *Diário Oficial* como fontes, foram encontrados “o registro de 195 pedidos de graça de escravos condenados à morte despachados favoravelmente por D. Pedro II entre 1850 e 1875”. De acordo com o autor (CHALHOUN, 1990, p. 177), “a maior parte das penas foi comutada em galés perpétuas”.

Estas benevolências de Dom Pedro II para com os acusados de pena de morte tem seus motivos, de acordo com Luís Francisco Carvalho Filho (1995), envoltos no incidente que ocorreu em território fluminense em 1855:

O fazendeiro Manoel da Costa Coqueiro foi enforcado pelo assassinato de uma família de Colonos. A Fera de Macabu, como ficou conhecido, sempre jurou inocência, mas foi condenado pelos Jurados de Macaé, no Rio de Janeiro. Tempos depois, ficou provado, pela confissão de dois escravos, que havia sido a mulher de Coqueiro, por ciúmes, a verdadeira mandante do crime. Tarde demais, a partir deste episódio, todas as condenações à morte foram comutadas pelo imperador Dom Pedro II.

Com certeza a partir da década de cinqüenta, com a proibição definitiva do tráfico de africanos para o Brasil, esta lei teria de ser revista, para que esta mão-de-obra, agora supervalorizada, não faltasse por conta de sua extinção pelas mãos da justiça. Célia Azevedo, analisando os pensamentos políticos sobre a escravidão e as questões à volta de uma possível substituição da mão-de-obra escrava por imigrantes da Europa e Ásia em seu trabalho sobre *o negro no imaginário das elites no Brasil do século XIX*, vem nos falar das políticas imigrantistas, das teorias raciais em voga na época e de como que a revogação da lei de 10 de junho trouxe certa sensação de impunidade à escravaria:

(...) a partir de 1857 as galés perpétuas passavam a constituir oficialmente a pena máxima do Império ao invés da pena de morte prevista pela lei de 10 de junho de 1835 para os escravos que matassem ou ferissem feitores, senhores e respectivas famílias. Isto porque como notou Lara Laje da Gama Lima, um aviso imperial suspendia a pena de morte e subordinava-a ao pronunciamento do Poder Moderador, “tornando-se comum sua comutação em galés perpétuas”. Esta medida, que provavelmente procurava preservar a existência de braços para o trabalho alguns poucos anos após o encerramento do tráfico da África, pode ter tido o efeito inesperado de acenar com uma certa

impunidade aos escravos que se rebelassem.
(1987, p. 182).

O crime de João aconteceu em outubro de 1849, quando foi feito o auto de corpo de delito. A última data do traslado é de dez de novembro e a referência encontrada no inventário sobre a execução do cativo na força datava do mesmo ano de 1849. João Angola foi julgado, condenado e executado num processo que durou pouco mais de um mês.

De acordo com o Código Criminal de 1830 o Artigo 192 diz que “matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo 16, números 2, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 17. Penas de morte no grau máximo, galés perpétuas no médio e de prisão com trabalho por vinte anos no mínimo”. E a lei de 10 de junho de 1835, ainda acrescenta que a execução da sentença condenatória para crimes de homicídio praticados por escravos deveria visar a “pronta punição de tão graves delitos”, ou seja, a execução da sentença sem direito a recurso de apelação. Se a partir da segunda metade do oitocentos, “o ministro achava que tal lei deveria ser agora derogada, de acordo com “as modificações do tempo e da civilização”, ainda em 1849 a pena de morte se aplicou, sem recurso, a pelo menos um caso em São João del-Rei.

Comparando este processo com os outros crimes de homicídio da primeira metade do oitocentos, reforça-se a idéia de que João realmente foi um indivíduo especial, seja em

função de sua fama, ou de seu abandono por parte de sua senhora. Entre os oito processos de homicídio com réus cativos encontrados no acervo do Museu Regional de São João del-Rei, para o período da primeira metade do século XIX, sete não contém os desfechos finais das apelações e sentenças. No Processo 2812, de 1845, a ré Valentina crioula é acusada de matar a sua própria filha, mas foge antes do fim do julgamento. Dos quatro réus do processo 1401 de 1838, três são absolvidos e um foge. Na devassa de número 7812 de 1822, não contém a primeira sentença nem o resultado da apelação, assim como na de número 8110, de 1827 não consta sentença final e no processo crime 0405, de 1842, o réu se encontrava foragido. No documento 0312, de abertura datada de 1842, consta que até 1861 o réu ainda não havia sido capturado para ser submetido a julgamento. O único processo em que contém o resultado da apelação é o de número 0408, de 1842, onde a ré Lucrecia, africana escrava de Rita Bernarda de Souza, é condenada, por tentar matar sua senhora com paulada e facada, à pena de morte pela Lei de 10 de Junho de 1835. No entanto, com a apelação a sentença é comutada para galés perpétuas.

Com isto nos deparamos com uma questão intrigante. O único processo em que a execução acontece sem direito à apelação e recurso (lei de 10 de junho de 1835) tem a pena de morte comutada à de galés perpétuas. Ou seja, se a maioria das penas de morte do século XIX foram comutadas a

penas mais brandas, quais eram os critérios para se levar a pena de morte à real execução? E no caso de João Angola, o que realmente aconteceu para que o escravo fosse executado? Se a lei de 10 de junho não teve uma aplicação tão generalizada, quais foram os seus critérios de aplicação? E quando esta não se verificou, como no caso de João Angola, por que o escravo fora executado?

Este processo nos aponta muitas questões que ficam em aberto: de acordo com esta lei, os escravos seriam condenados à morte sem direito à apelação quando matassem seus senhores, feitores e respectivos familiares, não quando matassem quaisquer membros da comunidade. Outro detalhe é a desistência de sua defesa por sua Senhora. Se Dona Ignácia desistiu de sua defesa, desistiu de sua posse, seria João julgado como um homem livre, um forro ou simplesmente como um escravo sem dono? Pelo menos ao que parece, a última opção é a mais aceitável, pois no caso das primeiras, uma circunstância atenuante seria observada, a sua condição social, o que, portanto, não o condenaria à morte, mas talvez às galés perpétuas ou outra pena menor. Hebbe Mattos divulga um caso parecido, em sua obra, a respeito de um escravo, de nome Roque, que mata um branco que não era seu dono e este desiste de sua defesa. A autora considera a desistência como aplicada à sua posse, à sua condição social. Desse modo, Roque tem sua pena comutada às galés perpétuas

Segundo o promotor, Roque não poderia em qualquer caso ser enquadrado na lei de 1835, visto que não era escravo de Brandão, mas ali estava a 'contento'. (...) A acusação de assassinato fez também que seu proprietário preferisse desistir de sua posse a defende-lo na justiça. Roque, agora forro, é condenado a galés perpétuas. (1998, p. 118)

Acreditamos que, devido principalmente às redes de influências sociais que participavam das “seduções da ordem”, citadas por Vellasco, cada processo de homicídio oferece diferentes particularidades em seu andamento, ora prevalecendo o direito positivo, ora o costumeiro. E apenas uma análise qualitativa mais aprofundada a cada um destes processos, cruzando as informações dos personagens históricos envolvidos, com as encontradas em outros tipos de fontes, poderia nos fornecer um suporte analítico considerável para se aprofundar a discussão sobre este tema. Talvez o caso de João Angola não seja único. Mesmo para a cidade de São João del-Rei, acreditamos existir outras condenações executadas. Infelizmente uma quantidade muito pequena de processos contém o desfecho de suas sentenças e apelações. Nem mesmo o processo de João Angola nos dispôs esta informação, que teve de ser encontrada em outro tipo de fonte, como descrito anteriormente. A solução para

responder a estas questões talvez possa ser dada com a análise comparativa entre o processo de Angola e outros processos semelhantes que tenham seu desfecho registrado. Infelizmente, devido ao tempo que urge sem o nosso controle e aos prazos, sempre curtos, esta análise fica como uma alternativa para um segundo trabalho. Aqui, pretendíamos apenas analisar o caso de João Angola e percebemos que a sua execução ocorreu de forma intrigante. Se a aplicação da lei de 10 de junho permitia muitas exceções, nem mesmo foi necessária sua menção para considerar que João não foi uma delas. Mas por quê? Será que foi puramente por causa de atrasos no sistema burocrático, ou esses atrasos teriam ocorrido por influência dos autores do processo? Afinal, o cativo não tinha mais senhor que o protegesse ou mesmo que pudesse arcar com as despesas do julgamento e dos seus curadores, que até o final do processo não pareciam tratar com tanto afinco da sua defesa. Quem arcaria com as custas do processo?

Talvez não tenhamos nunca estas respostas. Talvez elas nem importem tanto. O que foi possível diagnosticar é que João Angola foi um africano que tentou impor a soberania sobre si mesmo, tomar as rédeas da sua liberdade, numa época em que os valores sociais ainda se pautavam nas grossas matizes da instituição escravista. De certo modo, ele se achava livre e se tornava agressivo quando tentavam lhe impor os cabrestos de algum cativo mais rígido. Por meio

deste processo percebemos um pouco melhor sobre como desenrolavam as relações sociais, os comportamentos políticos em meio à sociedade escravista sãojoanense do século XIX, quando afetada por um distúrbio de assassinato. Nossa intenção neste trabalho foi primeiramente a de mostrar, no contexto descrito, como um crime de homicídio sempre envolve muito mais do que motivos frívolos, principalmente quando o réu é um escravo africano e a vítima é um branco.

Acreditamos que vários fatores, em conjunto, foram responsáveis pela execução de João, destacando: (1) o medo de insurreições de escravos, principalmente dos africanos, como a do Haiti, a revolta dos Malês na Bahia e a de Carrancas poucos anos antes; (2) o medo do próprio João Angola, que se mostrou capaz de questionar a ordem da sociedade, sem pensar nas conseqüências e; (3) sem reduzir este teor sócio-cultural, o fator econômico encontrado na questão de que não havia responsáveis para arcar com as custas deste processo, nem haveriam mais cidadãos que se responsabilizassem por futuros distúrbios causados por João Angola. Afinal, ele tomava conta de sua própria vida, ele quase vivia sobre si independente de seu senhorio: ele cobrava seus devedores, desobedecia sua senhora, destratava homens brancos e era também capaz de matá-los, quando achasse que conviesse, como fez com o caixeiro e como prometeu a sua senhora, a seu senhor moço e a um vizinho. Acreditamos que, se a condenação do africano João

Angola foi usada como um castigo exemplar (Lara, 1988) para os outros cativos, era porque ele era considerado também um exemplo de liderança, de tomada de autonomia social, enfim, um exemplo de como pressionar o sistema escravista para dar à camada oprimida, a dos escravos, a chance de conquistar os direitos que achassem que mereciam.

João Angola, para os representantes da justiça, foi um “flagelo para a sociedade” mineira do século XIX. Para a mesma sociedade, testemunhas e autores da queixa, que presenciaram o crime, João era um escravo “feroz, malfazejo, sanguinário, insultador e desobediente”. Para sua senhora, um escravo que não tinha mais nada a oferecer, pois além de ser o mais rebelde de seu “plantel”, declarara que desejava matá-la. Para João: que não “conhecia a branco nenhum”; que “sua senhora não o tocava”, quanto mais um caixeiro qualquer da comunidade que achava que por ele ser “preto” não sabia contar; que depois de saber que iria ser vendido, declarou que mataria a seu senhor e senhora de tão “danado” que ficara, insistiu, em seu depoimento pessoal, que tudo não passava de um engano, que ele apenas empurrara ao caixeiro Ignácio, não portando naquela ocasião, faca nenhuma. E que, tendo morrido seu senhor, ele agora queria a formalização de sua liberdade passada em papel. Enfim, Ele não queria ser vendido ou tratado como mercadoria, como “preto”. Para João Angola, após a morte de seu senhor, ele se tornara apenas: livre!

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Museu Regional de São João del-Rei (MRSJ). Processos Crime de Homicídio e Tentativa [1800-1850].

IPHAN/MRSJ. Inventários e testamentos. Caixa 382 [1849]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IMPÉRIO DO BRASIL. **Código do processo criminal de primeira instância**. Aumentado com a Lei de 03 de dezembro de 1841 e seus regulamentos por Josino do Nascimento Silva. 4 ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Enrique Laemmert, 1860.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Código criminal**. Rio de Janeiro: Eduardo e Enrique Laemmert, 1859.

199

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Maria Tereza Pereira. **Nas malhas da justiça: criminalidade, cor e condição social nas vilas Del Rei**. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. xxx, n. 1, junho, 2004.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **O que é Pena de Morte**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRIMBERG, Keila. **Liberata: a lei da Ambigüidade, as ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LARA, Sylvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888).** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século XIX.** São Paulo, Edusc, 2004.

ZENHA, Celeste. **As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza**

através dos processos penais. Niterói: UFF, 1984. Tese
(Doutorado em História) – IDHF, Universidade Federal
Fluminense, Niterói, 1984.

O avaliador de escravos e o *status* social da função na sociedade carioca oitocentista

Luciano Rocha Pinto

202

Resumo: A Câmara Municipal carioca, palco de inúmeras relações de clientelismo e lutas por poder, foi o *lócus* da elite local detentora das regalias e da própria cidadania no primeiro quartel do século XIX. As câmaras constituíam organismos político-administrativos inseridos na lógica do império português, mas que viviam, na prática, uma condição real de autonomia, articulando os interesses daqueles que ocupavam seus quadros. Enquanto tal hierarquia promovia a uns, outros, no entanto, viam-se à margem da sociedade. Daí o espírito gregário e o sentimento de solidariedade que promovia os mais simples pela pertença a um determinado grupo de poder, que levou muitos a assumirem ofícios menores nas municipalidades. É o caso do *Avaliador de escravos*, representante da legalidade promovia a legitimação da ideologia escravista que hierarquizava os indivíduos mediante a posse do trabalhador cativo. Mais que gerar divisas aos cofres públicos, reiterava a estrutura escravista e o *status quo*

daquela elite camarária que se beneficiava com a ordem vigente na América portuguesa.

Palavras-chave: Século XIX. Câmara Municipal. Avaliador de escravos.

The Slave Evaluator: power and hierarchy, representation and exclusion (Rio de Janeiro - 1808-1831)

Abstract: *The carioca Municipal Council, which was the scenery of several relationships of clientage and fight for power, was the locus of the cream of local society, who had exclusive rights and they were the only considered citizen in the first quarter of XIX century. Councils were political and administrative organisms in the logical of the Portuguese empire, that had actual condition of autonomy, driving the participants interests. While hierarchy helped some people, it put others at the society borderline. Therefore the gregarious thinking and solidarity feelings of the simplest people in having power, took them to accept ordinaries jobs at council. This is the case of the slave evaluator, who was the legal representative that promoted the legalization of slavish ideology, and this classified people according to having or not slaves. More than create exchange values to the publics money-box, it kept the slavish structure and the status quo of that cream of society, that gained with the law established in the Portuguese America.*

Keywords: XIX century. Municipal Council. Slave evaluator.

A Câmara Municipal carioca, no século XIX, palco de inúmeras relações de clientelismo e lutas por poder, é o *lócus* da elite local detentora das regalias, dos direitos, das funções municipais e da própria cidadania. Enquanto tal hierarquia promovia a uns, outros, no entanto, trabalhadores de qualquer ordem, viam-se totalmente à margem de tudo. Daí o espírito gregário e o sentimento de solidariedade que promovia os mais simples pela pertença a um determinado grupo de poder, o que levou muitos a assumirem ofícios de segundo escalão nas municipalidades dos oitocentos.

204

A proximidade com o poder constituído poderia, de certo, gerar algum favorecimento pessoal nestas redes solidárias. É o caso do Avaliador de Escravos, indivíduo que desejava, não apenas um capital econômico, mas, participação no núcleo de poder local e distinção inter-pares. Objetivamos, portanto, com este estudo, precisa o lugar político-social do Avaliador, identificando-o como agente de legitimação da estrutura arcaica, do *status quo* escravista, que hierarquizando a escravaria no mundo da ordem, gerava divisas aos cofres públicos.

A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE, O *HABITUS* OITOCENTISTA E O NASCIMENTO DA FUNÇÃO

A sociedade é um produto do ser humano que pensa, relaciona-se, trabalha e dá significado. O mundo ganha sentido na representação que dele fazemos e é na relação entre o sujeito pensante e o objeto pensado que se pode estabelecer a realidade. Para que determinada representatividade se efetive pela legitimação ela precisa habitar antes na vontade das individualidades. Existe um mundo pensado, que, não necessariamente, está em conformidade com o “real”, mas que existe enquanto vontade e desejo. O homem, portanto, vive intermediando as representações que faz do mundo e as vontades que alimenta. Como a sociedade é anterior aos indivíduos, estes absorvem construções já cristalizadas e consentidas, o que não quer dizer que os indivíduos não possam fazer re-significações, alterando ou substituindo a representação social vigente, que é fruto de uma construção.

O século XIX carioca possuía uma dada percepção da realidade, de forma que todos os indivíduos aceitavam aquela estrutura que dava significado ao mundo social, legitimando-a e tendo-a como natural e espontânea. Chamaremos de *habitus* esta incorporação das representações produzidas. O *habitus*, na verdade, é a mediação do indivíduo com a sociedade. É o elo de coerência que envolve a todos e

garante a socialização através da incorporação das diversas normas, crenças e valores produzidos pela sociedade, estruturando-se segundo aquele regime de verdades produzido, que passa agora a ser natural e espontâneo, habitual.

O jornal *Aurora Fluminense*, aos 18 de Janeiro de 1828¹ trouxe notícia tratando da abolição do comércio ultramarino de escravos, uma vez que, no ano anterior, o império brasileiro e a Grã-Bretanha haviam assinado um tratado comercial visando sua extinção. Naquela sociedade era natural o trabalho compulsório. O espaço social constituído no século XIX na cidade do Rio de Janeiro não previa dignidade no trabalho braçal, coisa de escravo e de gente de segunda estirpe. A utilização da mão-de-obra cativa estava em todos os setores da sociedade, de forma que, possuí-los significava *status*, resultado de um *constructo* que identificava o trabalho com a escravidão. Neste sentido, valorizava-se o ócio. Não era incomum vislumbrar um escravo carregador levando apenas um lápis de cera para seu contratante² ou mesmo mulheres que incapazes de carregar seu próprio lenço confiavam-no às suas acompanhantes.³

O *habitus* oitocentista previa que o homem de corte vivesse pelos privilégios e do trabalho de seus escravos. De

¹ Biblioteca Nacional (BN), PS-SOR 36 (1).

² DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo. Círculo do Livro, p. 196.

³ *Ibidem*, p. 196.

forma que o cativo, não era o grande excluído no sistema compulsório. Ele estava no centro deste sistema. O escravo era a razão de ser, o coração do espaço social constituído, a marca distintiva e hierarquizante. O branco, pobre e livre, era o grande excluído. Não tinha onde trabalhar e nem dinheiro para comprar um escravo, então, vivia na marginalidade. Cidadão de segunda categoria representava a desordem. Os negros faziam de tudo, trabalhando em diversos setores da economia, enquanto o branco pobre se via à margem da sociedade. Eis a razão de ser, dentre outras, da lusofobia, sentida por muitos brasileiros.

No entanto, aqueles indivíduos pertencentes ao mundo da desordem desejavam inserir-se no mundo da ordem. Eles legitimavam pela vontade a estrutura excludente. Quem não possuía escravos, desejava-os e quem os possuía gozava de seu senhorio. João Fragoso e Manolo Florentino, ao analisarem inventários *post-mortem* entre os anos de 1790 a 1830 no Rio de Janeiro, apresentam um fato marcante relativo ao uso da mão-de-obra escrava. “Quase todos os homens livres detentores de bens a legar possuíam ao menos um escravo (...) Nunca menos de 2/3 dos mais pobres inventariados do agro e da urbe carioca detinham escravos”.⁴ A marcante dependência da escravidão reitera, portanto, uma

207

⁴ FRAGOSO João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto:** mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 124.

hierarquia que se norteia à sombra do trabalho compulsório, de forma que a ociosidade ganha ares de fidalguia e funciona como instrumento de inclusão subordinada da massa cativa, e, sobretudo, exclusão daqueles homens livres pobres, marginalizados.

Assim, a posse do trabalhador cativo, na sociedade de corte carioca oitocentista, passava como valor distintivo e hierarquizante. No século XIX, não havia homem ou mulher que pensasse a vida social sem o trabalhador escravo. Todos vislumbravam os benefícios que a posse de escravos poderia proporcionar, não apenas com fins pecuniários, mas, também, simbólicos. Por isso, até os mais pobres os desejavam.

Esse modo de perceber a realidade, identificando o trabalho como coisa de escravo, levou muitos homens a lucrarem divisas e prestígio na lida com os cativos. O próprio Estado beneficiava-se com o mercado de escravos, daí o fim, de fato, do tráfico atlântico apenas em 1850 e a existência de alguém experimentado e nomeado oficialmente, para precisar o valor dos escravos, engordar os cofres públicos e reintegrar braços ao mundo do trabalho. Deve-se a isso, o fato do habitus constituir-se como uma estrutura estruturada e estruturante, por isso, seus valores tendem a perpetuar-se. Assim, a ostentação da ociosidade do homem oitocentista, como *estrutura estruturada*, tende a “encucar-se” nos novos membros estruturando-os segundo a construção legitimada pelo consenso. As formas de percepção da realidade, seus

modos de ver, sentir e interagir no grupo social, devido ao processo de socialização que torna natural o *constructo* reitera-se num sistema de disposições duradouras, que são interiorizadas, consentidas, reformuladas, ou não, e transmitidas.

Neste sentido, fica fácil compreender a indignação sentida pela sociedade carioca depois do tratado versando sobre o fim do comércio de escravos africanos, assinado entre Brasil e Inglaterra, aos 13 de março de 1827.⁵ Havia sim, muita discussão sobre a validade de tal acordo. Muitos deputados acreditavam em intromissão da política externa inglesa. O General Cunha Mattos, “considerava o acto como derogatório da honra do paiz, de seus interesses, dignidade, independência e soberania”.⁶ Fato é, que o acordo estipulava um prazo de três anos para que o comércio se tornasse ilegal. A medida elevou as importações de africanos de 28.750 cabeças em 1827, para 45.670, em 1828 e 47.630, em 1829.⁷ Na prática, não houve muito abalo real, pois em 1831, quando o negócio já estaria na ilegalidade, os números retornaram à média das importações, antes do acordo com a Inglaterra, somando cerca de 28.500 africanos por ano. No entanto, o medo da perda da mão-de-obra escrava era constante.

⁵ CALÓGERAS, J. Pandiá. **A Política Exterior do Império**: Vol. III – da Regência à Queda de Rosas. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 500.

⁶ *Ibidem*, p. 501-502.

⁷ FORENTINO, Manolo Garcia. **Em Costas Negras**: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 59.

Traço marcante deste *habitus* arcaizante é o próprio modo de ser hierárquico baseado na posse de bens e “almas”. A estrutura vigente possuía um *locus* de poder emanador, encerrado na Câmara Municipal. A elite camarária, fundada inicialmente no grande proprietário rural, estende à *urbe* seus domínios e acumula o que há de comum em todas as aristocracias: riqueza, poder e autoridade.⁸ Tem por características essenciais o orgulho, a tradição familiar e religiosa.⁹ Para exercer os ofícios de governança disponíveis nas respectivas municipalidades os indivíduos, desejosos de participação política, deveriam se mostrar aptos ao seu exercício. Esta aptidão estava vinculada ao predicado da cidadania. Mas quem era cidadão na sociedade carioca dos oitocentos em seu primeiro quartel?

“Esperava-se que esses *homens bons* fossem donos de propriedades, residentes na cidade, incontaminados por origens artesãs ou por impureza religiosa ou ética”.¹⁰ Os predicados de bondade e cidadania, portanto, confundiam-se e encontravam-se no exercício do poder local, de forma que só era considerado cidadão aquele possuidor de determinada

⁸ PRADO Jr., Caio. **Administração**. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. - 7ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 289.

⁹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. In: *Intérpretes do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v.3, 2002. p. 1043.

¹⁰ SCHUARTZ, Stuart B. **O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e as Periferias**. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. p. 405.

quantidade de bens. Um grupo seletivo de indivíduos, famílias tradicionais, cuja riqueza identificava hierarquicamente e nobilizava grupos familiares referendados ao mundo da ordem, opostos à todo aquele conjunto de “desclassificados”, indivíduos livres e pobres, compostos por *forros*, índios assimilados, brancos pobres e mestiços. Estes eram os não enquadrados no mundo da ordem vigente. Esta massa *desqualificada*, no entanto, devia legitimar a estrutura construída a fim de que ela possa perpetuar-se temporalmente. Existem muitas formas de promoção, a mais comum é a nomeação.

Mesmo que um determinado indivíduo não ocupasse cargo de prestígio, dependendo de sua posição no espaço social, a simples participação, mesmo que modesta, em determinado grupo de poder, já seria o suficiente para promover o consentimento do regime de verdade. O título é uma marca distintiva “que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizados hierarquicamente”.¹¹ O título contribui para a percepção social do indivíduo e sua localização hierárquica no grupo de poder nomeador e entre seus pares. O desejo de poder estimula o interesse e promove o consentimento, contribuindo, portanto, com a reiteração do regime de verdade hegemônico. O poder se difunde pela adesão e satisfação do desejo. Isso faz com

¹¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004. p. 148.

que ele exista não apenas nas camadas superiores e dominantes da sociedade, mas também entre os mais simples e subordinados.

O desejo de poder promove verdades, e por isso, trás à baila seu oposto. Ao estabelecer verdades, o procedimento de exclusão inerente ao discurso promove à categoria de falso tudo aquilo que se oponha à “verdade” e impuro, tudo o que se opõe ao “puro”. Um discurso legitimado ganha ares de verdade. A partir daí estabelece o falso como aquele não adequado à verdade legitimada. Temos assim, especificado a dupla significação do discurso. O estabelecimento de uma verdade, ou de um regime de verdades, estigmatiza a diferença, e com ela o diferente, exercendo pressão coercitiva. Daí resulta a adesão de uns pela legitimação induzida através da força do discurso ou forçada pela hipótese de exclusão e medo de suas conseqüências. Evidente, que o discurso promove, de fato, exclusão àqueles obstinados no considerado “falso” e “errôneo”. A vontade de verdade, portanto, é uma “prodigiosa máquina destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade”.¹²

Na cidade do Rio de Janeiro, os qualificados aos cargos do poder local oitocentista deveriam ostentar a distinção, a diferença e a desigualdade. De modo geral,

¹² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. – 11. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 20.

identificamos o conceito de pureza como pré-requisito básico deste modo de ser, acompanhado, evidentemente, do capital econômico. Ser livre de impureza religiosa ou étnica seria uma forma de garantir a perpetuação da estrutura arcaica baseada no trabalho compulsório. Evidente que este ideal de pureza faz parte daquele conjunto de regimes de verdade, da estrutura ideal elaborada por determinada representação da realidade.

Só existe o puro se algo for considerado impuro. Ambos são conceitos aplicáveis conforme a representação de realidade ostentada, notoriamente ligada à noção de ordem, colocando cada coisa no seu “justo lugar”. “O oposto da ‘pureza’ – o sujo, o imundo, os ‘agentes poluidores’ – são coisas ‘fora do lugar’”.¹³ Neste sentido, o branco pobre, o negro forro ou o mestiço não poderiam jamais ocupar um cargo junto à Câmara Municipal. Eles, como “corporificações da *sujeira*” são um obstáculo à manutenção da ordem e à organização do ambiente social. O mundo da desordem desafia o mundo da ordem, mas seu sustento é essencial à sobrevivência do regime de verdade. Enquanto a estrutura é legitimada, o *status quo* de determinada elite se mantém na ordem das coisas verdadeiras.

O Avaliador de escravos é um caso típico de agente legitimador da estrutura e do regime de verdade. A gênese

¹³ BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p.14.

desta funcionalidade pode estar ligada ao crescimento da importância da cidade que entre os anos de 1790 e 1840 constituiu-se no centro econômico e político do sudeste brasileiro.¹⁴ Dois fatores ocorridos nos setecentos contribuíram para a integração da capitania no mercado atlântico: a descoberta do ouro na região das minas e o açúcar fluminense. Em meados do século, 1/3 dos escravos importados na colônia permaneciam no Rio de Janeiro. Seu porto crescia em importância, conhecendo maior desenvolvimento após a chegada da família real em 1808.

O Avaliador de escravos surge neste contexto de crescimento econômico e maior utilização da mão-de-obra cativa. Não estava a serviço de particulares, mas do próprio Estado. Era a legalidade que tomava as ruas. O oficial da função, licenciado por um ano gerava divisas aos cofres públicos, ao apreçar o escravo para ser leiloadado e, assim, mediava o re-ingresso dos escravos ao mundo do trabalho, da mesma forma que, reiterava, em nome do Estado a hierarquia escravista e seu *status quo*. O primeiro sinal indicativo de sua realidade estava nos anúncios de jornal. O *Diário do Rio de Janeiro*, em maio de 1822, trouxe dois anúncios de arrematações. O primeiro ocorreria na praça do Juízo da Conservatória dos Moedeiros, no dia 9 daquele ano, onde se arrematou dois escravos. Nada incomum, se não fosse as

¹⁴ FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1839)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998. p.305.

avaliações disponíveis no Cartório da Rua da Alfândega nº 252.¹⁵ O mesmo ocorreu com uma arrematação de um sítio na Penha, feita no mês de maio do mesmo ano. Leiloado de porteira fechada com diversos bens, inclusive nove escravos. Tudo estava avaliado e disponível em inventário na casa do Escrivão de Órfãos.¹⁶

A criação da função é, no entanto, bem anterior ao anúncio das avaliações. Remonta à lei de 20 de Junho e 25 de Agosto de 1774...

...por q. Sua Mag^e há por bem de promulgar em benefício dos seus vaçalos para que os bens penhorados aos executados se não rematem em praça pública sem que primeiro sejam avaliados por pessoas peritas e inteligentes que os saibão avaliar, nomeados pelas Câmaras dos seus respectivos Districtos...¹⁷

Acreditamos que a criação do cargo surge em função da necessidade de dar-se conta de uma determinada urgência: a crescente utilização da mão-de-obra cativa. Muitos escravos passaram a ser penhorados juntamente com outros bens por dívidas contraídas. Era preciso que, assim como outras propriedades que ficavam a cargo do Estado, os escravos fossem avaliados antes de serem leiloados.

¹⁵ Biblioteca Nacional: PR-SPR 5 (1): *Diário do Rio de Janeiro*, dia 7 de maio de 1822, no. 6, p. 22.

¹⁶ BN. PR-SPR 5 (1): *Diário do Rio de Janeiro*, dia 7 de maio de 1822, no. 6, p. 23.

¹⁷ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (^{AGCRJ}). Códice 6-1-10, f. 16.

Sabemos que todos os aspectos da vida municipal estavam sob o controle das Câmaras Municipais. A promoção de leilões dos bens confiscados mediante o não resgate de hipotecas era comum. Pessoas que não conseguiam resgatá-las, tinham seus bens confiscados e arrematados em leilões públicos pelo Porteiro da Câmara.¹⁸

Hipotecava-se tudo inclusive escravos. Podemos ver isso em diversas escrituras de dívida, cuja garantia endereçava-se a pessoas, como foi o caso de João Baptista dos Santos, que hipotecou seus escravos por dívida contraída a José Pedro Pereira de Lima, em junho de 1846.¹⁹ O mesmo se fazia com relação aos cofres públicos, isso ocorreu, no mesmo ano, com D. Cândida Gomes, que hipotecou seus bens ao Cofre de Órfãos da Corte.²⁰ O que importa aqui é perceber que os bens apreendidos eram avaliados antes de irem a leilão público. Note-se que nos dois exemplos de arrematações, do *Diário do Rio de Janeiro*, haviam avaliações em inventários. Estas, por sua vez, não eram feitas de maneira descriteriosa. O Senado da Câmara possuía à sua disposição diversos avaliadores que apreçavam os bens penhorados. Desde avaliadores de gêneros alimentícios²¹ e

¹⁸ Primeiro livro das Ordenações. Título 87, pp.205-206.

¹⁹ Arquivo Nacional (AN). 10-13-79 – Microfilme. Livro de Escrituras no 199, 3o Ofício de Notas, f. 8v.

²⁰ NA. 10-13-79 – Microfilme. Livro de Escrituras no 195, 3o Ofício de Notas, f. 20.

²¹ AGCRJ. 40-1-27, f. 2.

prédios urbanos²² até avaliadores de bens móveis²³ e escravos.²⁴

Quando vencia uma hipoteca, o Senado da Câmara apreendia os bens penhorados e os avaliava mediante homens encarregados deste ofício. Portanto, é a partir da documentação referente à Câmara que encontramos diversas pessoas que concorriam a este ofício. Para ser Avaliador de escravos, a pessoa deveria encaminhar ao Senado da Câmara uma petição e, se aprovado, receberia provisão de um ano para exercer a função, em nome de Sua Majestade Imperial. Aqueles que se dedicavam a avaliar escravos não avaliavam outras coisas, mas tão somente escravos. Alguém que não fosse “digno” do ofício de modo algum poderia exercê-lo. Isso se deve, sem sombra de dúvida, ao fato do Avaliador ser nomeado pelo Senado da Câmara, de forma que, esperava-se que a pessoa fizesse parte da “boa sociedade” ou a ela representasse.

O espaço social caracterizado pelo conflito produz, no próprio relacionar-se, a hierarquização, decorrente do acúmulo de capitais. O Avaliador, por sua vez, não se subtraía a este processo. A obtenção da licença anual incluía uma rígida seleção para o preenchimento de apenas duas vagas. Para isso, o candidato deveria ser detentor de uma

²² Arquivo Histórico da Cidade de Florianópolis (AHCF). Caixa 11, lv. 33, ff. 119–120.

²³ AHCF. Caixa 11, lv. 33, ff. 41v., 50, 51...

²⁴ AGCRJ. 6-1-10, 6-1-11 e 6-1-12.

série de capitais que o elevassem a tal posição. Vale lembrar, que para preencher os quadros do Senado da Câmara, o candidato já deveria ser, *a priori*, portador de alguns signos que lhe garantissem o predicado da “bondade”, como veremos adiante.

O espaço denominado Senado da Câmara, estruturava-se a partir de uma série de critérios para o preenchimento das funções menores, que não são escolhidas por voto indireto, mas por meio de processos internos que selecionavam para os diversos ofícios, a saber: Avaliador (de escravos, Bens da Câmara, Prédios Rurais, prédios urbanos e Fazendas), Arruador, Capitão do Mato, Demarcador, Cobrador, Alferes de Ordenanças, Tabelião, Solicitador, Capitão de Ordenanças, Inspetor de Quarteirão, Fiscal, Agente de Portuário, Administrador das obras públicas, Fiscal Suplente, Escrivão do Juízo, Professor público²⁵. O preenchimento destes ofícios passava pela comprovação da posse de capitais exigidos.

OS DIVERSOS CAPITAIS REQUERIDOS PARA O PROVIMENTO NA FUNÇÃO

Os Avaliadores de escravos, de modo geral, possuíam uma função primeira que lhes garantia certo capital econômico, como a grande maioria daqueles que preenchia

²⁵ AHCF. Caixa 11, lv. 33 e 44.

os quadros do Senado da Câmara. Na cidade do Rio de Janeiro, a função estava, em grande parte, entregue àqueles que tinham negócios com escravos. Em fevereiro de 1808, uma disputa pela função foi decidida em favor daquele que “negocea em escravos e sabe p^r esta razão o justo valor q’ cada hum delles pode ter segundo as suas id^{es} e configurações, rebustes, ou invalides”.²⁶

O conhecimento prévio sobre o trato com escravos era importante. No entanto, esta não parece a causa determinante. No exemplo citado, o candidato perdedor, segundo os autos, “não tem negocio de escravos, *nem outra algúa occupação*”²⁷ (grifo nosso). O capital econômico determinava o lugar da pessoa no campo social. É inadmissível alguém sem posses enfileirar-se junto aos membros do Senado. O vencedor da disputa, Joaquim José Pereira do Amaral, por sua vez, tinha negócio com escravos, setor que rendia a maior percentagem de lucros na primeira metade do século XIX.

Evidente, que tais homens não se identificavam com a nobreza, cuja ociosidade, como vimos, dava o tom do prestígio, sem dúvida alguma, um dos símbolos de poder na sociedade de corte oitocentista. Trabalho é coisa de negro, ou de necessitado. A estrutura que identificava trabalho manual com indignidade (fruto do uso e abuso do braço escravo)

²⁶ AGCRJ. 6-1-11: f. 7.

²⁷ AGCRJ. 6-1-11: f. 7.

adquiriu legitimidade junto aos dominados. É bastante conhecida a busca de escravos pelos mais pobres, em tempos de farta oferta ou mesmo por ex-escravos. Embora, o fator econômico influenciasse na qualidade do escravo adquirido, secundarizava-se essa questão diante da força simbólica de ser reconhecido como senhor de escravos. Fica evidente a legitimação da dominação. No entanto, o acolhimento desta se dá de modo diversificado, dependendo do lugar social dos indivíduos.

Se os mais pobres almejavam os títulos e as honrarias da nobreza, mesmo que apenas aparentemente, o mesmo ocorria com aqueles que possuíam capital econômico, mas não simbólico. Não eram duques, condes, senhores da corte... Mas seus hábitos procuravam assemelhar-se àqueles, cujo modo de ser e ver o mundo se impunha pela dominação simbólica, mas, também econômica. É impossível separar o capital econômico da produção simbólica. Pessoas que conseguiram acumular algum capital pecuniário aplicavam-no em outros capitais que lhe trouxessem maior prestígio e legitimidade, veja os pobres desejosos do “senhorio”, por mais que continuassem pobres. Também, aqueles negociantes da praça carioca que já possuíam escravos e bens, contudo, invejavam as honrarias e um lugar no centro do poder local.

Caminho singular de aproximação do poder fornecia alguns cargos menores do Senado da Câmara. Quem os possuía não era detentor de vastos capitais, mas necessitava

de alguma legitimidade, em geral garantida pelo econômico, pelo menos no caso do Avaliador. O mesmo, evidente, não se aplica às funções de Arruador, Capitão do Mato, Demarcador, Cobrador e outros. É importante perceber no processo de hierarquização sua dimensão vertical e horizontal, que se dá na relação inter pares e destes com outros. Membros do mesmo grupo social, vistos de maneira semelhante por outros grupos em escalas sociais mais elevadas, verticalizam-se entre seus pares. Assim, nos cargos, ditos, menores da câmara, ocorria a valorização de uns e a depreciação de outros na luta simbólica por legitimação. Vale lembrar, que na sociedade de corte, quanto menos esforço físico, mais nobre a função. Não há como comparar, segundo a luta simbólica que se estabelecia, um Capitão do Mato ou um Arruador, com um Fiscal, Escrivão ou, mesmo, um Avaliador.

Ser portador de certa quantidade de bens materiais e pecuniários era garantia de legitimidade e participação, mesmo que indireta, no processo de dominação, amalgamando-se em sua estrutura de maneira funcional. Neste sentido, a busca ao cargo de Avaliador, ganha sentido pelo valor simbólico que adquire o nomeado. Estando junto ao Senado da Câmara, aproxima-se do centro de decisões e ao mesmo tempo torna-se mediador de tão procurada mercadoria: o escravo.

Outra forma de beneficiamento financeiro poderia contrair o Avaliador na formação de grupos que,

supostamente, se beneficiariam com os leilões públicos. A facilitação no direcionamento da “mercadoria” poderia favorecer compradores poderosos, beneficiando o Avaliador com a formação de um “caixa dois” e um estreitar de laços com homens de poder. Numa sociedade de relações pessoais nada mais apropriado que a manutenção de bons relacionamentos. Ser Avaliador de escravos era identificar-se com o poder. É esta a razão de ser da procura que se estabelecia em torno de uma função extremamente restrita, com apenas duas vagas para a capital do Império. *Status*, na sociedade de corte, contudo, se adquire não apenas por razões econômicas. Outros tipos de capitais fazem-se igualmente importantes.

O Avaliador de escravos deveria ser detentor de um capital cultural, que não era sistematizado, mas acumulado e cultivado no cotidiano. Incorporado pela práxis da labuta no negócio que lhe confere conhecimento sobre os demais membros da sociedade, de forma que, o reconhecimento pelo acúmulo deste capital socialmente sancionado, provém das pessoas, compradores, negociantes... Mas também do Estado, que lhe outorga um título.

Neste sentido, o Avaliador, por ser portador de um conhecimento específico, é capaz de promover o devido valor da mercadoria humana, hierarquizando-a mediante padrões, culturalmente estabelecidos que objetivassem sua qualidade. Era comum o processo de avaliação. Nas aquisições

particulares, levava-se um cirurgião “a fim de fazer passar o escravo pelas provas e exames necessários”.²⁸ Estas avaliações tinham um objetivo bem específico: verificar a integridade física do escravo. Era necessário certificar-se da saudável cor da tez, a consistência das gengivas, a idade e a origem; “em seguida fazem-nos saltar, gritar, levantar pesos, a fim de apreciar o valor de suas forças e sua habilidade. As negras são avaliadas de acordo com a idade e os encantos”.²⁹ O Avaliador, a serviço do Estado, fazia a vez dos cirurgiões a serviço dos particulares.

No entanto, não eram apenas as qualidades físicas que estavam em jogo. Era preciso verificar o conhecimento que aquele cativo possuía. Evidente que os negros novos, recém chegados, eram avaliados apenas pela consistência física ou encantos. É conhecido o fato dos mais bonitos servirem a seus senhores de “porta à dentro”, enquanto que os desprovidos de beleza trabalharem no campo ou nos serviços gerais da cidade. Havia, contudo serviços que exigiam conhecimento e para isso o negro Ladino, conhecedor da língua e de um ofício valia mais. Os escravos não apenas serviam os propósitos do cavalo, mas eram utilizados em todos os setores da vida urbana: sapateiros, cirurgiões, mecânicos, balconistas... Todas funções que exigiam inteligência e habilidade. Um cativo que fosse oficial,

²⁸ DEBRET, Jean Baptiste. *Op. cit.*, p. 229.

²⁹ *Ibidem*, p. 225.

sem dúvidas, valia mais que o boçal. Testemunha do primeiro quarto do século XIX, Eschewege relatava que por um escravo comum no ganho, se pagava 300 réis de diária “aos piores aprendizes 600 réis, aos mestres 1200 réis”.³⁰ Um bom escravo oficial fornecia a seu senhor uma boa renda e seu valor para venda superava o escravo novo ou o Ladino sem habilidades.

Ao falarmos, portanto, de um capital cultural, da qual o Avaliador é detentor, pensamos em todos estes fatores na qual o encarregado da avaliação deve estar atento. Conhecer escravos, não é apenas averiguar sua força, mas sua adequação ao mundo do trabalho. Ao deter um capital cultural, o Avaliador deve promover a hierarquização do negro no campo da escravaria. A exatidão que a posse de tal capital lhe conferia fazia dele alguém experimentado para julgar e precisar o lugar específico da mercadoria humana, atribuindo-lhe valor. Por isso, como vimos, era importante que o Avaliador fosse também negociante de escravos, pois, “sabe p^r esta razão o justo valor q’ cada hum delles pode ter segundo as suas id^{es} e configurações, rebustes, ou invalides”.³¹ Em pedido encaminhado ao Senado da Câmara, pelo Capitão Daniel Luiz Vianna, em 18 de outubro de 1824, por exemplo, havia um anexo comprovando seu

³⁰ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. p. 61.

³¹ AGCRJ. 6-1-11: f. 7

conhecimento da função, pois negociava escravos por vinte anos.³²

Os dois capitais (econômico e cultural) “fornecem os critérios de diferenciação mais pertinentes para construir o espaço social”³³, verticalizando os membros da sociedade e promovendo a distinção entre os detentores do mesmo capital, respectivamente. Na primeira metade do século XIX, portanto, ser Avaliador, licenciado pelo Senado da Câmara e negociante de escravos, no maior “mercado de almas” das Américas, sem dúvida alguma, representava, além de divisas, *status* e poder.

As relações sociais derivam do lugar social que o indivíduo ocupava. Pretender o cargo de Avaliador significava certificar-se desta questão. Sabemos que os membros do Senado zelavam pela comprovação da honra de seus pares. Ninguém reconhecidamente “bom”, conceito que implicava seu lugar social, poderia ocupar um lugar no centro instituído do poder local. Neste sentido, uma das partes do processo de seleção ao ofício, consistia em averiguar sua conduta. Para isso, consultavam-se os membros do Senado e demais nomes da praça carioca. Evidente, que o sucesso, ou o fracasso, de tal acareação dependia bastante do *capital social* do nome em questão.

³² AGCRJ. 6-1-12, f. 44.

³³ BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.54.

Joaquim José Pereira do Amaral, em 4 de julho de 1807, apresentou anexa à petição,³⁴ uma carta referendando-o ao cargo. O autor, José da S. Loureiro Borges, foi Juiz de fora, ex-presidente do Senado e Auditor das Tropas de Mar e Terra.³⁵ Não resta a menor dúvida que a sociedade é um espaço relacional, cujas posições estabelecem-se nas próprias relações. Pereira do Amaral permaneceu por mais de vinte anos no ofício de Avaliador. Sua primeira petição foi feita em 1805,³⁶ encerrando furtivamente sua carreira, aos 18 de outubro de 1827,³⁷ onde embarcou para Portugal deixando quatro filhos. Sua longa permanência em uma função que pedia apenas dois membros e estimulava o desejo de tantos outros, pela sua representatividade, devia-se não apenas à sua competência, mas também à malha relacional que construiu e preservava.

Deliberar sobre mão-de-obra tão desejada, que movimentava não apenas recursos, mas prestígio era desejo de muitos indivíduos. A busca pela proximidade do poder cria a interação entre partes afins, de forma que, a aquisição de determinado lugar neste campo, e sua permanência,

³⁴ A palavra “petição” vem do latim *petire* cujos significados podem ser: lançar-se sobre, solicitar ou, simplesmente, pedir. O *direito de petição* surgiu como uma forma de o governado manifestar ao governante suas demandas. A petição é o meio mais primitivo de estabelecer contato entre o governante e o governado. Neste caso específico trata-se de uma carta (pedido) encaminhada ao Senado da Câmara candidatando-se à função de Avaliador de Escravos.

³⁵ AGCRJ. 6-1-11, f. 16.

³⁶ AGCRJ. 6-1-10, f. 8.

³⁷ AGCRJ. 6-1-12, f. 47.

dependem, em grande parte, da disposição relacional do indivíduo e de sua capacidade de nomeação. O que levaria um ex-presidente do Senado a indicar um nome ao cargo de Avaliador? Seria apenas expressão de bondade e reconhecimento de um valor? Aparentemente, Pereira do Amaral tinha mais a ganhar do que o, então, Auditor das Tropas de Mar e Terra da Corte, mas o que poderia este auferir com a indicação?

Se há um local em que podemos situar como o *lócus* privilegiado do poder no século XIX, em especial na sua primeira metade, é Câmara Municipal. A vida política centrava-se ali. Todos os aspectos da vida municipal eram cogitados em suas dependências: saúde pública, impostos municipais, contratos, organização de expedições de recaptura de escravos... Tudo passava pela Câmara. Preencher seus quadros é cercar-se do poder instituído, distinguir-se e dominar. O Avaliador de escravos, de modo especial, vivia esta relação no cotidiano de sua práxis, pois, atuando nas praças,³⁸ era a mão do Estado, que em nome de Sua Majestade, a quem jurava bem servir,³⁹ versava sobre a escravaria. Seu reconhecimento social, de certo, motivava outros à troca de favores recíprocos. Em dado momento, o Auditor das Tropas lhe presta um favor, de certo, esperando o mesmo em tempos futuros, ou agrados diversos, no que

³⁸ AGCRJ. 6-1-11, f. 17.

³⁹ AGCRJ. 6-1-12, f. 5-5v.

tange a ocupação do Avaliador. *Capital social* era algo que realmente aparece nos autos de Joaquim José Pereira do Amaral. Em 1817, ele recebe indicação para permanecer na função do próprio D. João VI.⁴⁰

Esta malha relacional, na qual os indivíduos atuam, num determinado campo específico, é vital no processo de conservação-alteração das respectivas posições. O trabalho de sociabilidade predispõe o grupo à interação interpares, cujas vantagens sociais são garantidas pela manutenção das mesmas relações, que atuam segundo o aparato de capital, conferindo ao agente crédito e autoridade, assim como reconhecimento e posse. Nosso Avaliador, em questão, jamais permaneceria tanto tempo na função, se não pelo *capital social* que detinha. De certo, a nomeação concedia uma série de vantagens sociais, cuja conseqüência imediata é o acúmulo de capital simbólico. Do ponto de vista da legitimidade, o porta-voz do Estado está cercado de uma atmosfera, simbolismo, cuja oficialidade garante o modo de ser do agente e seu trato pelos demais. A nomeação tem a capacidade de “subtrair os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal”.⁴¹ Sobre o capital simbólico do Avaliador passamos a tratar agora.

⁴⁰ AGCRJ. 6-1-10, f. 60.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 147.

O Avaliador de escravos era portador de um *capital simbólico* profundamente arraigado na cultura da sociedade oitocentista luso-brasileira. Entendemos cultura em seu sentido amplo, um conjunto de normas, valores e práticas que se adquire e partilha no campo social. Neste sentido, podemos pensar que a produção cultural do século XIX engendrou uma lógica de distinção baseada no trabalho compulsório, que predominava francamente no Rio de Janeiro. Tudo aquilo que parecia desprezível ao homem branco era função dos escravos.

A vida rentista que levavam aqueles que podiam adquirir um escravo, muito surpreendia os viajantes estrangeiros. “A ociosidade, a propósito – comenta Pierre Sonnerat, navegador Francês que permaneceu no Rio de Janeiro por quase dez meses (22 de abril – 10 de maio de 1748) – passa, entre eles, por sinal de dignidade (...) Todos querem ser nobres e (...) coisas simples como dar ordens aos escravos e fiscalizar o seu trabalho parecem-lhes contrárias à grandeza e à opulência que ostentam.⁴² Mas, não eram apenas os pobres que desejavam o *modus vivendi* da aristocracia. Muitos dos negros forros, assim que podiam, compravam sapatos e escravos. Estas categorias de visão de mundo, são próprias da legitimação da violência simbólica. Os axiomas são aceitos e vividos como óbvios. Em três séculos

⁴² SONNERAT, Pierre. *Apud*: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos – 1582-1808**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p. 211.

de escravidão, nada mais óbvio que a acomodação das representações dominantes, cujo processo de condicionamento já estava mais que legitimado no século XIX. Por que crer algo como natural? Parece natural pelo consenso, que delega valor a determinada visão da realidade. Assim, o Senado da Câmara, como centro de irradiação do poder político, determinava e precisava a realidade nas múltiplas instâncias da vida social. Isso, contudo, se deve à capacidade de nomeação.

Atribuir títulos e rótulos oficiais é instituir a realidade. A promoção de indivíduos, tem em vista a distinção no campo social, a fim de garantir a representatividade da realidade instituída. Essa eficácia simbólica, na qual o agente sente-se representante da instituição, só funciona devido o funcionamento do espaço social. O capital simbólico, alcança sua razão de ser no crédito, naquilo que é visto como justo, digno e que é consentido e percebido assim pelos demais membros da sociedade. Existir socialmente é ser percebido e reconhecido. De modo geral, o processo de representatividade passa por este viés. A reputação e o prestígio de determinada instituição, atravessa seu agente representante, de forma que este passa a fazer às vezes da instituição apropriando-se de um capital, da qual ele participa pelo simples fato de representar. O nomeado oficialmente é reconhecido pelas demais pessoas nas quais se relaciona. É a instituição que dá prestígio ao indivíduo. Ocupar um

determinado lugar e compartilhar de seus direitos e reputação é antes de tudo adquirir um capital distintivo.

Esta é a relação do Avaliador de escravos com o Senado da Câmara. Funções representativas do poder político nos oitocentos eram garantia de *status* e posição social, que estabelece inevitáveis ligações na malha relacional do indivíduo nomeado a outros indivíduos e grupos diversos. Principalmente, no que tange o “mercado de almas”, havia muito interesse de pessoas variadas, empresas mercantis e casas comerciais, que se acotovelavam neste campo. A empresa escravista, ao mesmo tempo em que garantia a reestruturação da mão-de-obra pelo comércio transatlântico, com o tráfico de africanos, promovia o re-ingresso de braços já cansados re-comercializando-os em um mercado altamente diversificado.

Vendas informais e leilões estavam disponíveis nos jornais, em placas pelas ruas e na boca das pessoas. Escravos de diversos ofícios eram comercializados em distintas valorizações. O comércio da mão-de-obra escrava, movia a economia e a sociedade, implicando no processo de hierarquização, donde as diferenciações sociais podem ser facilmente observadas nas transações comerciais de escravos novos e Ladinos. Enquanto que o branco não abastado possuía um ou dois escravos, colocados no ganho ou na sua pequena propriedade, os mais enriquecidos regalavam-se em nada fazer, pois tinham diversos negros à

disposição, servindo de portas à dentro e à fora. É neste ambiente que se insere o Avaliador, versando sobre os escravos hipotecados ao Estado.

O prestígio que gozava a função, sem dúvida alguma, promovia a distinção social do agente nomeado para, em nome de sua Majestade, promover o re-ingresso dos “bens semoventes” apreendidos pelo não resgate da hipoteca. As vendas ocorriam “sempre em leilão público, e a quem mais der”,⁴³ ritual que tem no centro negociável o Avaliador, representante da legalidade, a quem cabia o valor. O crédito conferido à sua autoridade e a crença natural da realidade dada promovia aquele que se identificava com este *constructo* um capital, cujo simbolismo fomentava a dominação e a hierarquização de pessoas e bens, mesmo que estes se confundissem num bem pessoal: o escravo.

O simbolismo, inerente ao cargo, portanto, promove a personificação do poder. Numa sociedade de relações pessoais, onde o prestígio era fator de hierarquização, aquele nomeado para exercer um determinado cargo de mando, vivenciava uma realidade na qual o reconhecimento adquiri fator fundamental. Neste sentido, é preciso, para não perder o prestígio e, também, a legitimação, corresponder ao conjunto de rituais que o *capital simbólico* impõe, relativos a boas maneiras, conduta e relação interpessoal. A efetivação deste capital depende da capacidade relacional do nomeado. Este

⁴³ AHCF. Caixa 11, lv. 54, f. 7.

capital, na verdade, pode ser considerado um bem, pois adquirir tal simbolismo, na sociedade de corte, significa promover, a seu tempo, as três outras formas de capital.

O CAMINHO DA PROVISÃO

Para que alguém pudesse preencher uma das duas vagas disponíveis à função de Avaliador de escravos, na cidade do Rio de Janeiro, em primeiro lugar deveria fazer uma carta de petição destinada ao Senado da Câmara. Assim o fez Joaquim José Pereira do Amaral, aos 21 de agosto de 1805:

Diz Joaquim José Per^a do Amaral, negociante de escravos, q se acha próximo de acabar hum dos avaliadores de escravos do Concelho, q servem homens de deferentes ocupacoens, e por q no Sup^e convem todas as sirconstancias precisas recorre a V. M^{ces} queirão provir ao Sup^e (...) o emprego q suplica, o q justificará sendo necessário.⁴⁴

Sem dúvida era preciso justificar sua adequação ao ofício. Os candidatos, de modo geral, dependendo do capital social que ostentavam, apressavam-se em comprovar sua adequação aos princípios de idoneidade e conhecimento requerido para adequação na função, levando consigo carta

⁴⁴ AGCRJ. 6-1-10, f. 45J.

comprobatória. Um bom exemplo por nós já citado é da carta de José da S. Borges, auditor das Tropas de Mar e Terra do Brasil, que endossava o acesso ao cargo de Joaquim José Pereira do Amaral, como podemos ver em sua carta que se segue.

José da S. loureiro Borges, Juiz de fora, Crime Provedor
exprezidente do Senado, Auditor das Tropas de Mar
Terra deste Estado do Brazil pr S.A.R.

Atesto que Joaquim José Pereira do Amal servindo de
Avaliador de Escravos se portou de tal maneira que
nunca me constou Cometer crime que o mal
conceituasse e por esta me ser pedida lhe mandei
passar que assignei.

Rio de Janro, 4 de Agosto de 1807.

José Loureiro Borges⁴⁵

O mesmo podemos ver com relação ao Capitão Daniel Luiz
Vianna:

Nós abaixo assignados attestamos e juramos,
sendo necessário em como o Capitão Daniel Luiz
Vianna, tem todo o conhecimento do negocio de
Escros pela grande prática que tem tido, e tem de
os vender a mais de 20 annos, e por nos ser esta
pedida a mandam os passar & só a assignamos

Rio de Janeiro 18 de Outbro 1824

Joze Alex Ferre Brandão

⁴⁵ AGCRJ. 6-1-11, f. 16.

João Francisco Pera de Affoncas

Lourenço Anto de Rege...

Thomé Ribeiro

João Alz'de Sza Guimes

Joaquim Antonio Ferra ⁴⁶

No entanto, a própria Câmara se encarregava de averiguar a idoneidade do pretendente. Após abrir o processo com pedido formal ao Senado, um segundo momento consistia em fazer *Correr Folha*. Era uma acareação pública na qual os escrivães atestavam, após consulta junto aos cidadãos, a idoneidade do pretendente, ou seja, sua adequação ao regime de verdade, necessário à manutenção e reiteração temporal do *constructo* e do *status quo* aristocrático. Esta parte do processo era comum para o primeiro pedido de provisão, quanto para sua renovação, como podemos ver no exemplo:

Diz Joaquim J^e Pereira do Amaral Avaliador dos Escravos desta corte que se lhe faz preciso correr folha p^{os} Escrivains que costumão responder as mesmas. Facão o Sup^{te}.

P. a V.As Seja Servido mandar paçar Alvara de folha Corrida.⁴⁷

O D^r Ant^o Corr^a Picanço, Fidalgo, Proffesso na Ordem de Christo, Dez^{or} da Caza da Supp^{am} e nella

⁴⁶ AGCRJ. 6-1-12, f. 44.

⁴⁷ AGCRJ. 6-1-12, f. 2.

Correg^{or} da Côrte, e Caza, & *Mando aos
Escrivaens criminaes, q' nesta dicta Côrte
custumão responder as folhas dos culpados,
respondão a do Supp^e com culpa ou sem-Na.*

*Rio 10 de Dezbr^o de 1821.*⁴⁸

A resposta ao D' Antonio Correa Picanço não tardou,
de modo geral não demorava mais que uma semana:

Rio 15 de dezembro de 1821

Manoel Xavier de Barroz guarda Menor do
Tribunal da Caza da Supp. desta Corte &
Certifico que esta folha vai respondida por
todos os escrivães criminaes que nesta dita
corte costumão a responder em fé do que
passey a presente e assigney.

Rio, 15 de Dezembro de 1821

Manoel Xavier de Barroz⁴⁹

Como o desenrolar destes processos nem sempre se
davam com tranqüilidade, era prudente fazer procuração a
algum Senador a fim de garantir os fins desejados. Apenas
duas vagas não eram suficientes para a satisfação do desejo
daquela gama de pretendentes, de forma que agravos e
acordos diversos faziam parte da rotina destes processos. Era
prudente cercar-se de precauções. Muitos candidatos, então,

⁴⁸ AGCRJ. 6-1-12, f. 2v.

⁴⁹ AGCRJ. 6-1-12, f. 3.

concediam plenos poderes à Senadores que deveriam, com a devida procuração lavrada em cartório fazer valer os direitos do Suplicante, como fez Pereira do Amaral.

Aos seis de Fevereiro de mil oito centos e Oito annos, nesta Cidade do Rio de Janeiro, em O meu escritório o _____ [sic] Joaquim José da Rocha digo do Amaral e por elle me foi dito que para esta cauza de agravo faria seus procuradores aos Senadores Jose de Oliveira Fagundes e Barilis [sic] Ferreira Duarte e aos solicitadores Maximiliano Alves de Araújo, e Antonio de Pires e Silva, aos quais todos juntos, e a cada hum (...) dava todos os poderes que em Dir^{to} sejam concedidos de opitarem, agravarem, embargarem e jurarem em Sua alma todo e qual quer licito juram^{to} e de calunia, e que So para Sy rezervava toda _____ [sis] citação; e para Constar fiz este termo em que Me assinou em Antonio Martins Pinto de Britto. Escrivão.

237

Joaq^m Joze Per^a do Am^{al} ⁵⁰

Uma vez admitido no officio, o candidato recebia provisão para exercício de um ano da função, devendo jurar diante do presidente do Senado bem servir ao emprego que

⁵⁰ AGCRJ,. 6-1-11, f. 6.

recebia em nome de sua Majestade Imperial, para o bem público, atuando conforme as posturas do poder local, conforme podemos conferir no exemplo descrito:

O Senado da Câmara desta Corte do Brazil &. Fazemos saber aos que a presente Provizão virem que Joaquim Jozé Pereira do Amaral nos requereu Provimto para continuar a servir o emprego de Avaliador de Escravos nesta Corte e Constando-nos que bem tem servido: em attenção ao referido. Achamos por bem prover (como por esta fazemos) ao dito Joaquim Jozé Pereira do Amaral no emprego de Avaliador de Escravos desta Corte por tempo do futuro anno de 1823. Se tanto nos parecer conservallo, ou S. Magestade Imperial não Mandar-o contrário: e com a dita serventia ficará sugeito a alteração que houver, e haverá os seus endumentos [sic] na forma do seu Regimento. E por firmeza de tudo jurará perante o Dezembargor Juiz Presidente de que se fará termo nesta que vai por nós assignada e com o sello do Senado. Dada em Vereação de 13 de Novembro de 1822. Sem.

Joze Martins Rocha, Subscrevi.

Jose Paulo Sigueira Nabuco Araújo

João Suares de Bulhoens

Domos Vma Gel do Amaral

Jozé Anto dos Santos Xavier

Provizão pela qual V.S. há por bem prover a Joaquim José Pereira do Amaral no emprego de Avaliador de Escravos desta Corte por hum anno na forma acima.

Para V.S. ver ⁵¹

Jurou perante o Dezembargador Juiz Presidente do Senado de servir bem o Emprego de Avaliador na forma da Provizão retro, guardando em tudo o serviço de Sua Magestade Imperial, bens públicos e as Posturas do Senado. Rio aos 13 de Novembro de 1822. Eu José Martins Rocha a escrevo. ⁵²

239

Vale a nota na qual havia certa insegurança no exercício do officio, pelo menos no que tange à officialidade. Embora não existam relatos de alguém que tenha sido desprovido da função, por não atender ao exigido, era um direito de sua Majestade poder retirar o concedido. No mais, restava ao recém Avaliador, após provisão, receber licença para exercer o officio junto à praça.

18 de Dez^{bro} de 1824.

Diz Joze Antonio de Abreu Guimaraens, que para bem de sua justiça se lhe faz preciso que

⁵¹ AGCRJ. 6-1-12, f. 5

⁵² AGCRJ. 6-1-12, f. 5v.

o Escrivão do m^{mo} Senado lhe passe p^r Certidão. Seo Sup^{te} jurou o projecto da Constituição deste Império.

Pa V.V. SS. se dignem mandar-lhe passar a ditta Certidão na forma requerida.⁵³

Estes eram, contudo, os passos previstos pela burocracia em sua legalidade operacional. Na prática as coisas não eram tão simples ou mesmo tranqüilas. Uma rede relacional privilegiava poucos homens bem localizados no campo social, portadores de uma série de capitais que se valendo do poder que exerciam junto à Câmara Municipal beneficiavam-se mutuamente com um sistema de apadrinhamento e troca de favores que dificultava o provimento de muitos pretendentes ao ofício. Os indivíduos pertencentes ao “mundo da desordem”, brancos pobres, índios assimilados, mestiços, ciganos... viviam sem direitos pessoais ou sociais, estando marginalizados econômica e politicamente.

CONCLUSÃO

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro utilizando o escravo em todos os setores da sociedade e estabelecendo uma ordem baseada na posse do trabalhador cativo, estigmatizava aquele que não o possuísse. A incorporação do

⁵³ AGCRJ. 6-1-12, f. 16.

escravo ao mercado de trabalho marginalizava os homens livres pobres, imbricados num processo de hierarquização que excluía aqueles que não pudessem adquirir um trabalhador cativo posicionando-os fora a ordem estabelecida. Indivíduos de segunda estirpe representavam a desordem e não havia lugar para eles, conforme a representação social estruturada. No entanto, também estes, os excluídos, contribuíam para a reiteração do regime de verdade, pois, desejavam possuir escravos como todos os outros. Neste sentido, a escravidão gerou muito mais que divisas, promoveu, em torno de si, um processo de estratificação social baseada na ociosidade, que acentuava ainda mais, a marcante dependência da mão-de-obra cativa.

241

O ofício de Avaliador de escravos estava inserido numa lógica que visava ordenar as diversas negociações e relações que versavam sobre a mão-de-obra cativa. Assim, a efetivação do ofício de Avaliador, objetivava precisar o valor dos escravos sob a guarda do Estado, que os leiloava e revertia esta importância em benefício próprio. Desta forma, a existência desta função tinha por fim último gerar divisas aos cofres públicos, promover a manutenção do mundo da ordem e garantir a legitimidade do ideário escravocrata, do processo de hierarquização baseado na posse do trabalhador cativo e o *status quo* da elite detentora de bens e “almas”.

Todos, sem exceção, eram também negociantes de escravos, logo, mediar para o Estado o reingresso do

trabalhador cativo aos particulares poderia trazer alguns benefícios pessoais. Contatos e possíveis favorecimentos não contabilizáveis deviam fazer parte deste mundo, ainda não completamente acessível. Se pensarmos que o setor escravista esteve, na primeira metade do século XIX, entre as atividades mais rentáveis da praça carioca parece improvável que estes homens buscassem apenas um porcentual por seus conhecimentos e serviços sobre a escravaria. O simbolismo em torno da função poderia ser um fator de estímulo que, posteriormente, facultaria acesso a outros capitais, também econômico, numa sociedade de relações pessoais.

242

Licenciado para atuar em conformidade com a legalidade, em benefício do próprio Estado sobre a escravaria, o Avaliador, como agente nomeado, passava a gozar de um conjunto de relações sociais, junto ao Senado a quem jurava bem servir em nome de sua Majestade para a satisfação pública. Mais que idoneidade, era preciso uma boa dose de capital social. Vimos o quanto uma indicação era importante para a permanência na função. Mais que isso, era preciso reciprocidade com quem detinha o poder político num duplo beneficiamento. De certo, o Avaliador de escravos fazia mais que apreçar, ele localizava socialmente o escravo a partir de uma série de predicções conforme o regime de verdade estabelecido e segundo o qual, o hierarquizava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos Consultados

Biblioteca Nacional (BN)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

Arquivo Nacional (AN)

Arquivo Histórico da Cidade de Florianópolis (AHCF)

243

Obras de Referência

EDGARDO, Castro. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. **Dicionário da escravidão.** Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro; Bertrand, Brasil, 2004.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A política exterior do império**. Vol. III – da Regência à Queda de Rosas. Brasília: Senado Federal, 1998.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro. Sem Data.

FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em Costas Negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1839)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998. p.305.

_____.; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano.** In: *Interpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. 3. v.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 11. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINTO, Luciano Rocha. **O Avaliador de escravos: política e negócio na Câmara Municipal carioca (1808-1831).** Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **O Avaliador de Escravos e o Mercado de Almas da Praça Carioca (1808-1831).** Rio de Janeiro: LRP Editor, 2005.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª edição. 7ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 289.

SCHUARTZ, Stuart B. **O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As grandes lavouras e as periferias**. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América latina: América Latina colonial. Volume II*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiana no Brasil na época de D. Maria I e D João VI**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

246

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Editora Hucitec. 1988.

A exposição de crianças em Mariana: o papel da Câmara Municipal (1748-1822)¹

Nicole de Oliveira Alves Damasceno

Resumo: Este artigo discute a exposição de crianças em Mariana, Minas Gerais, entre 1748 e 1822. Através da consulta dos Livros de Receita e Despesa da Câmara referentes a esse período, localizados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, busca-se avaliar como e em que medida o Conselho Municipal investiu recursos na criação de crianças abandonadas.

Palavras-Chave: Mariana. Exposto. Câmara municipal

Children-exposure in Mariana: the role of the Municipal Council (1748-1822)

Abstract: *This paper discusses the exposure of children in Mariana, Minas Gerais, since 1748 to 1822. Throughout the consultation of the Livros de Receita e Despesa da Câmara concerning this period, located on the Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, one seeks to evaluate how and*

¹ Este artigo é parte da monografia de final de curso intitulada **A criação de expostos em Mariana (1748-1822)** e apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

in wich extent the Municipal Council invested its incomes in the raising of abandoned children.

Keywords: Mariana. Foundling. Municipal council.

João foi batizado no dia 23 de maio de 1796 na cidade de Mariana sob a condição de exposto. Do seu registro de batismo² constava que ele havia sido encontrado pelo capitão-mor João Antônio dos Santos e que seus padrinhos eram Josefa Maria e o capitão Agostinho Pereira Braga. Em 1801, quando foi feito o inventário de João Antônio, seu testamento reconhecia que “por fraqueza humana, sendo ainda solteiro, tive dois filhos chamados João e Maria de uma [moça] solteira por nome Josefa Maria”.³

Clara foi exposta na Casa da Câmara de Mariana no dia 20 de maio de 1753. Três dias depois, foi registrada no Livro de Matrícula de Expostos da Câmara, ficando estabelecido que Luiza Rodrigues de Couto, preta forra, ficaria responsável por sua criação recebendo do Senado em troca 3 oitavas de ouro por mês.⁴ No dia 30 de maio do mesmo ano, Clara foi batizada e teve como padrinhos Manoel da Costa Coelho e a mesma Luiza Rodrigues do Couto⁵.

² Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Registros de Batismo, Prateleira “O” número 7.

³ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). Inventário, 65 / 1405, 1º ofício.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **As Câmaras, a exposição de crianças e a discriminação racial.** In: _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 75.

⁵ AEAM. Registros de Batismo, Prateleira “O” número 10.

Ainda em 1753, Luiza recebeu o equivalente a 10\$687 por três meses de criação, mas no dia 22 de agosto do mesmo ano a enjeitada veio a falecer, cessando os pagamentos da Câmara.⁶

Os exemplos citados acima retratam práticas que foram comuns no Ocidente desde a Antiguidade. O primeiro refere um caso de falso abandono de uma criança ilegítima. João, que foi registrado como exposto em seu batismo, teve como madrinha sua mãe, Josefa Maria; o pai, o capitão-mor João Antônio dos Santos, por sua vez, foi registrado como a pessoa que o havia encontrado. Casos de falsos expostos parecem não ter sido incomuns, assim como casos em que as crianças eram realmente abandonadas, fosse por ilegitimidade ou por impossibilidade dos pais de criarem seus filhos. Esse é o caso de Clara, da qual não se conhece a filiação e que teve o mesmo destino da maioria das crianças da época, o falecimento precoce. Assim como o abandono, o acolhimento dessas crianças também era prática cotidiana. Muitas famílias, cada uma por seus motivos, optaram por ajudar na criação de expostos.

O presente artigo procura discutir a prática do abandono de crianças em Mariana entre 1748 e 1822. A cidade de Mariana foi escolhida como recorte espacial para a pesquisa por ter apresentado importante dinâmica econômica

⁶ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Registro de Receita e Despesa, código 176.

e por ter sido um decisivo centro administrativo, responsável pelo subsídio da criação dos expostos. Mariana participou do fluxo migratório no início do século XVIII devido à descoberta do ouro e, apesar de sofrer em seus primeiros anos a predominância da atividade mineratória, desenvolveu também outros tipos de unidades produtivas ligadas à agricultura e à pecuária.⁷ Além disso, foi sede de Bispado a partir de 1748.

Este ano marcou a chegada de dom Frei Manoel da Cruz, o primeiro bispo de Mariana, o que implicou, conseqüentemente, uma tentativa por parte da Igreja de exercer maior controle sobre o comportamento da população e de ampliar a assistência aos mais necessitados, como viúvas e órfãos.

1822, por seu turno, remete à proclamação da Independência do Brasil. Apesar das leis referentes aos expostos terem permanecido semelhantes às das *Ordenações Filipinas*, ocorreram desde então mudanças políticas na Câmara de Mariana, principalmente após a lei de 1º de outubro de 1828. Essa lei foi responsável pelo esvaziamento do poder político camarário, que conservou apenas algumas funções administrativas.⁸

⁷ Para saber mais ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações das unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 - 1850**. Niterói: UFF, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

⁸ Para saber mais ver: ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A reforma do império e a câmara da leal cidade de Mariana**. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.).

FONTES E METODOLOGIA

Como foi dito, o objetivo deste artigo é analisar o papel da Câmara Municipal de Mariana na assistência aos expostos no período 1748-1822. Para isso, utilizamos fundamentalmente 18 códices dos Registros de Receita e Despesa da Câmara. Através deles temos a informação dos arrecadamentos e gastos da Câmara divididos por ano. Para a nossa pesquisa o importante são as informações referentes aos gastos com a criação dos expostos. Os Registros trazem o nome da pessoa que está recebendo pela criação, a quantia recebida e o nome do exposto.

Para trabalhar com a fonte utilizamos a análise quantitativa. A história serial quantitativa, que a princípio era utilizada apenas na história econômica, tem como objetivo a “reconstrução de uma série (...) da maior confiabilidade, continuidade e homogeneidade possíveis”⁹, ou seja, para se fazer uma história serial é necessário uma abundância de fontes que apresentem continuidade e que sejam da mesma natureza. Os Registros de Receita e Despesa utilizados na pesquisa em questão possuem esses requisitos e permitem que sejam efetuadas algumas quantificações. Através deles formulamos gráficos que demonstram qual porcentagem a

251

Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da câmara municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. p. 152 - 167.

⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História.** Tradução de João Maia. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p.281.

Câmara de Mariana gastava por mês com o pagamento pela criação dos expostos, assim como qual era o número de crianças e de criadores que estavam recebendo o auxílio desta instituição. Optamos por fazer essa análise através de amostragem. Para isso descartamos os dados de 1748, por não apresentarem nenhum registro com o gasto de expostos, assim como os de 1820, que, não trazendo nenhuma especificação, impede a identificação dos gastos da Câmara. A amostragem abrange, portanto, os anos de 1749 a 1819. Os anos de 1821 e 1822, serão abordados no gráfico já feito por Cíntia Ferreira de Araújo em sua dissertação¹⁰, que abrange o período entre 1800 e 1850.

TERMO DE MARIANA

De acordo com a versão histórica oficialmente aceita, foi no dia 16 de julho de 1696 que os bandeirantes paulistas Miguel Garcia e o Coronel Salvador Fernandes Furtado descobriram um rio riquíssimo em ouro, que batizaram de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Ali, o capelão da Bandeira, o Padre Francisco Gonçalves Lopes, consagrou a capela que foi construída em homenagem à Virgem.¹¹ A

¹⁰ ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)**. Franca: UNESP, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.

¹¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. **O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações**. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 27-66.

notícia do descobrimento logo se espalhou, atraindo para a região diversas pessoas interessadas na extração do ouro. Porém, ainda no princípio da ocupação, a região foi abandonada duas vezes – em 1697-1698 e 1701-1702 – pois ainda não havia um abastecimento capaz de prover alimentação para seus povoadores.

Em 1703, o descobridor Antônio Pereira comprou as datas minerais de dois homens, Francisco Fernandes e Manuel da Cunha, que haviam ficado na região depois do segundo período de fome que havia assolado a região. Um de seus objetivos era encontrar ouro onde seus antecessores ainda não haviam achado, estabelecendo-se assim em outra região, denominada Arraial de Baixo em contraposição ao Arraial de Cima ou Mata Cavalos, local ocupado pelos primeiros desbravadores.¹²

Mesmo ocasionando o despovoamento no início da ocupação, essa crise gerada em decorrência da fome promoveu o desbravamento do território, possibilitando novos povoados e permitindo o desenvolvimento das primeiras atividades agrícolas na região.¹³ Portanto, depois de 1703, o Arraial de Nossa Senhora do Carmo voltou a ser repovoado e já em 1711 contava com uma população numerosa, o que permitiu que fosse elevado a condição de vila, assim como ocorreu com Vila Rica e Sabará.

¹² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 30.

¹³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p.44-45, *passim*.

A criação dessas vilas por Dom Antônio de Albuquerque foi decorrência da Guerra dos Emboabas (1707 – 1709) e do conseqüente intuito de estabelecer um maior controle na região mineradora. Ao se tornar uma vila, a região deveria estabelecer o seu termo e seu rossió, ou seja, a área que abrangeria o município e o terreno público a ser administrado pela Câmara, além de criar uma casa de Câmara e Cadeia, construir um pelourinho e conservar a igreja matriz.¹⁴

Na Vila de Nossa Senhora do Carmo, a primeira Câmara foi sediada na casa de um dos mais antigos moradores, Pedro Frazão, que possuía residência na Rua Direita do atual Rosário Velho.¹⁵ O atual prédio onde está estabelecida a Câmara Municipal de Mariana só foi construído na segunda metade do século XVIII. Apenas em 1748 foi decidido que este prédio seria construído no local ocupado pelos antigos quartéis dos Dragões; em 1762 José Pereira dos Santos fez o risco do projeto e em 1782 José Pereira Arouca arrematou toda a obra.¹⁶ Somente em 1798 a Câmara

¹⁴ PIRES, Maria do Carmo. **Câmara municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções.** In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). *Casas de vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana.* Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. p.45.

¹⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 33-34.

¹⁶ Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, não se pode afirmar que José Pereira Arouca foi responsável pela construção completa da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, já que o mesmo faleceu em 1795 e sabe-se que em 1802 a obra ainda não estava totalmente pronta.

se instalou neste prédio.¹⁷ Para a matriz da Vila Nossa Senhora do Carmo, foi escolhida a Capela da Conceição, que entre os anos de 1712 e 1718 foi ampliada.¹⁸

Em 1720 foi construída pela Irmandade da Misericórdia a Capela de Santana, e em 1736 a Casa de Misericórdia, cujo hospital existiu até meados do século XVIII. Através da petição dirigida ao rei, que justifica o seu estabelecimento, percebemos os seus objetivos:

(...) recomendável, indispensável a essa populosa cidade, falta de estabelecimentos públicos e de caridade para empregar os socorros à classe indigente e miserável, de que abunda; e que diariamente se aumenta com a notícia da generosa liberalidade do virtuoso prelado, que nem pode socorrer suficientemente a todas as necessidades (...)¹⁹

255

Porém, não sabemos se a Santa Casa de Misericórdia ofereceu alguma assistência aos expostos na Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Em 1721 houve a criação da Capitania de Minas Gerais, com sede em Vila Rica, e em 1745 a Vila de Nossa Senhora do Carmo foi escolhida para ser sede do Bispado.

¹⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno. **A casa de câmara e cadeia de Mariana: algumas considerações.** In: *Termo de Mariana: história e documentação.* Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 182-183.

¹⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 35.

¹⁹ VASCONCELOS, Salomão de. **Mariana e seus templos.** Belo Horizonte: 1938. *Apud*, FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 38-39.

No mesmo ano, a sobredita Vila do Carmo foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Mariana, em homenagem a Dona Maria Anna D'Áustria, esposa de Dom João V.

Em 1750 foi criado a Seminário da Nossa Senhora da Boa Morte, reforçando o caráter de centro religioso de Mariana e conferindo a esta um importante papel de centro educacional. Como afirma Carla Almeida, “nesta primeira década do século XVIII a Vila do Ribeirão do Carmo prosperou e constituiu-se em um importante centro religioso, educacional e administrativo.”²⁰

Ainda no século XVIII, Mariana apresentou uma diversidade econômica. Apesar de a exploração aurífera ter sido uma atividade importante neste século, ela não foi a única a ser estabelecida na cidade. Carla Almeida destaca a importância de outras unidades produtivas que foram concomitantes à atividade mineratória desde o princípio da ocupação da região. Segundo a autora,

O que se percebe é que Mariana nesse período é um município com amplas possibilidades de expansão por ter uma enorme fronteira aberta; e que, a partir sobretudo da década de 1780, presenciaria um grande e rápido alargamento do seu território.²¹

²⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 47.

²¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 206.

Esse alargamento do território se deu principalmente com o declínio da atividade mineratória na medida em que os habitantes procuravam outras regiões onde seria possível a extração do ouro. Todavia, as novas áreas que foram sendo povoadas, assim como as áreas em que a população já havia se estabelecido, presenciaram não apenas o desenvolvimento da mineração como atividade econômica, mas também da agricultura e da pecuária. Ou seja, a extração aurífera não excluiu a possibilidade de desenvolvimento de outras unidades produtivas, ao contrário, exigiu o desenvolvimento das mesmas, ocasionando uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária. Como afirma Francisco Eduardo de Andrade,

É surpreendente, mas, na segunda metade do Dezoito, vamos encontrar, na região de Mariana, uma economia tão diversificada que as unidades produtivas especializadas nas atividades mineratórias vão ser largamente suplantadas pelos estabelecimentos agrícolas e de agropecuária. As unidades ditas de mineração não chegam a 10% das unidades produtivas de Mariana, enquanto que as unidades agropecuárias, agrícolas e pecuárias ficam em mais de 40% do total. Notável, ainda, o fato da grande maioria das unidades produtivas

regionais (e daquelas com mineração) contar com atividades agrícolas.²²

258

No século XIX a estrutura econômica de Mariana não apresenta grandes modificações. Mesmo com o declínio da mineração, que começou a ocorrer em meados do século XVIII, essa atividade não desapareceu completamente no século seguinte. Já a agricultura e a pecuária se intensificaram. O que percebemos é que “as mudanças ocorridas se deveram mais aos ajustes necessários para a adaptação da economia às circunstâncias cambiantes do que propriamente, a uma mudança estrutural no sistema econômico existente.”²³

ABANDONO E ACOLHIMENTO

O abandono de crianças não é uma prática atual nem restrita ao Brasil. No Ocidente esse fenômeno faz parte do cotidiano desde a Antiguidade, adquirindo proporções ainda maiores durante os séculos XVIII e XIX.²⁴ Assim como a prática do abandono, o acolhimento de crianças alheias

²² ANDRADE, Francisco Eduardo de Andrade. **Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX.** In: *Terço de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 121.

²³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 207.

²⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 23.

também foi comum. Muitas pessoas aceitaram no seu ambiente familiar filhos de vizinhos, parentes, amigos, fosse para compensar a falta de condição financeira dos pais, ou para que as crianças se tornassem aprendizes em algum ofício. Dentre essas estavam também as crianças que tinham sido abandonadas por seus pais.

Podemos destacar vários motivos que levaram os pais a exporem seus filhos: pobreza, doença ou morte do pai ou da mãe, doença da criança, dificuldade de se criar gêmeos, ilegitimidade, pais querendo se aproveitar da assistência garantida por lei aos enjeitados. Porém, a historiografia sobre o tema não sabe informar qual foi a principal motivação dos pais que abandonaram seus filhos. De acordo com Renato Pinto Venâncio²⁵, o que se pode afirmar é que o abandono não significava um ato de desamor por parte da mãe. O autor retrata casos de expostos que foram encontrados com bilhetes que traziam informações sobre a apreensão da mãe com a criança, principalmente com a sua vida espiritual. Estes bilhetes geralmente retratavam se a criança tinha sido ou não batizada e qual era seu nome. O exposto que ainda não havia recebido o sacramento do batismo deveria recebê-lo sob a responsabilidade da Câmara ou da pessoa que se dispunha a criá-lo.²⁶

²⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX.** Campinas, SP: Papyrus, 1999. p. 17-37, passim.

²⁶ O ritual do batismo, que se tornou obrigatório após o Concílio de Trento (1545 – 1563), era regulamentado na América Portuguesa através das

Vários também são os motivos que levariam uma pessoa a acolher um exposto. Os estudos indicam que isso poderia ocorrer devido ao dinheiro pago pelas instituições responsáveis pela assistência aos enjeitados, ao pagamento de promessas, para que estas crianças servissem de mão-de-obra e até mesmo devido a benefícios que a legislação garantia a estas famílias acolhedoras.²⁷

No entanto, independentemente das motivações que levaram uma família a optar pela criação de um filho alheio, não podemos desconsiderar que a relação entre os acolhedores e os expostos poderia transcender os interesses financeiros e se tornar uma relação de afeições. Alessandra Moreno demonstra isso ao relatar o caso de José Joaquim, exposto na casa de Dona Manoela Angélica de Castro no ano de 1765, na cidade de São Paulo. Dona Manoela, em testamento, nomeou-o como “filho adotivo”, além de tê-lo intitulado seu herdeiro universal dos bens no caso de seu

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Ela definia que a criança deveria ser batizada na paróquia aonde nascia e que o registro do batismo deveria constar o nome dos pais e dos padrinhos. No caso de expostos, deveriam informar quem havia encontrado a criança. Cf.: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. tit. XII , § 41, tit. XV § 60.

²⁷ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **O destino dos expostos: trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800 a 1830**. Mariana: UFOP, 2002. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2002. p.37.

esposo, o capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso, falecer antes que ela.²⁸

Moreno também retrata outros casos nos quais crianças abandonadas perdiam a condição de expostos, mudando as suas nomeações nas Listas de Habitantes. Segundo a autora, essas mudanças podem ser justificadas por dois motivos. O primeiro seriam os diferentes critérios adotados por cada recenseador; o segundo, a mudança das relações das crianças com os acolhedores, fazendo com que a cada censo assumissem um papel diferente.²⁹

ORDENAÇÕES E LEIS SOBRE O ABANDONO

261

A preocupação com as crianças abandonadas refletiu-se na legislação. Grande parte dos países europeus possuía leis que estabeleciam os procedimentos a serem adotados quando uma criança era abandonada. Dentre esses países podemos destacar Portugal, que teve nas *Ordenações Manuelinas* a sua primeira ordenação destinada a enjeitados. As *Ordenações* procuravam estabelecer quem seria o

²⁸ MORENO, Alessandra Zorzeto. **Vivendo em lares alheios: acolhimento domiciliar, criação e adoção na cidade de São Paulo (1765-1822)**. Campinas: UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007. p.13.

²⁹ Cf. também: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Recuperando sociabilidades no passado**. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh – MG, 2001. p.27 – 43.

responsável pelos gastos da criação das crianças. De acordo com Isabel dos Guimarães Sá,

Embora se mantivesse o princípio de que o pai, casado ou solteiro, devia custear a criação do filho, (...) se o pai não podia pagar, pagava a mãe; no caso de nenhum deles o poder sustentar, os parentes da criança deveriam fazê-lo. No caso de não ser possível qualquer uma destas três hipóteses, a comunidade mandava a criança para os hospitais ou *albergarias* que se encarregavam da assistência aos pobres, que pagariam o sustento das crianças através dos seus fundos. Finalmente, na inexistência desses hospitais, as crianças deveriam ser criadas através de fundos dos concelhos; se estes os não tivessem, um imposto especial – a finta dos expostos – podia ser cobrado aos habitantes³⁰. [grifo da autora]

Ao analisarmos as *Ordenações Filipinas* percebemos que, em relação aos expostos, não houve muitas modificações frente ao estabelecido pelas *Manuelinas*. Segundo a nova legislação, quando não houvesse na localidade “(...) Hospitais e Albergarias, se criarão [os expostos] à custa das rendas do Concelho”.³¹ As *Ordenações*

³⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. *Op.cit.*, p. 89.

³¹ *Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal*: recopiladas por mandato d'el-Rei D. Felipe I. Ed. Fac-similar da 14. ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de

Filipinas também recomendavam o bom tratamento aos enjeitados, exigiam que todas as crianças fossem socorridas independentemente de sua cor, e que todas fossem livres.

Desde o século XII até o XIX, houve a criação de hospitais de expostos em diversos países da Europa e nas suas respectivas colônias. Em Portugal podemos citar a criação, em 1321, de um hospital em Santarém, e, em 1706, em Viana do Castelo. Já no Brasil, o primeiro hospital criado foi em 1708, na Bahia, e depois no Rio de Janeiro em 1738.³² Como afirmam as *Ordenações Filipinas*, nos locais onde não havia hospitais, a assistência aos expostos era responsabilidade dos concelhos, que deveriam custear a criação dos enjeitados encontrando pessoas capacitadas a fazê-lo. A assistência prevista por lei aos expostos deveria ocorrer até o mesmo completar sete anos; depois eles se tornavam responsabilidade do juiz de órfãos, que deveriam integrá-los na comunidade. Em Mariana, no entanto, não podemos afirmar que o Juizado de Órfãos assumiu essa função, pois não encontramos nenhum caso em que a criança, depois dos sete anos, ficasse sob sua responsabilidade.

Outra preocupação que se tinha com as crianças era o batismo. O índice de mortalidade infantil era muito alto e o

Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v.38 – A – (Edições do Senado Federal), Livro 1, tit.LXXXVIII, 67 § 9. p.211.

³² SÁ, Isabel dos Guimarães. *Op.cit.*, p. 67-71.

receio de que uma criança viesse a falecer sem sacramento preocupava as sociedades católicas. Como foi dito anteriormente, há registros de mães que deixaram bilhetes

pais por algum motivo não podiam contrair matrimônio; a legislação nesse caso se tornava mais complexa, tornando bem mais difícil para as crianças conseguirem haver alguma herança dos pais.

As crianças órfãs eram aquelas que não possuíam pai ou mãe, sua herança devendo ser zelada por um tutor até que os mesmos completassem a maioridade aos vinte e cinco anos. Os expostos eram aqueles de filiação desconhecida, e a legislação voltada para eles demonstrava maior preocupação com sua criação do que com a preservação de heranças – ao contrário, portanto, dos outros grupos de crianças analisados acima.

265

O ABANDONO EM MARIANA

O abandono de crianças em Minas Gerais também fez parte do cotidiano da sociedade mineira. Na Cidade de Mariana, a assistência aos expostos era responsabilidade da Câmara Municipal. A seguir discutiremos como funcionou esta assistência no caso específico de Mariana.

Nas Minas Gerais do período colonial, o poder municipal era exercido pelo Senado da Câmara, composto por juizes, vereadores e um procurador. Os camaristas eram eleitos pelos “homens bons” da localidade e dentre suas funções estavam as administrativas, políticas, jurídicas e fiscais. Eles deveriam cuidar

da aplicação e do cumprimento das leis gerais e das posturas municipais, do abastecimento de gêneros alimentícios, da higiene e saúde local, das obras e construções de necessidade e uso da população, da assistência social, da fiscalização e taxação de serviços e mercadorias, da ordem e da segurança da população local.³⁵

A Câmara Municipal de Mariana, fundada em 1711, era presidida por um juiz de fora – cargo estabelecido no dia 24 de março de 1730 – três vereadores e um procurador. Também possuía como funcionários um escrivão e um tesoureiro. Este último, também eleito, poderia ainda ser um dos vereadores ou o procurador.³⁶ As câmaras municipais na época colonial possuíam grande autonomia administrativa, porém, durante as últimas décadas do século XVIII e no início do XIX, as câmaras começam a perder o seu poder político. Segundo Francisco Eduardo de Andrade,

O constitucionalismo e o sistema representativo, com o estabelecimento do poder provincial, estarão na base da construção da nova ordem estatal após a Independência, em 1822, e vão retirar das câmaras a autonomia e a legitimidade da

³⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Poder local e herança colonial em Mariana: faces da revolta do ano da fumaça.** In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 127.

³⁶ PIRES, Maria do Carmo. *Op.cit.*, p. 47.

representação e da expressão dos interesses locais.³⁷

Com isso, após a Independência de 1822, a Câmara tendeu a tornar-se um órgão essencialmente legislativo.

A Câmara Municipal deveria ser informada quando uma criança abandonada era encontrada, registrando-a no Livro de Matrícula de Expostos, onde deveria constar também o nome da pessoa que desejasse criar esta criança mediante um pagamento³⁸. Laura de Mello e Souza, através da análise do Livro de Matrícula de Expostos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), constatou que até 1759 o valor pago por mês para criar um exposto era de três oitavas. Após 1760, esse valor caiu para duas oitavas. A autora também retratou que, normalmente, a Câmara pagava essas mesadas até as crianças completarem sete anos; porém, nas décadas de 1750 e 1760, era comum os pagamentos cessarem quando os expostos completavam três anos.³⁹

De acordo com a autora, o decréscimo nos pagamentos e a restrição do período de assistência nas décadas de 50 e 60 acusam maior dificuldade econômica, que pode ser

³⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op.cit.*, p. 128.

³⁸ Havia na cidade de Mariana a Santa Casa, porém ainda não há nenhum trabalho que discorra sobre a sua relação com os expostos. No entanto, não podemos afirmar que a Câmara Municipal de Mariana tinha exclusividade no trato dessas crianças.

³⁹ SOUZA, Laura de Mello e. **Mecanismos da exposição de crianças em Mariana, 1750 – 1795**. In: _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 47 - 62.

justificada pela instabilidade causada pela crise mineratória. O decréscimo aurífero, apesar de não ter inviabilizado a vida na Capitania de Minas, teve um papel desestruturador e incentivou a expansão de outras atividades econômicas que vinham se desenvolvendo desde o início do XVIII. A autora também aponta esse como um dos motivos para o aumento da exposição de crianças no final do século XVIII, além de considerar o crescimento populacional da Capitania a partir de 1770 e uma maior expectativa da população acerca da participação das Câmaras Municipais na assistência dos expostos.

No entanto, nem sempre a Câmara Municipal de Mariana cumpria com suas responsabilidades. Podemos citar inúmeros registros de petições encontradas no AHCMM, nas quais diversos criadores reclamam à Câmara o pagamento pela criação das crianças. Chama à atenção a recusa da Câmara em custear três crianças, em 1753, por serem mulatas, apesar de a lei exigir que qualquer criança fosse assistida independentemente de sua cor. Esses três casos são retratados por Laura de Mello e Souza⁴⁰, que analisou os Livros de Matrícula de Expostos no AHCMM. O nome das pessoas citadas pela autora consta também de outra documentação do AHCMM, o Livro de Receitas e Despesas.⁴¹ Em dois casos os criadores chegaram a receber 10\$687 por

⁴⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Op.cit.*

⁴¹ AHCMM. Receitas e Despesas, código 176.

três meses de criação, mas, após descobrirem que a criança era mulata, tiveram de devolver o dinheiro à Câmara. Ambas as crianças morreram antes de completarem um ano de vida. O outro caso citado por Souza envolve a exposta Maria e o seu criador José do Couto Cruz. O que o diferencia dos outros dois é que, apesar da Câmara ter dito que se recusava a pagar a criação da exposta em 1753, José do Couto Cruz, cinco anos depois, recebeu 122\$600 por três anos de criação. Isso também prova que, pelo menos até 1758, Maria não tinha sofrido o mesmo fim trágico que as outras duas crianças citadas acima.

Ao considerarmos a recusa da Câmara em pagar a criação de expostos mulatos em 1753, podemos supor que, ao prestar assistência a crianças abandonadas, a Câmara estava conseqüentemente criando um meio legal para que mulheres brancas com filhos ilegítimos pudessem recorrer a esta instituição em vez de serem simplesmente recriminadas pela sociedade e pela Igreja. Seria incorreto afirmar que todas as famílias brancas possuíam recursos suficientes para criarem seus filhos e que a exposição entre essas famílias seria motivada apenas pela ilegitimidade. Contudo, ao analisarmos o perfil dos enjeitados, vemos que o número de crianças brancas é superior ao das demais, atingindo 66% no ano de 1819.⁴²

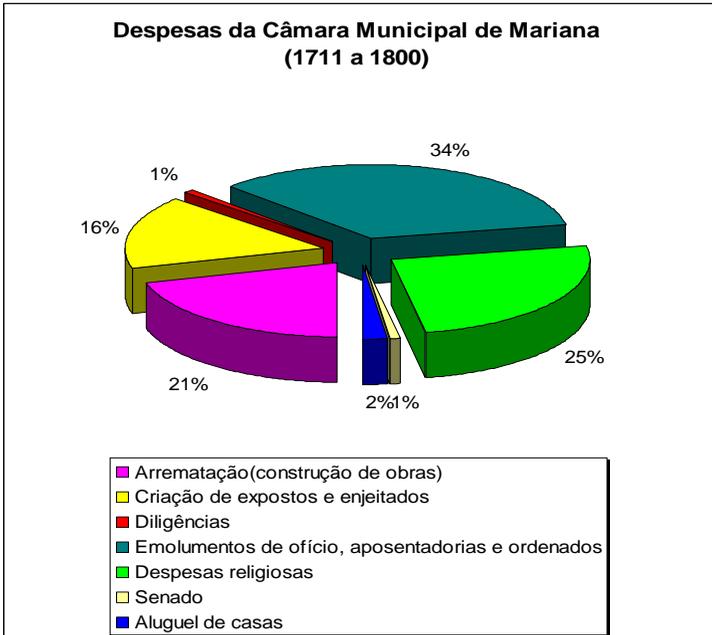
⁴² AHCMM. Lista de Habitantes, código 651.

Para sabermos se a ilegitimidade foi a principal causa do abandono em Mariana durante os séculos XVIII e XIX, teríamos de desenvolver um estudo mais abrangente sobre a sociedade mineira e analisar os perfis das famílias pobres e abastadas, levando em consideração a sua qualidade/cor. Todavia, podemos afirmar que o assistencialismo direcionado aos expostos auxiliava não apenas pais que não possuíam condições financeiras para criarem seus filhos, mas também famílias que, para manterem a honra, preferiam expor crianças fruto de relação ilícita.

270

As despesas da Câmara Municipal de Mariana voltadas ao pagamento da criação dos expostos foi registrada em seus Livros de Receita e Despesa, que atualmente se encontram no AHCMM. Nesses documentos encontramos os diversos tipos de despesas que a Câmara efetuava. Dentre eles estavam a construção de obras, os gastos religiosos, e os emolumentos de ofícios, aposentarias e ordenados – as três maiores fontes de despesas da Câmara no século XVIII.

GRÁFICO 1



Fonte: Brandão, M. C. *Estado e Quadro Fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil*. Monografia de Bacharelado em História. UFOP: 2005. p.44.

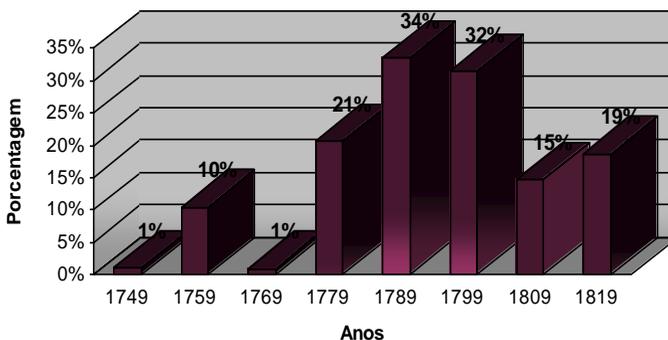
De acordo com o Gráfico 1, percebemos que a quarta maior despesa da Câmara Municipal de Mariana foi o pagamento pela criação dos expostos, atingindo a média de 16% entre os anos de 1711 e 1800. Porém, como podemos analisar no Gráfico 2, essa despesa chegou a ultrapassar 30% nas décadas de 1780 e 1790, época em que houve um grande aumento do número de expostos matriculados na Câmara.

Nos Gráficos 2 e 4 utilizamos os Registros de Receita e Despesa do AHCM. Como foi dito anteriormente, os Gráficos não contemplam o ano de 1748, pois seus registros não apresentam nenhum gasto referente ao pagamento de expostos. Também não abrangem 1820, pois os registros deste ano não apresentam as especificações dos gastos. Porém, no Gráfico 3, retirado da dissertação de mestrado de Cíntia Ferreira Araújo, temos a análise para os anos de 1800 a 1850.

GRÁFICO 2

272

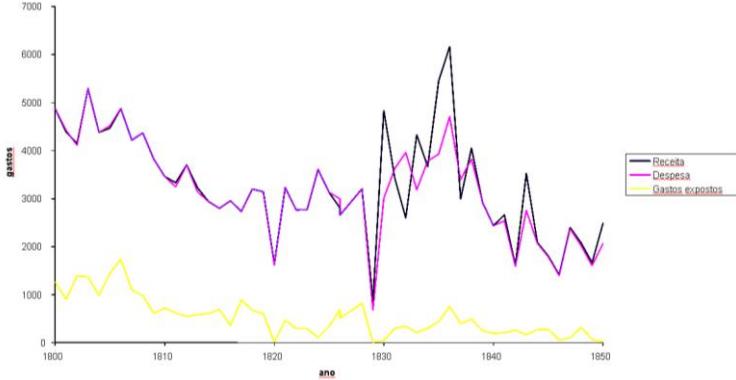
Gastos da Câmara Municipal de Mariana referentes ao pagamento da criação de expostos (1749 - 1819); por ano.



Fonte: AHCM. Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1749-1819.

GRÁFICO 3

Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1800-1850.

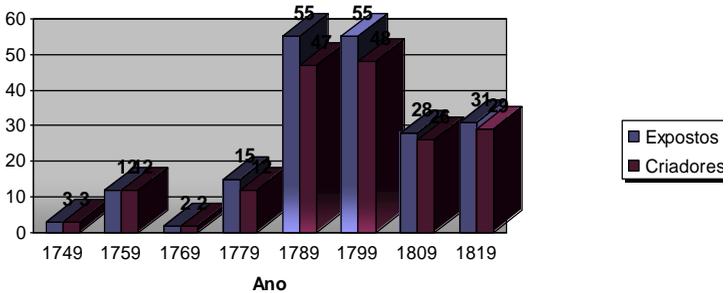


Fonte: ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)**. Franca: UNESP, 2005. Dissertação (Mestrado em História). p. 77.

273

GRÁFICO 4

Número de expostos e criadores registrados na Câmara Municipal de Mariana (1749-1819)

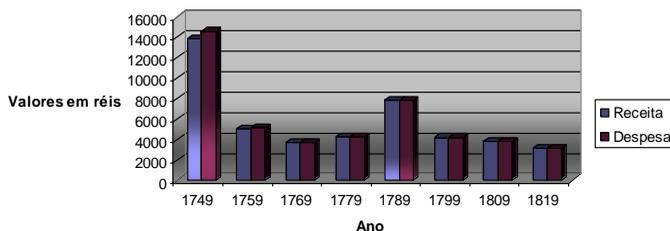


Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1749-1819.

Através do Gráfico 2, percebemos que, após um aumento de 9% do total de gastos com o pagamento pela criação dos expostos no ano de 1759, esse valor foi reduzido, chegando novamente a 1% em 1769. Além da diminuição do número de crianças e dos seus respectivos criadores assistidos no dito ano, como indica o Gráfico 4, podemos associar a esse decréscimo a redução do valor recebido por mês pelos criadores. Como se disse, Laura de Mello e Souza⁴³ demonstra que os criadores que matricularam as crianças na Câmara após 1760 receberiam 2 oitavas por mês, em vez das 3 oitavas que estavam sendo pagas anteriormente. Essa redução pode ser justificada, ainda segundo a autora, pelo período de reestruturação econômica por que a Cidade de Mariana passou durante a crise mineratória.

GRÁFICO 5

Receitas e Despesas da Câmara de Mariana (1749 - 1819); por ano



Fonte: AHCM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1749-1819.

⁴³ SOUZA, Laura de Mello e. *Op.cit.*, p. 47 – 62.

Essa crise pode ser percebida através dos gráficos 3 e 5, que nos mostram uma redução das receitas da Câmara entre 1750 e 1830. Os dados sugerem que a decadência da extração aurífera, apesar de não ter inviabilizado a vida em Mariana, causou empobrecimento da sua sociedade. A crise pode também justificar o aumento do número de expostos matriculados na Câmara a partir da década de 1770. Os dois gráficos acima nos mostram que houve um aumento do gasto com crianças a partir desta década, aumento este que prosseguiu até o final do século XVIII. Logo, devido à crise, a sociedade tornou-se menos capacitada para absorver informalmente as crianças abandonadas, recaindo essa responsabilidade sobre a Câmara. Também podemos relacionar com o aumento da exposição de crianças o aumento populacional. Segundo Carla Almeida⁴⁴, a partir da década de 1760, Mariana assistiu à expansão de seu território em decorrência do declínio da atividade mineratória, aumentando conseqüentemente sua população.

Outra hipótese que podemos relacionar com o aumento nos gastos da Câmara com os expostos é o fato de que para a população abandonar seus filhos tornou-se cada vez mais um ato aceito pela sociedade, apresentando-se como uma prática comum entre seus habitantes. Assim como abandonar os filhos, a prática do acolhimento também se tornou comum. Ao analisarmos o Gráfico 4, percebemos que a partir de 1779

⁴⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 52-53.

o número de expostos em relação aos criadores aumentou, ou seja, alguns criadores optavam por criar mais de uma criança abandonada.

Porém, a partir do século XIX o que observamos é um decréscimo dos gastos camarários. Não sabemos afirmar qual foi a causa dessa diminuição, porém, ao analisarmos o Gráfico 3, percebemos que no início do século XIX ocorreu também um decréscimo nas receitas da Câmara de Mariana. É importante citar que grande parte das petições encontradas no AHCM de pessoas que reclamavam à Câmara pagamentos atrasados pela criação de expostos data desse século. Logo, podemos supor que a diminuição apresentada nos gráficos não representa necessariamente uma diminuição do número de crianças abandonadas, mas sim uma dificuldade por parte dos criadores de receber seus pagamentos da Câmara. Todavia, acreditamos que esse não é o único fator a justificar a diminuição, já que esta também ocorreu em outras localidades onde se praticou a assistência aos expostos.⁴⁵

No entanto, podemos considerar que a assistência prestada aos expostos pela Câmara Municipal de Mariana foi efetiva. Apesar de algumas restrições - como a recusa pelo pagamento de crianças mulatas e negras, a possibilidade de os criadores não receberem seus pagamentos em dia, e até mesmo a redução do pagamento a partir de 1760 --, a

⁴⁵ ARAÚJO, Cíntia Ferreira, 2005. *Op.cit.*, p. 79.

Câmara foi obrigada a destinar parte de seus recursos à criação de expostos. No final do século XVIII, dentre todas as outras despesas, mais de 30% era destinada a esta assistência.

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

- Registros de Receita e Despesa (1748-1822) – códices 73; 75; 121; 124; 141; 151; 176; 201; 202; 277; 333; 373; 382; 384; 649; 660; 701.

- Listas de Habitantes (1819-1822) – códice 651.

277

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

- Registro de Batismo - Prateleira “O” número 7; Prateleira “O” número 10.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandato d’el-Rei D. Felipe I. Ed. Fac-similiar da 14^a ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v.38 – 4 Tomos – (Edições do Senado Federal).

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide.* – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulo Português e Latino*, autorizado os exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e oferecido a El Rey de Portugal D. João V ..., (1712), Rio de Janeiro, UERJ, 2000, (CD-room).

MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*. Ed.2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. (edição fac-similar de 1922).

279

Livros, artigos e teses

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações das unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 – 1850**. Niterói: UFF, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)**. Franca: UNESP, 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.

_____. **O destino dos expostos: Trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800-1830.** Mariana: UFOP, 2002. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2002.

ARIÈS, Philippe. **Historia social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Recuperando sociabilidades no passado.** In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço.* Goiânia: Anpuh – MG, 2001. p.27 – 43.

BRANDÃO, M. C. **Estado e Quadro Fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil.** Mariana: UFOP, 2005. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História.** 3.ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). **Casas de**

vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, jan-jun, p.11-45.

281

FRANCO, Renato Júnio. **Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII.** Dissertação de Mestrado, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **Minas Gerais nos primeiros anos das Regências: elites declinantes e acomodação política.** In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio (Orgs.). *Território, conflito e identidade.* Belo Horizonte: Argvmentvm, Brasília: CAPES, 2007.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade medico-higienista.** In:

Pensando a família no Brasil – da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MORENO, Alessandra Zorzzeto. **Vivendo em lares alheios: acolhimento domiciliar, criação e adoção na cidade de São Paulo (1765-1822).** Campinas: UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

282

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX.** São Paulo: USP, 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Eduardo França. **Testamentos, universo cultural e a salvação das almas nas Minas Gerais dos setecentos.** *Revista do IFAC.* Ouro Preto, (2):84-91, dez. de 1995.

ROSENTAL, Paul-André. **Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microhistória’.** In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SA, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **História da família no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA, L. M. . **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **Desclassificados do ouro – A pobreza mineira do século XVIII.** Rio de Janeiro: Graal, 1990.

283

Termo de Mariana: história e documentação. Mariana: Editora UFOP, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX.** Campinas, SP: Papyrus, 1999.

_____. **Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII.** São Paulo: [s.n],1998.

_____. **Maternidade negada.** In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.

TRANSCRIÇÃO⁴⁶

Arrematação da Lavra da Passagem por Eschwege a 12 de Março de 1819

Rafael de Freitas e Souza

284

“Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos, e dezenove aos doze dias do mês de Março do dicto anno na praça publica, que ás portas das casas de sua residência fazia o Desembargador Provedor Bartholomeo Paulo Alvares da Costa, ali pelo dito Ministro foi determinado ao Porteiro do Auditório José Luiz Marques Moço metesse a pregão de venda, arrematação todos os bens constantes do edital retro copiado avaliados neste Inventário do falecido Chantre Doutor José Botelho Borges para serem Rematados a quem por elles mais der; ao que satisfazendo este, entrou ao pregão em voz alta, clara, e intelligivel que quem nos dictos bens quisesse lançar, a elle se chegasse e receberia o seo lançaço; e que repetindo muitas vezes, a elle se chegou o Illustrissimo Guilherme Barão de Eschwege, como Inspector geral da Sociedade da mineração de Vila Rica, lançaço quatro mil réis sobre as avaliações dos escravos, **Antonio Congo**

⁴⁶ Agradeço Quelen Ingrid Lopes e Cássio Vinício Sales pela ajuda pontual e a Maria José Ferro de Souza pela revisão final da transcrição. Negritos nossos.

avaliado em cem mil reis, **Antonio Banguela** avaliado em cem mil reis, **Martinho Crioulo** avaliado em cento e quarenta mil reis, **Rafael Angola** avaliado em oitenta mil reis, **Theodosio Crioulo** avaliado em secenta mil reis, **João Rebolo** avaliado em cem mil reis, **Pedro Angola** avaliado em cento e vinte mil reis, **Manoel Angola** avaliado em cento e dez mil reis, **Narcizo Crioulo** avaliado em cento e cinquenta mil reis, **Ludovino Angola** avaliado em cento e cinquenta mil reis, **Antonio Mofunbe** avaliado em cem mil reis, **Christovão Angola** avaliado em secenta mil reis, **Sebastião Angola** avaliado em secenta mil reis, **Domingos Mina** avaliado em secenta mil reis, **Caetano Angola** avaliado em cem mil reis, **João Angola** avaliado em cem mil reis, // **Domingos Crioulo** avaliado em cento e cinquenta mil reis, outro **Sebastião Angola** avaliado em oitenta mil reis, **Benedito Angola** avaliado em cento e vinte mil reis, **Vicente Crioulo** avaliado em trinta mil reis, **Joaquim Angola** avaliado em cem mil reis, outro **Joaquim Angola** avaliado em trinta mil reis, **Francisco Angola** avaliado em quarenta mil reis, **Manoel Ferreiro** avaliado em cento e quarenta mil reis; com cujo lanço perfaz a quantia de dois contos, duzentos e secenta e quatro mil reis a vista; e da mesma forma lançou vinte mil reis sobre as avaliações trese **alabancas** com o peso de vinte nove libras avaliadas em dois mil cento e settenta e cinco reis, **três ditas grandes** com o peso de trinta e nove libras em dois mil oitocentos e cinquenta e cinco reis, nove **marretas** com o

peso de vinte e nove libras em dois mil cento e settenta e cinco reis, quatro **brocas** com peso de onze libras em oito centos e secenta e dois reis e meio, seis **almocafres** com o péso de treze libras em novecentos settenta e cinco reis, cento e doze **chapas de ferro de roda** com o peso de tres libras e meia cada hua em secenta mil reis, quatro **agulhoes de ferro** com o peso de duas arrobas e sette libras em dez mil e seiscentos reis, dois **rodetes** com gatos de ferro com o peso de vinte e oito libras em dois mil e cem reis alias dois mil e sette centos reis, oito **cavilhas de ferro** com o peso de nove libras em seis centos settenta e cinco reis, quatro **machados** com o peso de quatro libras em dois mil e cem reis, duas **fouces** com o peso de três libras e meia em duzentos secenta e dois reis e meio, oito **enxadas** com o peso de vinte e três libras em mil quinhentos settenta e cinco reis, quatro **correntes** com o peso de quarenta e duas libras em seis mil e tresentos reis, seis **collares de ferro** com o peso de oito libras e meio em mil duzentos e oitenta e cinco reis, dois **grilhões** com o peso de seis libras em mil e duzentos reis, duas **algemas de ferro** com o peso de duas libras em duzentos e vinte cinco reis, hum **tronco de campanha** com o peso de oito libras de ferro em mil e duzentos reis, hum **ganxo de pescoço** com o peso de três libras de ferro em duzentos e vinte e cinco reis, onze **cadeados de ferro** com o peso de seis libras em quatro centos e cincoenta reis, dois **picoens** de ferro com o peso de

cinco libras em trezentos e settenta e cinco reis, três **bigornas** de ferro com o peso de três arrobas e meia em trinta e três mil e tresentos reis, um **torno de ferro** com o peso de doze libras em três mil e seis centos reis, dois **foles de ferreiro** em deseseis mil reis, hum martelo com o peso de tres libras, e quatrocentos e dous reis e meio, três **malhos de ferro** com o peso de deseseis libras em dois mil e quatrocentos reis, quatro **tenases** com o peso de vinte e sete libras em quatro mil cento e vinte cinco reis, três **craveiros** de ferro com o peso de quatro libras e meia em tresentos trinta e sette reis e meio, hua **enxó** com o peso de três libras em tresentos reis, hum ferro de mão em quatro centos e cincoenta reis, hum **compasso** com o peso de hua libra em tresentos reis, três **formoens de carpinteiro** em duzentos vinte e cinco reis, dois **trados de ferro** com o peso de quatro libras em seis centos reis, hum **serrote de ferro** em tresentos reis, hum **taxo grande de cobre** com o peso de hua arroba e oito libras em quinze mil reis, hum dito usado com o peso de sete libras em dois mil e cem reis, três **caldeiroens de cobre** com o peso de vinte e quatro libras em sette mil e dusentos reis, nove **pratos de estanho** com o peso de três libras em quatro centos e cincoenta reis, hua **caixa de estanho** com o peso de duas libras em tresentos reis, duas **balanças, hua de ganxo e outra de pesar oiro** em quatro centos e dous reis e meio, duas **colheres de ferro** com o peso de hua libra, e meia em cento e dose reis e meio, duas **correntes de**

(Pexorro?) com o peso de duas libras em cento e cincoenta reis, dois **soquetes de ferro** com o peso de duas libras em cento e cincoenta reis, dois **ganxos de ferro de puxar o rosario** com o peso de três libras em quatro centos e cincoenta reis, hua **trempe de ferro** com o peso de onze libras em mil e oito centos reis, hua **colher de cobre de sacar oiro** com o peso de hua quarta e meio em cento e dose reis e meio, hua **gamela** grande de sacoder ouro em mil e dusetos reis, duas ditas pequenas em tresentos reis, uma **mesa ovada** em três mil reis, três ditas velhas em nove centos reis, duas **cadeiras de encosto** em dois mil e quatro centos reis, hum **catre de jacarandá** em mil e dusetos reis, **dois ditos de madeira branca** em mil e dusetos reis, hum **armário velho** em seis centos reis, dois **caixoens de por mantimentos** em quatro mil e oito centos reis, hum **sino quebrado** com o peso de vinte e oito libras em oito mil e quatro centos reis, hum **Oratório com tres Imagens**, hua de **Nossa Senhora das Neves**, outra de **Santo Elesbão** e outra de **Sancta Ifigênia** em dose mil reis, hua caixa de Presépio com seo vidro e três Imagens, hua de **Nossa Senhora do Rosario**, outra de **Santo Elesbão** e outra de **Sancta Ifigênia** em seis mil reis, hua Imagem de **Nossa Senhora da Conceição** com sua Coroa de Oiro que pesa cinco oitavas e meia em dose mil reis, hua dita do **Senhor Crucificado** de marfim com seu Diadema e titulo de prata em seis mil reis, quatro imagens, hua de **São João Marcos**, **Senhora Sancta**

Anna, Sancta Emerenciana e Santo Antonio com seos **resplendores de prata**, todos em seis mil reis, quatro **castiçais de pau pintados** em quatro mil e oito centos reis, **dois ditos de estanho** com o peso de hua libra em cento e cincoenta reis, hum **preguiceiro de couro cru** em nove centos reis, nove **barris com seos arcos de ferro** em dois mil e sette centos reis, **desesette libras de ferro velho** em mil dusentos setenta e cinco reis, hum **tronco de pau com sua ferragem** em mil e quinhentos reis, seis **tinas de ferreiro** em nove centos reis, hua **bomba de ferreiro** em tresentos reis, hua **talhadeira** com o peso de hua libra de ferro em settenta e cinco reis, hua **mesa** que se acha na Capella com sua gaveta em seis centos reis, duas **mãos novas de peroba para o engenho** em dose mil reis, hua **morada de casas cobertas de telhas com todos os seos pertences** sita no Alto da Passagem em cem mil reis, hua **lavra de minas de buraco com todas as terras mineraes, e suas agoas respectivas, Regos metidos constantes de seos títulos com seos Engenhos de socar pedra, e outro de (bornir?) com sua Carpintaria, Casas de vivenda no alto do Fundão com sua Capella, tudo coberto de telhas** em dois contos e quatro centos mil reis, com cujo lanço perfaz a quantia de dois contos, oito centos e hum mil, sette centos, noventa, e dois reis e meio; com a declaração segue os Escravos Narciso Crioulo, Martinho Crioulo, Antonio Congo, Joaquim Angola erao posse do Illustrissimo Doutor Luis José Godoy Torres,

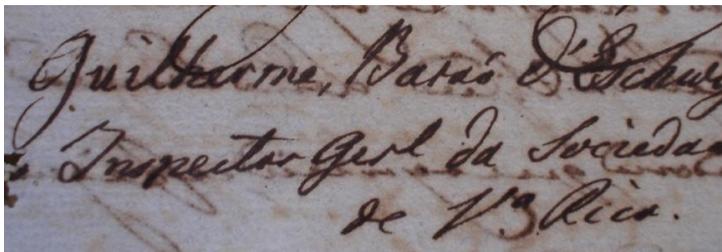
tudo o mais para a referida Sociedade; e de serem pagos os ditos dois contos, hum mil e sette centos, noventa, e dois reis e meio a dusentos mil reis no fim de cada hum anno nos três primeiros annos; e dali em diante a quatro centos mil reis no fim de cada hum anno até se completar realmente a predita quantia, e a vista os seos lanços, e apregoados hua, muitas vezes de hum para outro lado na Praça, por não haver quem mais desse, nem melhor condição offeresse, mandou o dito Ministro affrontar tomada com os pagamentos e declaração mencionada paga em seos termos os competentes sisas pelo Rematante: logo o dito Porteiro affrontou, rematou e deo ao lançador um panno verde; com cuja solenidade presididas os mais de direito lançou o dito Ministro esta rematação por boa, firme e realisa na forma expressada – negritos nossos.

E para constar mandou fazer este auto, em que se assigna com o Rematante, Porteiro e commigo Gonçalo da Silva Lima, Escrivão da Provedoria de Ausentes que deferiu e assigno, declarou mais que o escravo Manoel Angola de cento e dez mil reis era para o Capitão Manoel José Esteves Lima e assigna na forma dita.

Conçalo da Silva Lima

Guilherme, Barão d'Eschwege

Como Inspector Geral da Sociedade de Mineração de V.a Rica.



Fonte: ACSM. Inventário 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453, 1795, p. 87v-91.

Comentário de Rafael de Freitas e Souza

O documento inédito acima transcrito, a Arrematação da Lavra da Passagem pelo barão alemão W. L. von Eschwege a 12 de Março de 1819 é, sem dúvida alguma, um dos mais importantes da história da mineração em Minas Gerais e do Brasil no século XIX.

A vulgarmente conhecida *Mina da Passagem* é um marco na história da mineração brasileira – foi a primeira Sociedade por ações a atuar no ramo no Brasil e palco da primeira tentativa de exploração mais científica e mecanizada das riquezas do subsolo. Durante o “período inglês” foi a segunda mais longeva e lucrativa das empresas britânicas que afluíram para Minas após a Independência. Além disso, funcionando quase ininterruptamente desde o século XVIII, é considerada a mina de extração regular mais antiga do Brasil.

De acordo com o pesquisado, o primeiro proprietário da lavra da Passagem foi Antonio Luiz Brandão. Mais tarde, em 1784, as datas foram adquiridas em conjunto pelo Cônego

José Botelho Borges.⁴⁷ Falecido a 15 de agosto de 1795, Borges teve seus bens inventariados no dia 2 de setembro do mesmo ano pelo Sargento-mor José da Costa Ferrão. Aos seis dias do mês de maio de 1817 foi passado o Termo de entrega de todos os bens situados no arraial da Passagem a Pedro Dias de Carvalho (testamenteiro e herdeiro de José da Costa Ferrão) por intermédio de seu procurador, o capitão Lucindo Pereira dos Passos. Aos três dias de fevereiro de 1819 os louvados capitão Manoel Antonio Soares e o tenente Ignácio Teixeira da Mesquita avaliaram os bens de herança do finado cônego.

Em virtude da mudança de orientação política do setor extrativo ocorrida no Brasil a partir de 1817, quando o governo imperial autorizou a formação de companhias por ações para atuar neste ramo da economia, Eschwege pode arrematá-la por cinco contos. Em seguida, fundou a *Sociedade Mineralógica de Passagem*, a primeira empresa mineradora do Brasil, com capital inicial de £1.900 que contou, inclusive, com investimento real. Este importante feito foi considerado

⁴⁷ Em seu testamento, redigido a 12 de abril de 1788, declara que era natural de da freguesia de São João de Filgueiras (onde foi batizado), conselho de Resende, comarca e bispado de Lamego; filho legítimo de Pedro Borges e de sua mulher (ilegível) Botelho. Nomeou como herdeira de todos os bens em Portugal, sua irmã Angélica Maria e na sua falta o seu filho Manoel Antônio. Faleceu a 15 de agosto de 1795. A partir de 5 de outubro do mesmo ano, todos seus bens, exceto a lavra, foram levados à praça – Cf. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). Códice 267, auto n. 4856, p. 104-114.

por Ferrand como o início de uma “nouvelle phase” para a indústria das minas.⁴⁸

Em 1810 Eschwege já propusera a D. João VI o estabelecimento de Companhias mineradoras por ações. Tal proposta teve pronto atendimento no governo, na pessoa do Conde de Linhares. No ano seguinte, munido das devidas instruções, partiu para Minas Gerais com o objetivo de encontrar o melhor local para o estabelecimento de tal empreitada.

A 12 de agosto de 1817 foi publicada a tão esperada *Carta Régia e Estatutos do Estabelecimento da Sociedade de Mineração de Minas*. Eschwege foi nomeado Intendente Geral das minas de toda a Capitania. Um ano e sete meses depois, arrematou a Mina da Passagem. Diz ele:

Por essa ocasião, finalmente, foi levada à praça, para pagamento de dívidas, uma lavra tida como rica outrora e situada no Arraial da Passagem, a uma légua de Vila Rica. Incluíam-se na venda vinte escravos, casa e terrenos, e, como tal venda, na maior parte, fosse feita a crédito, aproveitei a oportunidade. O negócio foi fechado e eu vi-me dono de um terreno de que muito esperava.⁴⁹

⁴⁸ FERRAND, Paul. Exploitations aurifère de Minas Geraes. **Revista Industrial de Minas Gerais**. Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de outubro de 1893. Anno I, n.1, p. 8.

⁴⁹ ESCHWEGE, W.L. von. **Pluto brasiliensis**. Prefácio Mário G. Ferri. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. v. 1, p. 46.

Nela, fez importantes trabalhos de penetração no solo, instalou engenho com nove pilões de socamento hidráulico “até então desconhecidos” com seu respectivo grande tanque de fornecimento de água, aperfeiçoou as ferramentas necessárias, utilizou-se de rosários manuais e de duas bombas de vinte palmos para esgotamento da água (serviço que demorou mais de um ano) e estabeleceu o primeiro plano inclinado de lavra subterrânea.

Cremos que não será de todo inútil repetirmos que a estadia de Eschwege em Minas ficou marcada pela obsessão em introduzir modernizações no processo extrativo do ouro para obter maior lucratividade face às técnicas então adotadas. Fatigado por repetidas recusas de proprietários que preferiam “gastar quatrocentos mil réis com a compra de um escravo, a dispender cem com a aquisição de maquinismos, que poupariam o serviço de dez escravos”⁵⁰ – como o que era feito na britagem e pulverização das rochas – dá ele próprio o convincente exemplo em Passagem, transformando-a num prenúncio dos futuros imperativos exigidos pela mineração subterrânea ao longo do século XIX em Minas Gerais.

A importância do documento acima reside no fato de que ele nos permite conhecer todos os instrumentos que compunham uma lavra aurífera do século XVIII, tais como: alavancas, marretas, brocas, almocafres, bigornas e foles de ferreiro, colares, grilhões e algemas de ferro para os

⁵⁰ *Ib. ibid.*, p. v. 1, p. 191.

escravos, caixões para mantimentos, dentre outros. No universo religioso, revela a presença da imaginária que compunha a capela da mina. São 12 imagens, dentre as quais, destacam-se as de devoção negra, como Santo Elesbão, Santa Ifigênia e Nossa Senhora do Rosário.

É possível saber ainda que a lavra contava com pelo menos um escravo especializado: Manoel ferreiro, avaliado em cento e quarenta mil reis. Constata-se também, a baixa avaliação da maioria do plantel.

A rigor, o documento não informa as causas desta depreciação. As hipóteses que a explicariam podem ser tanto a elevada idade quanto a manifestação de enfermidades. No entanto, concatenando-o com outro, fica claro que dentre os vinte escravos que pertenciam a Eschwege sete manifestavam alguma doença, sendo que três eram “quebrados”.⁵¹ Quebradura era a “rotura das virilhas”. Doença grave, que “sendo antiga, não queira intentar curar-se, porque perderá o tempo”.⁵² Na obra *Pluto brasiliensis*, fruto de sua larga experiência como minerador na primeira metade do século XIX em Minas Gerais, o próprio Eschwege diz que a saúde dos negros é seriamente abalada pelos contínuos esforços de levantar a carga, colocá-la sobre a cabeça e levá-

⁵¹Escravidão da Lavra da Passagem a 3 de Fevereiro de 1819. Fonte: ACSM. Inventário 1º Ofício. Códice 14, auto n. 453, 1795, p. 74ss.

⁵²FERREIRA, Luís Gomes. **Erário mineral dividido em doze tratados**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 821p., 2v, p. 580.

la até os lavadores. Por isso, “esse esforço é causa das hérnias e pneumonias, tão freqüente entre eles, que por este motivo raramente atingem idade avançada”.⁵³

Sobravam-lhe então apenas 13 homens em condições de trabalho, embora apenas dois poderiam ser considerados relativamente jovens: Ludovino de 18 anos e Domingos Crioulo com 35 – os mais valorizados, seguidos apenas pelo já citado Manoel que embora somasse 53 anos exercia o ofício de ferreiro. Todos os outros tinham 40 anos ou mais. Idade que pode ser considerada elevada face à dura rotina da mineração.

Em outras palavras, a baixa avaliação da maioria dos escravos mostrada pelo documento é fruto do alto grau de insalubridade e periculosidade do trabalho exercido por escravos na mineração que, no caso, incapacitava e/ou limitava a capacidade de trabalho de 35% de seu plantel. Daí, as repetidas críticas de Eschwege à inaptidão de sua escravaria e a necessidade de adquirir novos cativos, como o fez.

Etnicamente, sobrepujam os escravos vindos do porto de Angola (13) e os africanos nascidos no Brasil, os crioulos (5). As outras origens participam com apenas um indivíduo cada (congo, banguela, rebole, mofumbe e mina). Apenas um foi classificado segundo sua profissão: Manoel ferreiro. Isto é um indicativo das transformações pela qual vinha passando o

⁵³ *Opus cit.*, p. 128.

tráfico negreiro nas primeiras décadas do século XIX e do aumento da taxa de reposição natural interna.

SOBRE OS AUTORES

Eduardo Ferraz Felipe possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004) e mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2007). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História e História da América.

298

André S. Muceniecks é mestre, bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná; Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Professor de Pós-Graduação no Seminário Teológico Batista Nacional na área de Arqueologia. Tem experiência na área de História e educação, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: História medieval e da Europa Setentrional, História do Cristianismo e das Religiões, Mitologia, Arqueologia e Antropologia Cultural.

Sílvia Cristina Martins de Souza possui graduação em História pela Universidade Santa Úrsula (1976), mestrado em História pela Universidade

Estadual de Campinas (1996), doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e pós doutoramento pela Universidade Federal Fluminense (2008). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Londrina onde ministra cursos para graduação em História do Brasil Colônia e Império e História da África e Cultura Afro Brasileira; disciplinas no Mestrado em História Social; desenvolve projetos de pesquisa voltados para o teatro no Rio de Janeiro do século XI e orienta trabalhos nos cursos de mestrado, especialização e graduação. Tem especialização na área de História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: história, cultura, música, política, literatura e teatro fluminenses do século XIX. É pesquisadora associada ao Centro de Estudos do Oitocentos (CEO/PRONEX - UFF) desde 2005 ; avaliadora do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) desde 2006, e realizou pesquisa de Pós-Doutoramento junto à Universidade Federal Fluminense(UFFF), entre 2007-2008, como bolsista PDJ do CNPq e membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de História (ANPUH).

299

Fabício Roberto Costa Oliveira possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2002), mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2005) e atualmente cursa o doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trabalhou como professor em instituições privadas e como substituto da Universidade Federal de Ouro Preto, ministrando disciplinas de História e Ciências Sociais. Trabalha principalmente com os seguintes temas: sociologia da religião, movimentos sociais rurais, história oral, memória e identidade.

Rodrigo de Souza Ferreira possui graduação em História pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2000) e mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2005). Atualmente é Agente de Desenvolvimento Rural II do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Tem experiência na área de Extensão Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: organização comunitária, educação do campo e conselhos de desenvolvimento rural.

Leonam Maxney Carvalho é mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG(2009), especialista em História de Minas (séculos XVIII e XIX) pela Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ (2006), e graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP (2004). Pesquisa sobre temas ligados à história social da cultura do século XIX no Brasil, Africanos e afro-descendentes (Crioulos, cabras, mlatos, mestiços), História Regional, História de Minas Gerais, Escravidão e

Liberdade, Justiça Criminal, Processos Criminais e Cíveis, Inventários, Testamentos, Organização de Arquivos, História Oral, Novas tecnologias e metodologias para a produção historiográfica e para o ensino de história.

Luciano Rocha Pinto é mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-2007) e graduado em História (Bacharel com Licenciatura Plena) pela Universidade Gama Filho (UGF-2004). Como Pesquisador, desenvolve atividade junto ao Laboratório de Estudos sobre Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDDES-UERJ). Já atuou no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e na Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG - Palácio do Itamaraty Rio). É editor da revista eletrônica Nova História e professor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e do Instituto Jesus Eucarístico. Área de concentração: Brasil Colônia/Império, relações de poder, história administrativa, escravidão e Rio de Janeiro.

Nicole de Oliveira Alves Damasceno possui graduação e é mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Minas Gerais, história da família e da criança e abandono de crianças e organização de arquivos.

Rafael de Freitas e Souza é Doutor em História Social (USP). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Possui Especialização em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (2002), Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2004) e Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1994). Atualmente é um dos coordenadores da ONG EMAH - Empreendimentos em Meio Ambiente e Histórico-culturais sediada em Mariana/MG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: História de Minas Gerais, História da Leitura, História da Sexualidade e História Social do Trabalho na Mineração.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

- Os artigos devem ser acompanhados de resumo, abstract ou Résumé entre 250 a 300 palavras, espaço simples, em parágrafo único e de três (03) palavras-chave, *keywords* ou *Mots clés* que caracterizam o seu conteúdo.
- As resenhas devem ser apresentadas em no máximo seis (06) laudas.
- O artigo deverá ser submetido sem numeração de páginas.

303

1. O texto deverá ter as seguintes configurações:

- Fonte *Times New Roman*
- Tamanho da Fonte: 12
- Título: 12, centralizado, sem caixa alta, observando maiúsculas e minúsculas.
- Nome do autor: 12, com entrada pelo nome, na margem direita do texto. A titulação e demais informações sobre o autor e /ou co-autor deverá constar em nota de rodapé, pelo sistema numérico arábico.
- Subtítulos: 12, em caixa alta sem negrito, à margem esquerda do texto.
- Texto: tamanho da fonte: 12

- Configuração de Página (margens): Superior – 3 cm, inferior – 2 cm, esquerda – 3 cm, direita – 2 cm
- Espaçamento: No texto entre linhas: espaço duplo; da margem superior ao título: dois espaços duplos; do título para o nome do autor: dois espaços duplos; do nome do autor para o corpo do texto: dois espaços duplos; do corpo do texto para o subtítulo: dois espaços duplos; do subtítulo para o corpo do texto: espaço duplo.

2. Referências, Citações e Outros:

- As referências e citações bibliográficas devem aparecer no corpo do texto, conforme normas da ABNT de outubro de 2002.

* Citações com até 3 linhas, no corpo do texto, entre aspas, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parênteses. (SILVA, 1999:32).

* Citações com mais de 3 linhas, em novo parágrafo com recuo de 4 cm, espaço simples, tamanho de letra tamanho 10, sem aspas, sem itálico, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parênteses.

- Usar o sobrenome do autor em caixa alta, somente ao final de citações que estiverem entre aspas e dentro de parêntesis, o que equivale dizer que no texto, quando aparecer citações de autores, devem ser escritos somente com iniciais maiúsculas. Ex.: Conforme Silva (1999), o instituto de linguagem...

- As subpartes do texto, se numeradas, devem vir à margem esquerda, sem recuo, seguindo as orientações da ABNT.
- As referências bibliográficas devem constar ao final do trabalho, conforme normatização da ABNT de outubro de 2002.
- As notas deverão ser apenas de caráter explicativo; deverão ser resumidas e colocadas ao final do artigo; e as remissões para o final do artigo devem ser feitas pelo sistema numérico arábico, sobrescrita ao texto a que se refere.
- O autor deverá encaminhar, para o endereço abaixo, três cópias impressas, sendo que em duas das cópias não deverá constar nem nome do(s) autor (es), nem o da instituição à qual está (estão) filiado(s), nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s), e na terceira, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes.